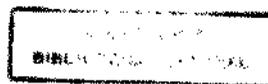


ANA CLAUDIA FARRANHA SANTANA

**A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT E A
LUTA PELA DEMOCRACIA : ELEMENTOS DE UMA
TRAJETÓRIA**

Dissertação de mestrado apresentada
ao Programa de Mestrado em Ciência
Política - DCP/IFCH/UNICAMP,
orientada pela Professora Dra. Angela
Maria Carneiro de Araújo.

Campinas (SP), abril de 1999.



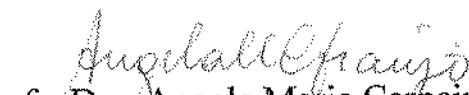
4202166

ANA CLAUDIA FARRANHA SANTANA

***“A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT E A LUTA
PELA DEMOCRACIA: ELEMENTOS DE UMA TRAJETÓRIA”***

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Departamento
de Ciência Política do Instituto
de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade
Estadual de Campinas, sob a
orientação da Professora
Angela Maria Carneiro Araújo.

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
 / / .


Profa. Dra. Angela Maria Carneiro Araújo


Profa. Dra. Evelina Dagnino


Prof. Dr. Edmundo Fernandes Dias

Campinas (SP), abril de 1999.

Transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa fortalecer a si mesmo, desenvolver a si mesmo. É uma ilusão, e um erro supor que o “melhoramento” ético seja puramente individual : a síntese dos elementos constitutivos da individualidade é individual, mas ela não se realiza e desenvolve sem uma atividade para o exterior, atividade transformadora das relações externas, desde as com a natureza e com os outros homens - em vários níveis, nos diversos círculos em que se vive - até a relação máxima, que abraça todo gênero humano.

Antônio Gramsci - A Concepção Dialética da História

“Glória a todas as lutas inglória que através da nossa história não esquecemos jamais”

Aldir Blac e João Bosco - Mestre-Sala dos Mares

AGRADECIMENTOS

Todos sabemos da dificuldades que envolvem a construção e finalização de um trabalho de dissertação. Primeira pensamos na idéia, depois passo a passo vamos construindo o corpo que permitirá expor de maneira clara a idéia.

Embora possa parecer um processo que envolve apenas a atividade intelectual sabemos que o apoio dos amigos nessa hora é fundamental. Pensando nas muitas pessoas que contribuíram para que esse trabalho chegasse a sua forma final, quero dedicar estas páginas aos amigos que sempre me apoiaram, lembrando deles de maneira carinhosa como farei a seguir.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais Pedro Santana Neto e Haydée Farranha que me ensinaram que *a aventura de estudar* tem seu lado bom.

Quero agradecer aos companheiros e ex-companheiros de trabalho com os quais tenho tive a oportunidade de partilhar a convivência intelectual, o que tem possibilitado um exercício ímpar no que se refere a possibilidade de viver as contradições do que é a *vida como ela é* o que aprendemos na vida acadêmica. Dentre estes companheiros gostaria de agradecer a Flávio Bueno, Maurício Sabadini, Virgílio César Mota, Válber Lugão, Fernanda Vezzoni, Luiz Lima e Anderson Bietti, amigos que entre conversas e pedidos de favores puderam demonstrar sua preocupação e solidariedade para comigo.

Também agradeço aos dirigentes e assessores sindicais que sempre estiveram abertos à prestarem informações necessárias à pesquisa. Dentre estes, não poderia deixar de lembrar da contribuição de Gustavo Codas, que pacientemente ouviu muitas de minhas dúvidas e questões, sempre se esforçando por respondê-las e oferecendo “dicas” preciosas

que muito me auxiliaram na condução da pesquisa. No mesmo sentido, agradeço a Rafael Freire de quem pude obter importantes informações e debater algumas das idéias que aparecem aqui.

Também não poderia esquecer de uma grande amiga, Maria Aparecida Louzada, que antes mesmo da idéia de fazer o mestrado estivesse consolidada, sempre me apoiou oferecendo sua amizade *nos dias em que o mundo parecia que ia acabar*. Além disto, a Cida, como carinhosamente a chamamos, também emprestou muitos documentos utilizados nesta pesquisa, facilitando o acesso às fontes, sem falar nas idéias que trocamos em torno do tema.

Não poderia deixar de mencionar as pessoas que conheci em Campinas. Pessoas que cada uma a sua maneira, têm a sua parcela de contribuição. Agradeço assim, a doce Mara, sempre *prá cima*, buscando fornecer às pessoas uma animação que nem sempre é fácil de encontrar.

Da mesma forma sou grata ao Zuza, Josmar, Rosa, Hidelmar, Soares, Carlão, Juliana, Pedro, Lilian e Ruy Braga, amigos que conhecem bem a dificuldade de se fazer um trabalho acadêmico. Muito obrigada pelo carinho e atenção dispensada.

Não poderia esquecer o pessoal da Secretaria da Pós-Graduação, com destaque especial para sempre amável Lourdinha, cujo cuidado com os alunos extrapola o universo de uma secretaria, fazendo com que ela passe a fazer parte da vida de cada um de nós.

Aos capixabas Ana Targina e José Buffon que como eu foram campineiros por um tempo de suas vidas. Os momentos que dividimos em Campinas, sem dúvida, ajudaram a diminuir as saudades de Vitória. Também aos amigos Marcos Queiroz (Peu), Andréia Lara

Tose e Kelder Brandão que às vezes mais perto, às vezes à distância prestaram sua solidariedade e amizade.

À minha amiga de tantos anos, mais de 10, Ana Cristina Givigi, a KIKI que neste anos todos de convivência, o que eu poderia dizer é que existem poucos seres humanos munidos de tanta bondade. Experimentar esta bondade, dentro deste processo, foi poder contar com palavras de carinho, afeto, ânimo e com uma enorme disposição ao debate intelectual, mesmo que nem sempre compartilhando de todas as minhas idéias, mas sempre acolhedora da diferença.

Ao amigo, companheiro e mais um monte de coisas... Helder Gomes, com quem tenho partilhado desde as idéias até as brigas, mas que só posso dizer que tudo isto não só contribuiu para tomar este trabalho mais rico (vide suas influencias marxistas), mas fundamentalmente para me ensinar que como diria Drummond : *"... o amor é isto que você está vendo. Hoje beija, manhã não beija e segunda feira ninguém sabe o que será."*

Ao CNPQ pela bolsa concedida.

À memória da querida amiga Leile Brito, que ficaria muito feliz se estivesse aqui para ver esta tarefa concluída.

Ainda em tempo, um agradecimento muito especial a todos que torceram pelo fim deste trabalho. Ufa, até que enfim consegui....

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

APRESENTAÇÃO..... p. 01

CAPÍTULO I - CONSTRUINDO OS MATIZES DA ANÁLISE..... p. 06

1 - Considerações sobre o tema..... p. 06

1.1-Uma leitura da recente trajetória sindical : o “novo” em questão.....p.08

2 - Sobre o arcabouço analítico : qual o sentido da democracia?..... p. 21

2.1 - A possibilidade de realização da democracia na ordem capitalista....p. 32

3 - Um olhar sobre a CUT : o objeto em questão..... p. 43

CAPÍTULO II - UMA TRAJETÓRIA DE LUTAS EM BUSCA DA DEMOCRACIA:A CUT NA NOVA REPÚBLICA.....p. 60

1 - Elementos introdutórios..... p. 60

2 - CUT e o pacto social : quem paga a conta..... p. 64

3 - As greves : “quebra, quebra gabiroba, quero ver quebrar”.....p. 74

4 – O processo constituinte : pressão popular x articulação conservadora... p. 81

5 – Construindo a concepção sindical cutista.....p. 94

CAPÍTULO III – VENTOS DE UMA NOVA DÉCADA : OS IMPASSES DA AÇÃO SINDICAL.....p. 105

1 – Alguns elementos conjunturais.....p. 105

2 – Câmaras Setoriais : as ambivalências do processo democrático.....p.113

2.1 – A Câmara Setorial Automobilística..... p.117

2.2 – Colhendo os frutos da democratização.....p.126

3 – Uma avaliação da atuação sindical : negociação ou confronto..... p.133

CAPÍTULO IV – OS DESAFIOS DE UM PROJETO DEMOCRÁTICO..... p.140

1 – Recuperando os elementos da análise.....p.140

2 – Rupturas e continuidades na trajetória sindical da CUT.....	p.143
3 – A luta pela democracia traduzida nas proposta da CUT.....	p.156
CONCLUSÃO.....	p.168
BIBLIOGRAFIA.....	p.174

APRESENTAÇÃO

Compreender o papel exercido pelo movimento sindical nas três últimas décadas tem sido um dos objetivos de pesquisa acadêmica. No decorrer deste período, o crescimento da atividade sindical tem chamado a atenção de analistas e pesquisadores. No bojo deste crescimento um dos momentos que mais salta aos olhos é a fundação da Central Única dos Trabalhadores - a CUT - em 1983.

Embora seja possível identificar ao longo da história sindical brasileira algumas articulações em torno da criação de uma entidade representativa dos trabalhadores (1906 - COB, 1929 - CGTB, 1962-CGT), sem dúvida de todas estas experiências a CUT é a mais bem sucedida.

Criar a CUT não significou somente a possibilidade de consolidação de uma central sindical dos trabalhadores. Na verdade, a CUT é fruto de uma luta que traduz a insatisfação dos trabalhadores e dos movimentos sociais organizados com o regime militar.

A (re)organização do movimento sindical, no final da década de 70, trazia elementos que questionavam não só a estrutura sindical oficial, mas também, os pilares do regime político. A CUT nasce em meio à efervescência da luta pelo fim da ditadura militar e pela democracia, sendo este um fato que interfere na forma como define suas bandeiras de luta e traça sua estratégia de ação.

Diante disto, uma das preocupações que este trabalho levanta refere-se aos passos que a Central vai dando na luta pela democracia e a importância desta luta no desenho assumido pela prática cutista.

Para tanto, é necessário considerar a tradição política brasileira que é

demarcada por um traço predominante: a lógica das “soluções pelo alto”, excluindo da esfera pública as classes populares, cujos interesses são antagônicos aos da classe dominante. Daí considerarmos que a prática política característica do período da ditadura militar não se restringiu apenas àquele momento, mas perpassa toda trajetória política brasileira.

Partindo desta perspectiva mais geral, buscamos, por meio deste trabalho, compreender **em que medida a CUT, ao inserir-se na luta pela democracia, constrói elementos importantes para a crítica à prática da política predominante na sociedade brasileira (a política “pelo alto”)** e como isto pode possibilitar a identificação de **elementos que questionam os pilares da ordem vigente.**

Para tanto, desenvolvemos no Capítulo I, os principais aspectos conceituais que norteiam nossa visão em torno do tema. Assinalamos, assim, aspectos da transição política, onde se abre uma disputa entre setores da sociedade civil e os militares, que buscavam imprimir a este momento um sentido identificado com a lógica das soluções políticas “pelo alto” .

Dentre os setores da sociedade civil, privilegiamos aqueles identificados com uma proposta de democracia pensada sob a ótica das classes populares. Optamos então por discutir aspectos relacionados com o movimento sindical, buscando resgatar, a partir da bibliografia existente, elementos que identificam esta ação como nova e questionadora da prática política vigente.

Ainda no capítulo I, apresentamos nossa compreensão acerca da noção de democracia, buscando uma definição para além do aspecto formal que o conceito encerra e identificando a luta pela democracia como uma estratégia política das classes populares no sentido de se contrapor à classe dominante.

Apresentamos, além disso, uma breve discussão em torno da bibliografia sobre a CUT, objetivando definir quais os elementos que sustentam nossa visão sobre a ação da Central.

Tentando compreender como a CUT vai construindo sua estratégia de ação e qual o sentido desta na luta pela democracia, no capítulo II, apresentamos alguns momentos da atuação da Central durante o período da *Nova República*. Privilegiamos compreender qual o sentido da crítica às políticas do Governo Sarney e o sentido das greves. Assinalamos aspectos relativos a participação da CUT no processo constituinte e a forma como foram se delineando os contornos de sua concepção sindical.

Considerando que, findo o período de transição, com a promulgação da Constituição de 1988, os setores populares não viram a consolidação da democracia sob a ótica que defendiam, no capítulo III, privilegiamos analisar quais ações a CUT traça ao longo da década de 90. Nossa análise se debruça sobre a participação da CUT nos fóruns tripartites, principalmente nas Câmaras Setoriais. Procuramos discutir que contornos a prática da Central assume neste contexto e que desafios ficam colocados para esta ação no sentido de elaborar elementos críticos à ordem vigente.

Por fim, no capítulo IV, buscamos mostrar qual o saldo a ser creditado à CUT ao longo de sua trajetória. Que rupturas e continuidades podem ser verificadas em sua atuação e que bandeiras de luta, de fato, colocam-se como questionadoras da prática política dominante. Concluímos nossa análise, buscando compreender qual o sentido que a luta pela democracia assume no contexto atual.

Com o objetivo de responder as questões que nos são postas, privilegiamos examinar os documentos produzidos pela própria CUT, buscando assim mergulhar no seu universo interno no sentido de traduzir para o plano analítico os elementos discursivos

produzidos ao longo de sua trajetória.

Partimos do pressuposto de que discursos e práticas não são elementos externos, que estejam localizados em esferas diferentes. A não separação entre discurso e prática encontra-se fundamentalmente no fato de que a ação dos sujeitos se faz não somente pelo agir, mas principalmente pela forma como estes elaboram o agir. A este respeito, Éder Sáder desenvolve toda uma análise na qual aponta como os discursos constituem-se em um dos elementos da prática dos sujeitos,

“constitui-se um novo sujeito político quando emerge uma matriz discursiva capaz de reordenar os enunciados, nomear aspirações difusas ou articulá-las de outro modo, logrando que indivíduos se reconheçam nesses novos significados. É assim que, formados no campo comum de um imaginário de uma sociedade, emergem matrizes discursivas que expressam as divisões e os antagonismos dessa sociedade.”¹

Sáder continua a análise definindo o que são matrizes discursivas:

“as matrizes discursivas devem ser, pois, entendidas como modos de abordagem da realidade, que implicam diversas atribuições de significado. Implicam também, em decorrência, o uso de determinadas categorias de nomeação e interpretação (das situações, dos temas, dos atores) como na referência a determinados objetos. Mas não são simples idéias: sua produção e reprodução dependem de lugares e práticas materiais de onde são emitidas as falas”².

Neste sentido, os documentos produzidos pela Central não só nos oferecem informações, como também evidenciam uma elaboração que reflete o movimento concreto implementado em diferentes momentos. Não se tratam de idéias que apenas fundamentam um discurso, mas trata-se da construção de um discurso que age de maneira interativa com a prática, o que assinala a construção de uma relação dialética entre estes dois elementos e

¹ - SÁDER, Eder. Quando Novos Personagens Entraram em Cena. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988, p. 60

² - SÁDER, Sáder., *op.cit.*, p. 143

não esvazia as contradições daí decorrentes, pelo contrário, é pelo fato das contradições existirem que tanto a prática quanto o discurso são alterados durante a trajetória da Central.

Sendo assim, nossa perspectiva de análise considera que discursos e práticas não são elementos externos que estejam localizados em esferas diferentes, mas que se constituem numa totalidade que não merece ser fragmentada. Com isto, procuramos relacionar a ação da CUT com a luta pela democracia, identificando os elementos produzidos ao longo de sua trajetória.

CAPÍTULO I

CONSTRUINDO OS MATIZES DA ANÁLISE

1 - CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMA

Nos últimos vinte anos, a sociedade brasileira tem vivido momentos ímpares no que se refere à busca de uma maior democratização. Os primeiros sinais desse processo podem ser identificados com as fraturas que foram ocorrendo no regime militar. O traço que aparece com um destaque especial é a enorme movimentação popular no sentido de questionar a ordem vigente, após um longo período de forte repressão.

Embora os militares tenham tentado garantir uma transição pacífica e sem fortes rupturas, o que convencionaram chamar de política de “distensão”, a história demonstra como a sociedade reagiu a isto.

Neste caso, se por um lado o regime militar tentava recompor o bloco do poder, abrindo a possibilidade de que as liberdades e garantias individuais fossem restabelecidas por meio de um processo de negociações que restabeleceria o pacto do poder no qual as elites continuariam a controlar a arena política. Por outro, os setores organizados da sociedade questionavam os pilares do regime militar, como também reivindicavam a elaboração de uma nova ordem, pautada em princípios de maior participação na vida política do país.

Sob este aspecto, uma das interpretações em torno deste processo que merece destaque é de que toda a movimentação social no período permitiu a emergência de sujeitos

sociais, os quais constituíram-se em um sentido contrário aquele esperado pela ditadura.¹ Desta forma, os conflitos que permeavam a sociedade vêm à tona e o plano sob o qual se desenvolve o processo de transição conta com um elemento novo: **a ação da sociedade civil.**

Nesse sentido, é importante voltar os olhos para o movimento sindical e perceber o quanto as estruturas do regime militar foram abaladas a partir do ressurgimento da atuação dos sindicatos. Diante de uma conjuntura de crise econômica, na qual as bases de sustentação do regime encontravam-se fragilizadas, o movimento sindical irrompeu na cena política a partir de uma forte ação grevista implementada no final dos anos 70, e apareceu como um dos principais questionadores da ordem política vigente.

Embora, em princípio, a ação do movimento sindical no período possa ser interpretada como motivada por reivindicações de cunho econômico, que visavam a participação dos trabalhadores no chamado “milagre econômico”, parte da literatura² sobre o tema tem demonstrado que juntamente com o enfrentamento da política salarial coexistiram elementos (tais como a reivindicação por autonomia e liberdade sindical e um conjunto de propostas que tornavam a ação sindical questionadora da lógica do processo produtivo e da exploração capitalista) que enfrentavam diretamente a ditadura militar e conferiam a esta ação um caráter não subordinado, o que demonstrava uma perspectiva de

¹ - Sobre este aspecto ver SÁDER, Éder. Quando Novos Personagens Entraram em Cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 e WEFFORT, Francisco. Por que Democracia ?, São Paulo: Brasiliense, 1984.

² - Ver principalmente trabalho de MOISÉS, José Álvaro. “A Estratégia do Novo Sindicalismo”, Revista de Cultura e Política, nº 5/6, CEDEC, Paz e Terra, 1981; ANTUNES, Ricardo. A Rebelião do Trabalho: o confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978-1980, São Paulo:Ensaio:Campinas, SP:Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988; ABRAMO, Lais. O Resgate da Dignidade, Tese de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP, 1986; SÁDER, Éder. Quando os Novos Personagens Entram em Cena, Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988; HUMPHREY, John. Fazendo o “Milagre”: Controle capitalista e Luta Operária na Indústria Automobilística Brasileira, Rio de Janeiro: Vozes, 1982; MARONI, Amélie. A

reação popular à tentativa de realização de uma transição limitada e sob o controle militar.

Considerando a ação implementada pelo movimento sindical e entendendo que ela não é circunscrita ao final dos anos 70, mas que este é o nascedouro de um padrão de atuação sindical que se desenvolve nos anos seguintes, investigaremos a **relação que se estabelece entre a ação sindical inaugurada no final dos anos 70, que tem continuidade nas ações implementadas pela Central Única dos Trabalhadores, e a possibilidade de construção de propostas políticas alternativas à ordem vigente.**

Procurando observar como este processo vai se construindo e como se permite pensar a democracia em um sentido que vá além do desenho institucional - as chamadas "regras do jogo"-, privilegiaremos o exame da trajetória da CUT, num período compreendido entre o início da Nova República (1985) até o ano de 1996.

Sendo assim, apresentaremos neste capítulo uma rápida abordagem acerca do papel representado pela elaboração de uma nova prática e concepção sindical a partir do movimento grevista do final dos anos 70, assinalando como os elementos presentes durante aquele período tiveram continuidade através da ação da própria CUT.

1.1 - Uma leitura da recente trajetória sindical : o "novo" subvertendo a tradição

Considerando que as greves que ocorreram no final dos anos 70 assinalam um ressurgimento da atuação dos sindicatos, pensar a ação sindical implementada a partir daí, requer a compreensão de que estas greves expressavam um conjunto de reivindicações que englobavam desde uma nova concepção da prática sindical, cujo principal pilar era a mobilização da base e o questionamento do modelo sindical existente, até a reivindicação

dos direitos que buscavam alterar o estatuto da cidadania³.

Pensando sobre os acontecimentos que marcaram o processo de transição democrática no Brasil e assinalando o papel dos trabalhadores neste processo, José Álvaro Moisés afirma que “os trabalhadores são a espinha dorsal do movimento democrático brasileiro, porque sem eles qualquer “abertura” ou “liberalização” apenas reconstruirá o círculo vicioso da crise do regime autoritário”⁴.

A partir deste papel e também mediante o fato de que o movimento sindical do período assume um caráter de movimento de massas, ganhando visibilidade política e reconhecimento por parte da sociedade e do governo, é que o caráter inovador e democrático daquelas práticas passam a constituir um aspecto importante no estudo do tema.

Antes de discorrer mais especificamente sobre as práticas elaboradas pelo movimento sindical, cabe compreender alguns aspectos acerca da tradição política brasileira e como ela é questionada a partir da emergência destas práticas.

Analisando a trajetória da política brasileira percebe-se que um dos seus traços constantes é o fato da arena política ser caracterizada por um forte predomínio do autoritarismo em todas as esferas da sociedade e por uma perspectiva de exclusão, seja no âmbito político, econômico e social dos trabalhadores.

³ - Neste sentido, há na literatura um conjunto de estudos que problematizam a ação do Novo Sindicalismo e a luta pela cidadania. Uma das principais idéias que norteiam estes estudos refere-se ao fato de que ao reivindicar uma alteração do modelo sindical inevitavelmente se questionava os limites impostos pelo ditadura. José Álvaro Moisés, aponta que

“Partindo de reivindicações bem precisas e concretas, definidas no terreno sindical o “novo sindicalismo” evoluiu no sentido de apresentar certas demandas políticas que não são toleradas pelo Estado. Desse modo, definindo-se como um movimento pela conquista de direitos sociais, qualificou-se como o novo decisivo protagonista da própria luta pela democracia no país.” MOISÉS, José Álvaro., op. cit., p.73.

Neste mesmo sentido, ver também WEFFORT, Francisco. “A Cidadania dos Trabalhadores” In. LAMOUNIER, B. *et alli* (org.) Direito, Cidadania e Participação. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor, 1981.

A união desta exclusão com as práticas de autoritarismo nos permite caracterizar a tradição política brasileira pela predominância da lógica de fazer a política “pelo alto”, sem a efetiva participação das classes populares. Neste caso, a dinâmica da luta que ocorre na sociedade estaria sempre encapsulada pela perspectiva que tem por pressuposto a eliminação do conflito e o estreitamento do espaço público. Dentro deste contexto, a política é uma atividade de poucos.⁵

Muitos são os exemplos que podem ilustrar isto. Ao longo de toda a história brasileira percebe-se claramente como as classes dominantes foram se apropriando do espaço público, sem promover uma ampla inclusão das classes populares. Na verdade, a inclusão política sempre esteve relacionada com a perspectiva de que a ação destas classes fosse tutelada pelo Estado, produzindo uma cidadania restrita que foi identificada pela noção de cidadania regulada.⁶

Cabendo ao Estado o papel de regular a cidadania, a arena dos conflitos não expressa as enormes desigualdades que permeiam o tecido social brasileiro. Fecha-se qualquer possibilidade de contestação e estabelece-se um agir que privilegia as soluções “pelo alto”, desenhando um campo de conflito restrito e controlado.

As relações políticas no Brasil são marcadas pela idéia de subordinação e de tutela, é a prática do “manda quem pode, obedece quem tem juízo”. Esta perspectiva

⁴ - MOISÉS, José Álvaro., op. cit., p. 73/74.

⁵ - Ver WEFFORT, Francisco. Por que Democracia?, São Paulo: Brasiliense, 1984 e COUTINHO, Carlos N. “A Democracia como Valor Universal”, Encontros com a Civilização Brasileira, nº 09, 1979.

⁶ - O conceito de cidadania regulada é desenvolvido por Wanderley Guilherme dos Santos. Segundo o autor, esta noção implicaria em uma cidadania,

“cujas as raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definida por norma legal. (...) são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas por lei.” SANTOS, Wanderley G. Cidadania e Justiça, cap. 04, Rio de Janeiro : Ed. Campus, 1979, p. 75.

demonstra o quanto o poder está concentrado e o quanto os conflitos emergentes das práticas sociais sempre tiveram pouca importância na arena política.

Toda esta descrição serve de ponto de partida para assinalar como a própria lógica do fazer política e como a tradição da subordinação é veementemente questionada com a ação contestatória dos movimentos sociais do final da década de 70.

Dentre estas práticas, este trabalho privilegia a que se relaciona com movimento sindical. Daí a importância de pensar a emergência do Novo Sindicalismo, identificando os elementos que conferem a esta ação sindical um caráter novo.

Na literatura que discute o Novo Sindicalismo estão presentes as mais variadas interpretações e abordagens sobre o tema⁷. Uma das interpretações que merece destaque é a proposta por Leôncio Martins Rodrigues e Maria Hermínia Tavares de Almeida.

Rodrigues busca compreender a emergência do Novo Sindicalismo em uma perspectiva que ressalta as demandas especificamente trabalhistas.⁸ Embora o autor destaque o aspecto político que estava presente no movimento sindical do período, a ênfase nas reivindicações de cunho sindical confere à análise um caráter voltado para a possibilidade de crescimento do poder de barganha dos trabalhadores, em detrimento de uma ação preocupada com a transformação da sociedade. Assinala, então, que

“No estudo do conteúdo das orientações político-ideológicas do “novo sindicalismo” que surgiu em São Paulo e noutras áreas industrializadas, observa-se o declínio da temática nacionalista. De igual modo, a proposta desenvolvimentista de transformações estruturais da sociedade brasileira, privilegiando a participação do Estado, foi deixada de lado. A ênfase está sendo posta na autonomia e liberdade sindical, na democratização do sistema

⁷ - Acerca destas interpretações ver VIANNA, Luiz W. “Atualizando uma Bibliografia: “Novo Sindicalismo”, Cidadania e Fábrica”. BIB - O que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Cortez : ANPOCS, 1986-1990.

⁸ - Ver RODRIGUES, Leôncio M. “O Sindicalismo nos Anos 80. Um Balanço”. São Paulo em Perspectiva, vol. 04, nº 01, jan.-março, 1994.

*político como instrumento para a obtenção das demandas de caráter sócio-profissional que atingem os trabalhadores, especificamente enquanto membros de uma classe social determinada. Daí as reivindicações de negociação direta com a classe empresarial que é percebida mais como um adversário a ser pressionado do que como um inimigo a ser eliminado.”*⁹

No mesmo sentido, Almeida assinala em seus primeiros trabalhos que a segmentação do mercado de trabalho gerou um grupo de trabalhadores mais especializados e, portanto em melhores condições de ampliar o seu poder de barganha. Neste caso, o Novo Sindicalismo se afinaria mais com a perspectiva de um “sindicalismo de negócios” do que propriamente com um sindicalismo com bandeiras de lutas mais politizadas, como foi a ação sindical existente no período pré-64.¹⁰

Em trabalho posterior (1992), Almeida amplia sua perspectiva em torno do Novo Sindicalismo, considerando que a luta contra a política econômica também se revestia numa luta contra o controle político sobre os sindicatos¹¹, contudo, isto não retira da análise uma separação entre as demandas políticas e as demandas econômicas, como se a relação a ser estabelecida entre economia e política pudesse ocorrer de maneira segmentada.

O que estas análises têm em comum é a ênfase em uma ação sindical que se dirigia mais para as demandas econômicas do que para aquelas relativas ao contexto político, o que demonstra que elas apontam para uma relação de exterioridade entre luta

⁹ - RODRIGUES, Leôncio M. “Tendências Futuras do Sindicalismo Brasileiro”, 1979, *apud*, VIANNA, Luiz W., *op. cit.* p. 224.

¹⁰ -Ver ALMEIDA, Maria Hermínia T., “O Sindicato no Brasil : novos problemas, velhas estruturas,” *Debate e Crítica*, nº 06, 1975.

¹¹ - Sobre isto afirma que
“O movimento sindical transformou-se em ator do processo da transição investido contra a política salarial dos governos autoritários e contra o controle político-administrativo que exerciam sobre a vida associativa, escorados nos dispositivos repressivos da Consolidação das Leis do Trabalho.” ALMEIDA, Maria Hermínia T. Crise Econômica e Organização de Interesses: Estratégias do sindicalismo brasileiro nos anos 80. Trabalho apresentado ao curso de livre docência - Departamento de Ciência Política - USP, 1992.

política e luta econômica e assinalam que o enfrentamento ao regime militar não é uma causa desta ação, mas sim uma consequência, uma vez que para a realização das demandas trabalhistas (negociação direta, liberdade e autonomia sindical, direito de greve) era necessário uma ordem democrática.

Sendo assim, a crítica a ser feita é que ao pensarem a atuação sindical sob a perspectiva de efetivação das demandas econômicas os autores relativizaram o papel político desta atuação. Isto significa dizer que a possibilidade de alterar aspectos de uma ordem política, onde a lógica que aparece é a que privilegia o ocultamento do confronto e proporciona a existência de soluções políticas “pelo alto”, assume um papel secundário nestas análises.

É cabível, portanto, afirmar que a análise destes autores converge para um sentido em que a ação sindical ao invés de se confrontar com a ordem vigente, ela se acomoda a esta ordem buscando apenas garantir conquistas que “melhorem” a posição dos trabalhadores na esfera da produção. Deste modo, a luta por um projeto político pautado sob a ótica das classes populares vai cedendo lugar a lutas que restringem-se cada vez mais à melhoria de grupos de trabalhadores no interior da classe, fazendo com que suas demandas apenas se movam no plano econômico, esvaziando-se o conteúdo da luta política.

Como consequência, nestas abordagens a noção de democracia está relacionada apenas com o aspecto formal, ou seja, o processo de democratização estaria completo à medida em que as instituições democráticas fossem restabelecidas em substituição àquelas que deram sustentação ao regime militar e à medida que os direitos e as garantias individuais voltassem a compor a ordem jurídica. Decorrente desta visão mais restrita acerca da democracia, o movimento sindical ao atuar no processo democrático, o faz não com intuito

de subverter a lógica do fazer política “pelo alto”, mas sob a perspectiva de garantir seus interesses mais imediatos, como a reivindicação por autonomia e liberdade sindical ou mesmo demandas salariais, sem se preocupar com questões que envolvam a transformação da ordem política.

Uma outra abordagem acerca do Novo Sindicalismo assinala que a luta pela liberalização do regime militar proporcionou o surgimento de novos sujeitos sociais que assumem um papel relevante na esfera política, uma vez que a partir de sua atuação buscaram trazer para esta esfera os conflitos que permeiam o cotidiano dos trabalhadores. Para tanto, a própria fábrica é o lugar onde se inicia parte desta luta, passando a ser palco de novas experiências.

Dentre os trabalhos elaborados sob esta perspectiva privilegiaremos as análises feitas por Amnérís Maroni e Éder Sáder.¹²

Para estes autores, o espaço da fábrica não é visto somente como o espaço da produção, mas é também um espaço político, onde a partir das lutas cotidianas os

¹² - Cabe assinalar que embora estejamos privilegiando os autores mencionados, vale a pena assinalar que, John Humphrey recupera a dimensão do local de trabalho para explicar a emergência do movimento grevista do final da década de 70 no ABC paulista. Buscando se contrapor a tese de Maria Hermínia Tavares de Almeida de que as reivindicações apresentadas por aqueles trabalhadores apontavam para a emergência de um padrão sindical afinado com um “sindicalismo de negócios” voltado para demandas econômicas e menos politizado, Humphrey afirma que as reivindicações daquele movimento tiveram um aspecto que buscava melhorias salariais, mas que ao mesmo tempo este aspecto tinha um conteúdo altamente político na medida que enfrentava o poder dos empresários, estes responsáveis diretamente pela manutenção do arrocho salarial a que os trabalhadores estavam submetidos, e o Governo, este autor das políticas salariais que geraram a situação de corrosão salarial no final da década de 70. Apenas a título de ilustração vale a pena ressaltar fragmento da obra do autor, em que o caráter político imputado ao Novo Sindicalismo se torna evidente;

(...)” as exigências básicas, por melhores salários e condições de trabalho, feitas pelos operários e sindicatos, entravam em conflito com o controle e o poder dos empregadores e do Estado. Tal fato torna impossível uma perspectiva apolítica (...)

“(...) Os sindicalistas autênticos e o Partido dos Trabalhadores discutiram questões como o papel da multinacionais, a reforma agrária e a política de redução de preços para os bens de consumo básicos. A diferença entre esse tipo de política e a orientação dos sindicatos populistas é que os sindicatos autênticos não tentaram obter seu poder político a partir da relação com o Estado.” HUMPHREY, John, op. cit., p.

trabalhadores contestam e enfrentam a ordem política estabelecida. As greves de 78, mostram um pouco do que estas lutas representaram enquanto “estratégia de recusa”.¹³

Analisando esta questão, Maroni observa que o interior da fábrica comporta uma multiplicidade de lutas, as quais conferem a dinâmica da própria luta de classes e questionam cotidianamente a racionalidade do processo produtivo. Esta dinâmica permite pensar o espaço fabril enquanto um espaço de conflitos onde os trabalhadores implementam estratégias de resistência, que proporcionam o enfrentamento ao poder do capital.

A autora demonstra como os mecanismos de organização do processo de trabalho buscam retirar da ação dos trabalhadores um sentido de organização coletiva. Neste contexto, é que as pequenas lutas que ocorrem no local de trabalho (tais como operação tartaruga, formação de grupos à margem da organização formal, práticas de sabotagem, etc.) aparecem como aspectos da resistência operária que questionam “a racionalidade da qual a organização do processo de trabalho capitalista afirma ser portador”.¹⁴

A partir destas premissas, Maroni mostra como as práticas de resistência, que têm suas características próprias, constituíram um elemento importante para o movimento grevista de maio de 1978. O que se ressalta é como estas lutas do cotidiano fabril foram recuperadas pela própria liderança sindical, na perspectiva de uma prática coletiva. Neste sentido, o que aparece como importante:

“... é o fato de a própria liderança sindical recuperar a luta espontânea contra a organização do processo de trabalho - as práticas de sabotagem - no nível da categoria e, nesse sentido, legitimá-la como prática coletiva. Rompendo a

239.

¹³ - MARONI, Amnélis. A Estratégia da Recusa: análise das greves de maio/78. São Paulo: Brasiliense, 1982.

¹⁴ - MARONI, Amnérís., op. cit. p. 47/48.

visão contratualista que marca a ação sindical, as propostas acima buscaram tornar permanente a luta operária no âmbito da produção.”¹⁵

Sendo assim, a autora conclui que:

“ O movimento grevista de maio/78, não se limitou, portanto, ao questionamento do arrocho salarial e da ausência de liberdade de expressão e de organização sindical. Explicitamente, uma série de reivindicações incidiu também no questionamento da organização do processo de trabalho; outras reclamam a democratização no processo de decisões e de organização. Entre elas: equiparação salarial, fim da perseguição das chefias; lutas contra os regulamentos internos da fábrica, redução da jornada de trabalho; contra MTM; contra a intensificação do trabalho (simbolizada pelo cartão de controle da produção, que verifica a “eficiência individual diária”), redução do ritmo de trabalho etc.”¹⁶

Tal perspectiva nos permite ver que a subversão da lógica autoritária se deu justamente na forma como os trabalhadores enfrentaram o poder dos empregadores através de fórmulas que questionavam o despotismo fabril presente na organização do processo de trabalho.

Ao agir buscando externar os vários conflitos que permeiam o espaço fabril, os trabalhadores enfrentaram não só questões relativas ao arrocho salarial, como também abriram o caminho para inserir no leque de atuação do movimento sindical uma série de aspectos mais amplos da política brasileira.

Ao questionarem a organização do processo de trabalho, eles explicitaram o autoritarismo presente no espaço da fábrica e construíram sua atuação por meio de organizações no local de trabalho.¹⁷ Tais organizações evidenciaram a necessidade de democratização do espaço fabril, o que recolocava o problema da democracia pensada para

¹⁵ - MARONI, Amnérís., op. cit., p. 49.

¹⁶ - MARONI, Amnérís., op. cit., p.115/116

¹⁷ - MARONI analisa em seu trabalho as comissões de fábrica da *Massey Ferguson do Brasil S.A.* , *Caterpillar do Brasil S.A* e a *MWM Motores Diesel Ltda.*

além do universo institucional e construída a partir de práticas políticas elaboradas pelas classes populares.

Procurando perceber a elaboração destas práticas políticas por meio da ação implementada pelos movimentos sociais no contexto da luta pela democratização, Sáder argumenta que estes movimentos agiram “rechaçando a política tradicionalmente instituída e politizando questões do cotidiano, dos lugares de trabalho e de moradia, eles ‘inventaram’ novas formas de política”¹⁸.

A partir desta perspectiva e analisando as matrizes discursivas que permeiam os movimentos sociais, Sáder passa a caracterizar a emergência do Novo Sindicalismo¹⁹. Observando a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, assinala que a maior sintonia das novas lideranças com suas bases e a mobilização fabril constituíram elementos importantes na emergência de uma nova ação sindical.

*“Nestes casos, ou a mobilização fabril foi a base de oposições que se lançaram contra as direções sindicais acomodadas (como entre os metalúrgicos da capital), ou as direções sindicais absorveram a inquietação da bases e operaram uma “transformação de dentro” na prática sindical (como em São Bernardo)”*²⁰.

Continuando a análise Sáder assinala que na origem deste movimento encontrava-se :

“o impulso de um grupo de dirigentes no sentido de superar uma situação de esvaziamento e perda de representatividade de suas entidades e de estimular e assumir as lutas reivindicativas de seus representados”.²¹

¹⁸- SÁDER, Éder., op. cit., 1988, p. 20

¹⁹- SÁDER discute esta emergência observando duas formas de atuação característica daquele período : a atuação dos sindicalistas metalúrgicos de São Bernardo do Campo, os chamados “sindicalistas autênticos” e a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo - OMS-SP, ver p. 225-310.

²⁰ - SÁDER, Éder., op. cit., p. 180.

Um dos aspectos importantes que Éder Sáder aponta na ação do Novo Sindicalismo, considerando a atuação dos dirigentes metalúrgicos de São Bernardo do Campo, é como a direção do movimento foi capaz “de absorver as pressões das bases e canalizá-las para o interior do aparelho sindical”²².

Neste sentido, busca demonstrar os elementos que passam a figurar numa prática, que se constitui também pelas matrizes discursivas, e como, em face disto ocorre a mudança de um discurso conciliatório presente na ação sindical do período anterior para um outro discurso de contestação.²³

A demonstração da existência de um discurso contestatório baseia-se na idéia de que, estes discursos refletem a experiência vivenciada pelos trabalhadores e que tais experiências naquele momento ganhavam uma dimensão histórica, passando a figurar no plano do enfrentamento político.²⁴

Com base nestes argumentos, entendemos o Novo Sindicalismo não somente como portador de demandas trabalhistas que reivindicavam maior autonomia e liberdade sindical. O Novo Sindicalismo inaugurou práticas que além de se diferenciarem da prática sindical vigente no período do pós-64, continham uma outra concepção sindical.

Estas práticas caracterizavam-se por uma atividade mobilizatória e pelo renascimento do movimento grevista; por uma visão de ação sindical que deveria estar alicerçada no local de trabalho e contar com a efetiva participação dos trabalhadores; por bandeiras de luta que buscavam ampliar o escopo da ação sindical e reivindicavam o fim da tutela estatal sob esta atividade; pelo enfrentamento ao regime militar por meio de atividade

²¹ - SÁDER, Éder., op. cit., p. 180.

²² - SÁDER, Éder., op. cit., p. 182.

²³ - SÁDER, Éder., op. cit., p. 184/185.

grevista e por uma série de reivindicações que buscavam ampliação e reconhecimento de direitos, principalmente os sindicais e trabalhistas, os quais eram freqüentemente burlados pelos patrões .

Em face destas práticas, trataremos o Novo Sindicalismo como um movimento que se constituiu enquanto um dos elementos questionadores da tradição política brasileira . Ao reconstruir a ação grevista, o Novo Sindicalismo conseguiu trazer para a esfera pública os aspectos de coação e autoritarismo que permeavam o espaço da produção.

A consequência mais imediata desta atuação foi a intensificação do conflito fabril, fazendo com que toda a sociedade aderisse à luta dos trabalhadores e passasse a compreendê-la como justa e necessária.

Sendo assim, as greves que poderiam apenas traduzir a insatisfação dos trabalhadores face ao arrocho salarial imposto pela ditadura militar, na verdade se constituíram enquanto um aspecto importante de uma nova prática sindical, que ao dar visibilidade ao conflito fabril denunciava os principais mecanismos de expropriação e coação de uma ordem política eivada pelo autoritarismo e pela exclusão das classes populares desta ordem.

Ao elaborar uma prática sindical cujas principais características eram **uma forma de ação que estreitava os vínculos entre base e direção sindical, buscando um sentido mais democrático para esta relação; a recuperação da importância do local de trabalho, privilegiando as lutas que daí decorriam; a revalorização da ação grevista; a crítica ao modelo sindical e a busca pela quebra das lutas por categoria, apresentando propostas que refletiam os interesses dos trabalhadores enquanto classe é que o**

²⁴ - SÁDER, Éder., op. cit., p. 193.

movimento sindical pôde dar seus primeiros passos na construção de uma perspectiva de democratização.

Esta busca é carregada de um sentido em que democracia é muito mais do que o aspecto institucional. **Por isto, para nós, a luta pela democracia proporcionou aos movimentos sociais a perspectiva de crítica a prática política vigente e a possibilidade de elaboração de elementos de visão de mundo que se contrapõem à visão de mundo dominante.**

Para compreender como isto se expressa, faz-se necessário apresentar a noção de democracia que estamos privilegiando neste trabalho.

2 - SOBRE O ARCABOUÇO ANALÍTICO: QUAL O SENTIDO DA DEMOCRACIA ?

Considerando que privilegiamos olhar a ação do movimento sindical no sentido que o coloca como questionador de uma tradição autoritária e proporcionando o surgimento de um padrão de atuação sindical mais identificado com uma proposta democrática, então nosso campo analítico se desenvolve basicamente em torno da **noção de democracia**. Cabe assim, discutir quais os elementos desta noção e quais os desdobramentos que nos apresentam.

Para fazermos esta discussão, é preciso resgatar alguns elementos que se relacionam com a questão da tradição política brasileira. Neste sentido, é importante lembrar as considerações apresentadas por Weffort²⁵. O autor traça todo um panorama da tradição política instituída no país, onde o sentido da política é “o resultado de uma história em que a política jamais se tornou, verdadeiramente, democrática”.²⁶ Com esta idéia, resgata-se toda uma trajetória marcada pela exclusão, pelo autoritarismo e na qual as soluções são frutos de um consenso “pelo alto”.

O trabalho de Weffort demonstra como a lógica da tradição autoritária, a que nos referimos no item anterior, impera no início do processo de abertura política e, como esta mesma lógica é questionada por uma visão de política, que emerge dos movimentos sociais e que se caracteriza por práticas que se constituem “de baixo para cima”.

²⁵ - WEFFORT, Francisco. Por quê Democracia ?, São Paulo: Brasiliense, 1984

²⁶ - Idem, p. 25.

Também tratando do tema, Carlos Nelson Coutinho²⁷ nos aponta esta mesma questão. Mais especificamente, a análise de Coutinho nos permite compreender os fatos relativos à transição política brasileira e a partir daí porque a atuação dos movimentos sociais está relacionada com a construção de um sentido de democracia, que se opõe a um modelo caracterizado pelo personalismo das elites e pelo pouco estímulo à participação política, e se empenha em “combater a apatia, reforçando a participação política organizada do conjunto da cidadania”²⁸

As interpretações que destacam a atuação dos movimentos sociais no sentido de reagir ao consenso “pelo alto”, inerente ao processo de transição brasileira, tem buscado assinalar como esta forma de atuação redefiniu o campo da política e buscou conferir-lhe um sentido ampliado. Cabe assim, explicitar o que entendemos por este sentido ampliado da política.

Fundamentalmente esta perspectiva baseia-se no fato de que os movimentos sociais criaram uma forma de atuação a qual se delineava para além das instituições políticas formais. Desta forma, o que se reivindicava era a construção de uma democracia participativa, a qual deveria proporcionar um tipo de prática em que a arena pública se abria para a disputa de projetos políticos, evidenciando os antagonismos que permeiam a sociedade brasileira.

Analisando a atuação dos movimentos sociais dentro desta perspectiva, Götz Ottmann²⁹, assinala que

²⁷- COUTINHO, Carlos N., “Democracia e Socialismo no Brasil de Hoje.” In. A Democracia como proposta. IBASE: Rio de Janeiro, 1991.

²⁸ - Idem, p. 101.

²⁹ - OTTMANN, Götz. “Movimentos Sociais Urbanos e Democracia no Brasil: Uma Abordagem Cognitiva”. In : Novos Estudos CEBRAP, n°41, março, 1995.

*“Os movimentos sociais não só foram bem-sucedidos no estabelecimento de estruturas democráticas fundamentais propícias à participação popular, mas também tiveram um impacto substancial sobre as formações normativas do eleitorado, e portanto sobre a arena da política formal. Ao gerarem novos elementos do conhecimento e cultura, contestando permanentemente entidades estabelecidas de uma cultura dominante, os movimentos sociais se engajam ativamente da moldagem da economia política do Brasil.”*³⁰

Percebe-se que um dos traços fundamentais da ação dos movimentos sociais foi exatamente a ênfase na ampla participação política como forma de questionar os consensos “pelo alto” da tradição brasileira. Como consequência, a política que numa visão da classe dominante é pensada como um espaço restrito, passa a ser encarada no seu sentido ampliado.

Ou seja, não se trata apenas de requerer a democratização das instituições formais, mas sim de buscar a democratização da vida social, considerando-se que as desigualdades que se expressam na esfera social decorrem não somente desta tradição, mas também do modo de produção capitalista. Sendo assim, a referência ao sentido ampliado da política não pode ignorar a forma como se organiza a produção.

No que se refere à ação dos movimentos sociais, mais especificamente do movimento sindical, compreender sua ação sob a perspectiva desta ampliação significa compreender elementos da **noção de sujeito coletivo**. A noção de sujeito coletivo está sendo tomada aqui, no sentido que lhe é dado por Éder Sáder, ou seja:

*“no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas”*³¹

Ao trabalhar com a noção de sujeito coletivo, Sáder analisa as ações dos

³⁰ - OTTMANN, Götz., op.cit., 198.

³¹ - SÁDER, Éder., op. cit., p. 55.

movimentos sociais dos anos 70, considerando como eles foram capazes de elaborar uma prática social que era fruto de uma experiência vivida no cotidiano dos trabalhadores. Não se desconsidera aqui as determinações estruturais, que remetem aos mecanismos de reprodução da ideologia dominante, mas considera-se como estas determinações são percebidas e como a partir daí se define uma vontade que se torna coletiva, na medida em que identifica as experiências cotidianas. Como afirma este autor,

*“nesta concepção, sujeito autônomo não é aquele (pura criação voluntarista) que seria livre de todas as determinações externas, mas aquele que é capaz de reelaborá-las em função daquilo que define como sua vontade.”*³²

A relação a ser estabelecida entre a forma como os sujeitos sociais percebem as condições em que vivem, ou seja, a **experiência**, e a forma como isto se transforma em interesse comum pode ser explicada, na medida em que se considere que os discursos que se constituem a partir destas mesmas experiências são os que permitem o elo de “ligação entre a experiência vivida e a consciência - a base para a ação consciente”³³. Sendo assim, é a partir de um universo povoado pelos mais diversos constrangimentos ideológicos que reproduzem a visão de mundo da classe dominante, é que os sujeitos vão elaborando uma contraposição ao discurso decorrente desta visão de mundo e como consequência vão construindo as bases para atuação consciente.³⁴

³² - SÁDER, Éder., op. cit., p.56.

³³ - OTTMANN, Götz., op. cit. 193.

³⁴ - Sobre isto ver abordagem desenvolvida por Éder Sáder (p. 56-60). A síntese da análise do autor pode ser apresentada desta maneira ;

*“Aquilo que é dito e o que é escondido, aquilo que é louvado e o que é censurado, compõe o imaginário de uma sociedade, através do qual seus membros experimentam suas condições de existência. Não quer dizer que todos os discursos sejam iguais e nem mesmo que derivem de uma mesma matriz discursiva. Mas, tendo de **interpelar** um dado público, todo discurso é obrigado a lançar mão de um sistema de referência compartilhado pelo que fala e por seus ouvintes. Constitui-se um novo sujeito político quando emerge uma matriz discursiva capaz de ordenar enunciados, nomear aspirações difusas ou articulá-las de outro modo, logrando que indivíduos se reconheçam nesses novos significados. É assim que, formados no campo comum do imaginário de uma sociedade, emergem matrizes discursivas que expressam as divisões e os*

O Novo Sindicalismo ao ser compreendido dentro desta noção de sujeito coletivo, o faz na medida em que vai abandonando uma posição subalterna para construir uma identidade própria, que se caracteriza pela luta contra o desrespeito a que os trabalhadores eram submetidos, seja no que se referia a obtenção de ganhos salariais ou ao enfrentamento do autoritarismo presente na organização do processo de trabalho.

Este processo se reflete na maneira como as reivindicações do movimento sindical assumem um caráter mobilizatório, tendo como elemento principal a **publicização do conflito fabril**. Ao agirem sob a perspectiva de publicizar os conflitos do plano da produção, os trabalhadores trazem para o plano da política os antagonismos que permeiam a sociedade; a existência de classes distintas: trabalhadores e capitalistas.

Neste sentido, as mobilizações e greves que ocorreram naquela conjuntura demonstraram que ao defenderem seus salários os trabalhadores afirmavam a sua historicidade enquanto agentes produtores e, juntamente com outros movimentos sociais, projetaram para o plano do enfrentamento político os desejos e as insatisfações vivenciados pelas classes populares.

Ainda no que se refere à transformação dos trabalhadores em um sujeito coletivo, Maria Célia Paoli e Éder Sáder analisando a produção acadêmica acerca da emergência do Novo Sindicalismo, assinalam que mesmo em face da pluralidade de interpretações sobre este tema, há traços que aparecem reiteradamente na literatura, “o primeiro deles é o da observação dos trabalhadores enquanto sujeitos dotados de impulsão

antagonismos dessa sociedade.” SÁDER, Éder., op. cit, p. 60.

Pautado nesta perspectiva Sáder enfatiza na emergência do Novo Sindicalismo como os elementos de um discurso conciliatório presente na prática sindical do pós 64 vão sendo substituídos por um discurso de contestação. Sobre isto ver SÁDER, Éder., op. cit, p. 178-193.

própria.³⁵

Esta impulsão própria, que merece ser compreendida no sentido de **autonomia**, ou seja - o sujeito que define e redefine a todo momento suas bandeiras de lutas e sua estratégia de ação sem necessitar da tutela estatal, o que permite identificar a elaboração de uma prática sindical que se constitui em oposição à prática sindical vigente naquele período.

Ao pensarmos nos movimentos populares e sindicais como sujeitos coletivos que escrevem sua própria história, percebemos a dimensão de suas lutas e identificamos que um dos elementos constitutivos deste processo é o enfrentamento ao autoritarismo social.

Como afirma, Dagnino

*“esta é uma sociedade na qual a desigualdade econômica, a miséria, a fome são os aspectos mais visíveis de um ordenamento social presidido pela organização hierárquica e desigual do conjunto das relações sociais: o que podemos chamar de autoritarismo social. Profundamente enraizado na cultura brasileira e baseado predominantemente em critérios de classe, de raça e de gênero, esse autoritarismo se expressa num sistema de classificações que estabelece diferentes categorias de pessoas, dispostas nos seus respectivos lugares na sociedade (...) Esse autoritarismo social engendra formas de sociabilidade e uma cultura autoritária de exclusão que subjaz ao conjunto das práticas sociais e reproduz a desigualdade nas relações sociais em todos os níveis”*³⁶

É contra esta hierarquização que os movimentos sociais lutam. As práticas de contestação do final dos anos 70 fizeram nascer uma concepção de luta em que o questionamento ao autoritarismo social se apresenta enquanto um dos pontos fundamentais. Assim, os movimentos sociais desenvolveram um tipo de ação que expressa uma noção de cidadania, a qual se contrapõe a noção liberal, e buscaram expressar aspectos de um projeto

³⁵ - PAOLI, Maria Célia e SÁDER, Éder. “Sobre as “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro”. In: CARDOSO, R. (org.) A Aventura Antropológica, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 56.

³⁶ - DAGNINO, Evelina. “Os Movimentos Sociais e a Emergência de uma Nova Noção de Cidadania.” In: DAGNINO, E.(org.) Os Anos 90 : Política e Sociedade no Brasil, São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 104.

alternativo pensado sob a ótica das classes subalternas.

No que se refere ao movimento sindical esta ação se inicia no interior da fábrica, em contraposição à super exploração do trabalho, ao autoritarismo das chefias e pela busca de uma cidadania que extrapola a concepção liberal e reconhece a cisão entre o produtor expropriado dos frutos de seu trabalho e a condição humana reduzida à forma mercadoria.³⁷

Em face disto, é possível afirmar que a luta implementada pelos movimentos sociais no final da década de 70, apresenta elementos capazes de reformular o conteúdo político da **noção de cidadania**. Esta reformulação está relacionada com a perspectiva de tratar a cidadania enquanto estratégia. Neste caso,

*“Afirmar a cidadania como estratégia significa enfatizar seu caráter de construção histórica, definida portanto por interesses concretos e práticas concretas de luta e pela sua contínua transformação. Significa dizer que não há uma essência única imanente ao conceito de cidadania, que o seu conteúdo e seu significado não são universais, não estão definidos e delimitados previamente, mas respondem à dinâmica dos conflitos reais, tais como vividos pela sociedade num determinado momento histórico. Esse conteúdo e seu significado, portanto, serão sempre definidos pela luta política.”*³⁸

Esta noção de cidadania traz à tona a diferenciação que pode ser estabelecida

³⁷ - Parte desta busca por cidadania se expressa nas greves do ABC paulista. Sobre isto, Laís Abramo desenvolve uma pesquisa em que demonstra como os trabalhadores do ABC paulista buscaram resgatar sua dignidade através de uma ação que denunciava o tratamento desumano a que eram submetidos; veja-se :

“O que feria a dignidade dos trabalhadores não era apenas o recebimento de um salário “injusto” ou o não reconhecimento do sindicato como interlocutor no plano geral da relação com o governo e a classe patronal. O que feria a dignidade dos trabalhadores era o desrespeito cotidiano a seus direitos no interior das empresas, que não apenas aqueles definidos na CLT. A noção dos direitos e do respeito devido ao trabalhador (que, ao lado da expectativa de merecimento, constituem, a meu ver, o cerne dessa idéia de dignidade) estava baseada, mais do que em leis, na percepção da sua própria identidade como parte da humanidade. O excesso de trabalho, a exposição do corpo aos acidentes e doenças profissionais, a impossibilidade do lazer e da convivência familiar, o desrespeito sistemático por parte das chefias, significava em última instância, não ser tratado como gente, algo que , ao invés de ser garantido pela condição de trabalhador estava sendo fortemente ameaçado. Trabalhar como “um burro de tropa” ou um “escravo” , ser tratado “que nem cachorro”, eram algumas das expressões utilizadas pelos trabalhadores para simbolizar a sensação de ter violentada a base de sua identidade: a identidade de “gente”, de ser humano, anterior mesma à de trabalhador, embora a ela fortemente associada.” ABRAMO, Laís., op. cit., p. 150-151.

entre esta concepção e a visão liberal. Embora não se possa negar que a “essência” da visão liberal continue vigente, ela certamente desempenha “funções bastante diferentes das que caracterizam sua origem”³⁹. Sendo assim, pensar a cidadania para além do conteúdo liberal significa :

- a) Trabalhar com uma redefinição da idéia de direitos. Neste sentido, o que esta noção traduz é a concepção de um direito a ter direitos, buscando criar outros novos, que expressem o conteúdo das lutas políticas específicas;
- b) Perceber uma estratégia dos não cidadãos, dos excluídos, que traçam uma lógica de ação que a diferencia da classe dominante - a incorporação progressiva destes setores conforme historicamente se assinala nas sociedades capitalistas. O fundamento desta estratégia é a construção de uma cidadania de “baixo para cima”;
- c) Pensar a cidadania como parte constitutiva de uma nova proposta de sociabilidade, em que se busca a construção de relações sociais mais igualitárias, em todos os níveis, assinalando o exercício da cidadania para além do nível político estritamente;
- d) Reformular a idéia de relação entre indivíduo atomizado e Estado, e enfatizar a relação entre o Estado e interesses coletivos;
- e) Transcende a idéia de “pertencimento” (belonging), para se pautar sobre a perspectiva de participar, efetivamente, das decisões a serem tomadas, não só aquelas que operacionalizam o sistema político (a regra do jogo), mas o próprio conteúdo daquilo que se tem como interesse em disputa, apresentando os elementos constitutivos de uma nova sociedade.⁴⁰

Cabe lembrar também, que esta noção de cidadania não se esvazia dos

³⁸ - DAGNINO, Evelina., *op. cit.*, 107.

³⁹ - DAGNINO, Evelina., *op.cit.*, p. 107.

antagonismos que permeiam a sociedade. Antes pelo contrário, ela nos permite compreender que contradições as sociedades estruturadas sob a forma de produção capitalista assinalam e que os confrontos têm suas raízes a partir desta estruturação.

Como decorrência desta explicitação das contradições, que demonstra o antagonismo entre visões de mundo diferenciadas⁴¹, surge a noção de **espaço público**, que permite compreender o porque de pensar a noção da democracia como uma proposta política atinente às classes populares, abrindo a possibilidade de crítica a visão de mundo dominante.

Neste sentido, lançaremos mão da análise proposta por Nancy Frase.⁴² Discorrendo sobre o argumento de Habermas acerca da esfera pública, Frase propõe pensar a esfera pública numa perspectiva de multiplicidade, no sentido de proporcionar uma ampliação da democracia, discutindo as possibilidades desta ampliação para além da esfera pública oficial.

Segundo a autora, as múltiplas esferas públicas sempre existiram e, em sociedades altamente estratificadas estas esferas funcionam como o canal de voz daqueles que estão excluídos. Trata-se de “subaltern counterpublics” (contra-públicos subalternos)⁴³, os quais desempenham duas funções nas sociedades estratificadas: “funcionam como espaço que reagrupa atores e lança as bases para que se crie o terreno capaz de absorver uma esfera

⁴⁰ - DAGNINO, Evelina, *op. cit.*, p. 107/108/109

⁴¹ - As visões de mundo que buscamos apontar como antagônicas referem-se a visão de mundo das classes populares e a visão de mundo das classes dominantes, a qual se ergue sobre a exploração e o lucro. Dada a complexidade do tema sugerimos como leitura importante para a compreensão dos aspectos que são constituintes de uma visão de mundo: DIAS, Edmundo Fernandes. “Hegemonia: racionalidade que se faz história.” In: *O Outro Gramsci*. Xamã: São Paulo, 1996; WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores; GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 9ª edição.

⁴² - FRASER, Nancy. “Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy.” In: Bruce Robbins: *The Phantom Public Sphere*, Univ. of Minnesota Pres, 1993.

pública mais extensa”⁴⁴

Pretende assim, destacar em que medida a existência de esferas públicas não oficiais proporcionam uma ampliação da democracia. Para tanto, ela assinala que a multiplicidade de esferas não implica na conseqüente democratização da sociedade. Uma etapa que se faz necessária à ampliação da democracia, é a forma como as demandas tornam-se demandas comuns e se expressam enquanto interesses públicos. Para que isto ocorra é fundamental que a esfera pública expresse um espaço de respeito às diferenças que recortam o tecido social e de expressão das mesmas, em que cada ator social se reconheça enquanto portador de direitos.

Dentro desta perspectiva é possível identificar também a visão de Vera da Silva Telles e de Francisco de Oliveira. Segundo Telles, a noção de espaço público

*“... redefine por inteiro os termos como a sociedade civil pode ser entendida. Não mais como uma sociedade que se estrutura nas regras que organizam interesses privados, mas uma sociedade na qual as relações sociais sejam mediadas pelo reconhecimento dos direitos e representação de interesses, tornando factível a construção de espaços públicos que confirmam legitimidade aos conflitos e nos quais a medida de igualdade e de justiça passa a ser objeto de debate e de uma permanente e sempre reaberta negociação”.*⁴⁵

Traçando este mesmo caminho, Oliveira também apresenta sua concepção acerca da esfera pública, caracterizando sua construção como:

*“a construção e o reconhecimento da alteridade, do outro, do terreno indevassável de seus direitos, a partir dos quais se estruturam as relações sociais”*⁴⁶

Em face destas considerações pode-se perguntar qual o papel a ser cumprido

⁴³ - FRASER, Nancy., op. cit., p. 14

⁴⁴ - FRASER, Nancy., op. cit., p. 15

⁴⁵ - TELLES, Vera da S. “Sociedade Civil, Direitos e Espaço Público”. Pólis, nº 04, 1994

pelo espaço público? Quais as garantias advindas daí? Por que tanta ênfase na construção de regras pactuadas? Em que medida a construção deste espaço altera elementos da trajetória política brasileira? Para responder a estas questões devemos tomar como ponto de partida um outro texto de Vera da Silva Telles⁴⁷ em que a autora discutindo os elementos presentes no pensamento de Hannah Arendt nos apresenta aspectos que norteiam a dinâmica deste espaço.

Um argumento importante que a autora apresenta, tomando por base as considerações de Claude Lefort⁴⁸, é o de que “o reconhecimento dos direitos não depende da simples concordância com a legalidade formal constituída. Tampouco depende da simples sanção do Estado”⁴⁹. Na verdade, a existência deste espaço depende “daqueles que nele se reconhecem e lhe dão sentido”⁵⁰. Sendo assim,

*“o espaço público se determina como espaço político que “tem por efeito instituir uma cena na qual o conflito se apresenta aos olhos de todos (desde que a cidadania não seja mais reservada a um pequeno número) como necessário, irreduzível e legítimo”, de tal forma que “todas as divisões de fato se transportam e se transfiguram sobre a cena em que a divisão aparece como divisão de direito”(ibid.,p.267). E isto significa reconhecer que esse espaço público é regido por uma dinâmica em que o próprio direito é sujeito a uma constante reinterpretação, enquanto debate sempre aberto sobre o justo e o injusto, o legítimo e o ilegítimo”.*⁵¹

A importância disto na prática política brasileira, é que na medida em que estes espaços se desenvolvem, um elemento fundamental é questionado: **a prática autoritária que exclui as classes populares da arena política e menospreza a dimensão do**

⁴⁶ - OLIVEIRA, Francisco. “O Surgimento do Anti-Valor”. Novos Estudos CEBRAP, nº 22, outubro, 1988.

⁴⁷ -TELLES, Vera da S. “Espaço Público e Espaço Privado na Constituição do Social : notas sobre o pensamento de Hannah Arendt”, Tempo Social, v.02, nº 01, 1990.

⁴⁸ - Os trechos entre aspas que aparecem nas citações da autora referem-se a LEFORT, Claude. “Hannah Arendt et la question du politique”. In . *Enssais sur le politique : XIX-XXe siècles. Paris, Seuil, 1986.*

⁴⁹ -TELLES, op.cit. nota 47, p. 45.

⁵⁰ - Idem.

confronto, fazendo com que este deixe de aparecer como um aspecto central na luta implementada por estas classes. Pode-se afirmar então que embora o espaço público não seja necessariamente igualitário, ele cria as condições para o reconhecimento das alteridades e das diferenças, trazendo para cena política os interesses, anseios, desejos, vontades e possibilidade de disputa de um projeto político daqueles que sempre estiveram à margem do poder.⁵²

2.1 A possibilidade de realização da democracia na ordem capitalista

Até aqui assinalamos como a cidadania e a democracia podem ser pensadas para além do conceito liberal, assinalando a sua dimensão de estratégia política. Diante disto cabe uma questão: seria possível a realização da democracia na ordem capitalista?

Um dos primeiros aspectos importantes para a resposta a esta pergunta refere-se a análise acerca da autonomia que as classes populares são capazes de forjar. Discutindo esta questão Edmundo F. Dias assinala que um dos desafios das classes subalternas é exatamente a dificuldade que têm de elaborar sua identidade. Sendo assim, “o seu saber/pensamento é construído, errática e fragmentariamente, a partir da sua inserção subordinada na estrutura social.”⁵³ Ora isto não significa que não haja um processo em que

⁵¹ - Idem.

⁵² - Ainda sobre esta questão vale a pena destacar o seguinte fragmento das análises de Vera da Silva Telles, “Mas nem por isso se poderia considerar esse espaço público como algo, por definição, igualitário. Se é verdade que a garantia formal dos direitos não significa sempre e necessariamente um reconhecimento público da legitimidade das razões e vontades, interesses e demandas de indivíduos ou grupos sociais, também é preciso reconhecer que os critérios publicamente estabelecidos de reconhecimento e legitimação contêm em si mesmos, um princípio de discriminação que constrói a figura daqueles que, em função de sua condição de classe ou de vida, de sexo ou idade, de origem ou de cor, são como que descredenciados enquanto sujeitos reconhecíveis e reconhecidos no espaço público. Trata-se daqueles que vivem sua condição como diferença que os exclui da dimensão política da vida social.” TELLES, Vera da S., “Espaço Público e Espaço Privado na Constituição do Social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt”, Tempo Social, v.02, nº 01, 1990, p. 46.

⁵³ - DIAS, Edmundo F. “A Liberdade (Im)Possível na Ordem do Capital: Reestruturação Produtiva e Passivização” Textos Didáticos, IFHC, UNICAMP, nº29, agosto de 1997, p.20.

estas classes busquem a sua própria visão de mundo, o problema é que, no limite, o movimento que lhes é imposto pela lógica do capital reduz sua atividade ao momento cotidiano, perdendo de vista a possibilidade de elaboração de um projeto que se contraponha a hegemonia das classes dominantes. Sobre isto, ainda utilizando a análise de Dias, pode-se afirmar que

“essa redução à cotidianidade, à imediatidade, à fragmentariedade, também ocorre com as classes dominantes, visto estarmos vivendo em uma sociedade marcada pelo fetichismo das formas mercantis. Há, no entanto, uma mediação fundamental : as classes dominantes comandam a estrutura - contraditória - do processo de produção e reprodução social. (...) Para as classes dominantes basta a reprodução pura e simples, de suas práticas. Por isso mesmo, a prática dominante é pensada como instrumentação da técnica da sua racionalidade, de toda racionalidade possível, colocando-se no chamado “campo econômico”, como resolução das questões imediatas da produção e da reprodução da materialidade.”⁵⁴

A pergunta que pode surgir é : mas diante de tanta submissão à racionalidade dominante, por que lutam as classes populares? O grande eixo, então, é como construir uma nova racionalidade, uma nova visão de mundo, uma liberdade que extrapole os ditames do ordenamento jurídico vigente.

Esta não é uma equação muito fácil, mas se analisarmos a história do capitalismo veremos uma constância no que se refere à existência de projetos diferenciados e por mais que as classes populares estejam numa posição subalterna, as contradições inerentes a este modo produção exigiram destas classes um tipo de postura capaz de ressaltar os elementos que se contrapunham a ordem vigente.

Em outras palavras, queremos dizer que se há submissão, há também resistência a esta expropriação do saber operário. Neste caso, ainda que de maneira fragmentária os

⁵⁴ - Idem.

trabalhadores buscam construir um projeto político que se contraponha a hegemonia do capital.

Exemplos não faltam para justificar esta afirmação. O que foi o movimento do ludismo senão uma resistência ao advento da maquinaria? O que foi a luta pelo direito de voto universal senão também uma forma de quebrar a lógica de que somente os proprietários teriam direitos políticos?

Em todos estes casos os trabalhadores buscaram, mesmo numa posição de submissão, subverter a ordem existente, e isto só é explicável na medida em que se considere as contradições que permeiam esta ordem. A mais fundamental delas todas é: o produtor expropriado dos frutos de seu trabalho.

O problema é que ao passo que esta resistência se amplia, a manutenção da ordem capitalista requer que parte do que se é reivindicado pelos trabalhadores seja incorporado à ordem jurídica. Um breve passeio pela história da cidadania nos mostrará isto.

No século XVIII, época de consolidação das idéias liberais, sob a perspectiva de garantir a liberdade no sentido de viabilizar uma ordem política compatível com a ordem econômica de então, podemos observar o nascimento dos primeiros direitos que farão parte do conceito inicial de cidadão: **os direitos civis**.

A instituição de tais direitos encontra-se em perfeita harmonia com a proposta de ordem econômica que estava posta. À medida que, através dos direitos civis se garante aos indivíduos igualdade perante a lei, se confere a primeira garantia necessária para a manutenção da nova ordem econômica.

Através deles o indivíduo adquire a personalidade jurídica necessária para firmar contratos e dispor de seu corpo para vendê-lo enquanto uma mercadoria. É isto que constitui-se em um dos elementos, que segundo os liberais, viabilizaria a economia de mercado.

Neste momento, embora se concretizem os direitos civis, isto não significa a ampliação de um horizonte capaz de proporcionar a emancipação dos trabalhadores. Efetivamente a instituição dos direitos civis encontra-se em perfeita sintonia com a necessidade de legitimação das forças de mercado. Para consolidar-se enquanto classe dominante um dos mecanismos que a burguesia lança mão é tomar a igualdade jurídica como forma de ocultar as desigualdades advindas do processo produtivo, cujo o fundamento é a exploração e o lucro.

Nota-se assim, que embora a idéia de garantias civis permitisse criar limites para o exercício do poder, na verdade esta é uma limitação que fundamentalmente garante a não intervenção do Estado no mercado, o que permite a classe dominante desenvolver de maneira ampla o seu conceito de liberdade. Entretanto para os trabalhadores, tal garantia concretiza apenas uma aparência de liberdade que na realidade não se realiza, uma vez que o direito a auferir livremente dos frutos de seu trabalho lhes é negado.

O fato é que somente a instituição dos direitos civis não foi possível para resolver o problema da desigualdade crescente no capitalismo. Na medida que o processo de industrialização se desenvolve, estas desigualdades se acirram e os trabalhadores denunciam isto organizando-se e reivindicando mais do que apenas garantias civis.

Esta constatação permite ver que o conteúdo da cidadania é **histórico e fruto das lutas dos trabalhadores**. Isto significa que contrariamente ao universalismo que os

liberais tentam imputar ao conceito de cidadania, a partir da igualdade jurídica formal, a luta por sua obtenção extrapola a esfera dos limites legais. De alguma maneira, esta luta expressa os conflitos classistas que permeiam a sociedade capitalista.

Pensando sob esta perspectiva, é importante assinalar que as lutas implementadas pelos trabalhadores ao longo do século XIX reivindicavam a extensão do sufrágio de modo amplo. Neste sentido, Polanyi toma como exemplo o movimento cartista que lutava por reformas que abarcassem um "sufrágio popular efetivo" e, em contrapartida demonstra a resistência do Parlamento em admitir tais reformas.⁵⁵

Outro aspecto assumido que merece ser destacado é como no final do século XIX as desigualdades geradas pelo mercado levaram à implementação de políticas protecionistas, que viabilizaram o surgimento, no século XX, do capitalismo monopolista. Sem falar que os mecanismos da liberal democracia não foram suficientes para resistir às pressões da classe trabalhadora, e os governos locais acabaram legislando sobre métodos de proteção social.

Isto também significou a ampliação da cidadania, que no caso inglês, teve a partir de 1918, a instituição do sufrágio universal e abriu caminho para que o século XX fosse marcado pela instituição de **direitos sociais**, onde a proteção social garantida pelo Estado passa a ser um dos principais elementos que visam amenizar as desigualdades impostas pelo mercado.

É importante lembrar que as políticas de proteção social garantidas pelo Estado, principalmente no período que se inicia na década de 30, tem por finalidade amenizar as

⁵⁵ - POLANYI, Karl. A Grande Transformação - As Origens de Nossa Época. Rio de Janeiro : Campus, 1990.

tensões de uma ordem cujo fundamento é a desigualdade, buscando resolver este problema a partir da igualdade formal.

Assim, embora o estatuto da cidadania seja ampliado com a emergência de governos social-democratas, o que interfere nos resultados produzidos pelo mercado, ou seja, na medida em que se amplia a proteção social garante-se ao trabalhador o direito de estar protegido contra os efeitos perversos do mercado, isto não significa a eliminação da exploração ou a possibilidade de construção de uma nova ordem social.

Na verdade, ao ampliar os benefícios sociais a classe dominante o faz na perspectiva de que, com isto, consiga ampliar sua hegemonia e mantendo-se nesta posição; na medida que incorpora as reivindicações dos trabalhadores busca obter destes a concordância para a continuidade da existência da propriedade privada.

Sob este aspecto é importante a análise de Edmundo F. Dias em que aponta a problemática de reduzir a cidadania a idéia de ampliação de direitos sociais:

“(.)Essa redução se faz ao custo de uma política de pactos sociais, de fortalecimento do capitalismo, como único horizonte “possível” e desejável para não importa que classes, segmentos, forças em presença. Como naturalidade. A relação economia-democracia só é possível nessa perspectiva se capitalismo for sinônimo de economia.(.)”⁵⁶

Não resta dúvida que o caminho que a noção de cidadania faz no capitalismo guarda algumas peculiaridades. Dentre elas, destaca-se o fato de que este é um conceito que relaciona-se estreitamente com o trabalho. Por mais que a cidadania expresse uma idéia de universal, esta idéia não pode ser pensada sem que se considere a forma como se organiza a produção na sociedade.

⁵⁶ - DIAS, Edmundo F. “Cidadania e Racionalidade de Classe”, Universidade e Sociedade, ano VI, nº 11, junho 1996, p. 132.

Sendo assim, a máxima da igualdade perante a lei só existe se considerarmos que para a classe dominante é preciso “resolver” as contradições do mercado a partir de uma solução política. Busca-se, assim, com a fórmula da igualdade perante lei e suas derivações (as políticas sociais, por exemplo) conceder aos trabalhadores algo que não existe no campo da produção. É como se a economia pudesse ser separada da política por lógicas completamente distintas. Neste caso,

“Sob o capitalismo, a cidadania é pensada como uma determinação abstrata do mercado, “eterna”, meta-histórica. O cidadão (membro de uma comunidade política) e o membro da comunidade econômica (participante do mercado) é um indivíduo abstrato, portador de racionalidades, vontades “descamadas” de determinações. A noção de cidadania, entendida como articulação entre indivíduos juridicamente livres, oculta as determinações reais. Do ponto de vista da ideologia burguesa, as determinações de operário e capitalista, de dominado e dominante, também desaparecem. Exploração e opressão são tomadas palavras vazias pelo efeito mágico da idéia de individualidade e cidadania.”⁵⁷

Uma questão que pode surgir é: se há uma incorporação das classes subalternas à ordem vigente, então, por que lutar pela democracia? Justamente por que uma das formas de desconstruir os mecanismos de incorporação é tomando a luta pela democracia como uma das formas de externar os contornos de um projeto político capaz de impor uma nova racionalidade, esta pautada na lógica dos trabalhadores

Sendo assim,

“Para que cidadania (e a democracia) não sejam palavras absolutamente vazias, é fundamental que possam expressar as diferenças sociais, ser compreendidas como espaços contraditórios de luta onde as vontades classistas (e seus indivíduos) se exercem. Espaços abertos de participação real na construção da história, e não apenas de legitimação social do regime vigente. Isto é exatamente o contrário do que ocorre no capitalismo como modo de

⁵⁷ - DIAS, Edmundo F. “Cidadania e racionalidade de classe”, Universidade e Sociedade, ano VI, nº11, junho, 1996, p. 132

viver e produzir."⁵⁸

Partindo desta perspectiva, o sentido de democracia que este trabalho toma como central é justamente aquele que trata este conceito para além das instituições formais e assinala como as classes populares ao reivindicarem a construção de espaços democráticos abrem a possibilidade de construir uma visão de mundo que apresenta elementos de transformação social.

Entendemos os espaços democráticos muito além dos espaços forjados a partir da legalidade e da institucionalidade vigente na ordem do capital. Para uma melhor compreensão desta perspectiva, faz-se necessário apresentar aspectos das relações que existem entre as práticas e o discurso vividos no cotidiano de uma classe e a efetivação de uma nova hegemonia.

Embora o conceito de hegemonia comporte um certo grau de complexidade, buscaremos traduzir os elementos fundamentais deste conceito relacionando-o às práticas desenvolvidas por uma classe subalterna, por meio da crítica que estabelece a uma concepção de mundo dominante.

Neste sentido,

“ A capacidade que uma classe fundamental (subalterna ou dominante) tenha de construir sua hegemonia, decorre da sua possibilidade de elaborar sua visão de mundo própria, autônoma. Esse processo de “construção da hegemonia, que ocorre no cotidiano antagônico das classes, decorre da sua capacidade de elaborar sua visão de mundo autônoma e da centralidade das classes. Essa centralidade, tomada como “síntese de múltiplas determinações”, e não como um a priori lógico, como um ‘efeito da estrutura”, é determinante no exercício da hegemonia. Diferenciar-se, contrapor-se como visão de mundo às demais classes, afirmar-se como projeto para si e para a sociedade; ser direção das classes subalternas e dominadas na construção de uma nova forma

⁵⁸ - DIAS, Edmundo F. “Cidadania e racionalidade de classe”, Universidade e Sociedade, ano VI, nº11, junho, 1996, p. 137.

*civilizatória. Para tal, é fundamental ter a capacidade de estruturar o campo das lutas a partir do qual ela poderá determinar suas frentes de intervenção e articular suas alianças”*⁵⁹

Este processo de construção de uma visão de mundo crítica à visão de mundo dominante implica num aspecto fundamental - a criação de intelectuais orgânicos capazes de elaborar os fundamentos de um projeto político alternativo.

Cabe assim, assinalar como se dá este processo de criação de intelectuais orgânicos. Seriam estes saberes iluminados capazes de conduzir as classes populares a transformação social ?

A resposta é não. Sobre isto, Gramsci aponta que “todos os homens são filósofos”⁶⁰, sendo necessário, então, desenvolver esta atividade crítica por meio da organização das massas. Afirma então que

*“(...)a filosofia da práxis não busca manter os “simplórios” na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simplórios não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral, que torne politicamente possível o progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos de intelectuais.”*⁶¹

Ao exercerem de maneira coletiva esta crítica ao senso comum, inicia-se um processo em que a classe subalterna abre a possibilidade de construir sua visão de mundo própria, autônoma. Não há que negar que este é um processo que envolve construções e desconstruções⁶², entretanto o que devemos apreender disto é como as classes populares

⁵⁹ - DIAS, Edmundo F. “Hegemonia: racionalidade que se faz história.” In. O Outro Gramsci, Xamã : São Paulo, 1996, p.10.

⁶⁰ - GRAMSCI, Antonio. Concepção Dialética da História, 9ª edição, 1991, p. 11

⁶¹ - *Ibid.*,p. 18-19

⁶² - Gramsci afirma que

passam a construir elementos de contraposição à ideologia dominante.

Especificamente no que se refere ao tema escolhido para análise, temos que ao exercerem uma prática política de crítica ao autoritarismo social, os movimentos sociais e o movimento sindical abriram a possibilidade de construir elementos de uma visão de mundo pensada sob a ótica dos explorados.

Ainda que esta atuação tenha um caráter fragmentário e em muitos momentos se torne difícil identificar a solidez de uma proposta de transformação, a importância a ser conferida à luta pela democracia naquele momento reside no fato de que ela permite analisar quais práticas foram construídas pelo movimento social no sentido de criticar os fundamentos da exploração e da exclusão social presente na ordem política brasileira. A melhor expressão desta possibilidade foi a criação do Partido dos Trabalhadores em 1979.⁶³

Neste sentido, compreendemos que a luta pela democracia implica na forma como as classes populares foram capazes de construir elementos éticos-políticos motivadores de uma perspectiva de transformação.

Não se trata de ignorar que parte do empenho dos movimentos sociais no processo de democratização brasileiro era dirigido à construção de mecanismos formais capazes de ampliar a democracia. Entretanto, nosso ponto de vista é de que a construção da democracia numa sociedade que se estrutura sobre a propriedade privada e sobre a

"(...) este processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de cisões e de agrupamentos; e neste processo a "fidelidade" da massa (e a fidelidade e a disciplina são inicialmente a forma que assume a adesão da massa e a sua colaboração no desenvolvimento do fenômeno cultural como um todo) é submetida a duras provas. GRAMSCI, Antonio. Concepção Dialética da História. 9ª edição, 1991, p. 21-22

⁶³ - Não é nosso objetivo tratarmos especificamente da relação que se estabelece entre a fundação do PT e a prática desenvolvida pelo movimento social no final dos anos 70, entretanto vale a pena assinalar que pela forma como foi organizado e pensado como um partido de crítica à prática política vigente, a sua criação naquele momento representou um importante passo na perspectiva de construção de intelectuais orgânicos brasileiros.

exploração apresenta sempre limites, os quais têm por finalidade manter os fundamentos desta sociedade.

Para transpor estes limites, as classes populares devem buscar construir um novo modo de organização social que lhes seja próprio e que reflita sua visão de mundo. Sendo assim, a luta pela democracia no Brasil proporcionou um momento ímpar na possibilidade de elaborar aspectos desta visão de mundo.

No que se refere ao movimento sindical, nosso ponto de partida é a ação grevista do final dos anos 70, interpretando-a como um movimento que trazia para a esfera política a questão da super exploração do trabalho. Apontando, assim, os elementos do conflito fabril, que neste momento questionam veementemente não só o autoritarismo do processo fabril como também o pacto político de sustentação das elites brasileiras, abrindo a possibilidade de disputa dos projetos políticos.

3 - UM OLHAR SOBRE A CUT : O OBJETO EM QUESTÃO

Considerando que a prática sindical vivenciada pelo novo sindicalismo não fica circunscrita apenas àquele período, mas a continuidade desta ação se dá com a formação da Central Única dos Trabalhadores - CUT-, que incorpora a perspectiva de que há na sociedade uma disputa por projetos políticos diferenciados⁶⁴, é que o presente trabalho escolheu como objeto de análise a trajetória desta Central.

Privilegiar a CUT significa buscar analisar como a prática política desta Central reflete elementos de crítica à prática política vigente. Neste sentido, escolher a CUT e não outra Central sindical passa pela perspectiva de que a CUT nasce sob uma concepção sindical diferente daquela que marca a tradição sindical brasileira.

Embora não seja nosso objetivo desenvolver de maneira mais aprofundada as diferentes concepções sindicais que marcam a reorganização do movimento sindical brasileiro no início dos anos 80, é importante aqui, estabelecer elementos, ainda que gerais, destas diferentes concepções.

A Central Geral dos Trabalhadores- CGT-, fundada em 1986, manteve-se numa perspectiva que reproduz as práticas da tradição sindical brasileira. Durante toda a década de 80, a CGT pauta sua ação sob uma perspectiva de não ruptura com o modelo sindical vigente. O exemplo ilustrativo disto é a forma como a idéia de liberdade sindical era pensada por esta Central. Embora defendesse uma mudança na estrutura sindical, os fundamentos da

⁶⁴ - Não trataremos neste trabalho sobre a criação da CUT, apenas para efeito ilustrativo vale assinalar que os princípios presentes na formação da Central constituem o principal demonstrativo da forma como a CUT incorpora as bandeiras do Novo Sindicalismo, percebendo os elementos da disputa entre projetos políticos diferenciados. Tais princípios se evidenciam em três eixos básicos : a rejeição ao capitalismo e afirmação dos princípios socialistas numa perspectiva libertária e de emancipação, a postura crítica em relação à estrutura sindical oficial, a valorização do local de trabalho e da mobilização das bases como os mais importantes elementos da ação sindical. Também no que se refere aos aspectos de fundação

tutela estatal - o imposto sindical e a unicidade sindical - deveriam ser mantidos. Acresce-se a isso a valorização das entidades oficiais - Federações e Confederações.

Um outro aspecto que nos permite evidenciar a diferença entre CUT e CGT trata-se da forma como a CGT, na década de 80, se portou diante das campanhas de massa que questionavam as políticas conservadoras. O discurso da CGT afirmava ser aquele um momento inoportuno para tal movimento. Isto permite assinalar que a ação da CGT foi fortemente marcada por uma perspectiva de reforma no interior da estrutura sindical e de não desafiar às políticas estabelecidas pelo primeiro governo civil.

Por outro lado, comparando a Força Sindical com a CUT, percebemos dois elementos fundamentais que diferenciam estas Centrais. Além de defender um sindicalismo apartidário, pragmático e não burocrático, as declarações de seu presidente Luís Antônio Medeiros, quando da fundação desta Central, foram enfáticas no sentido de afirmar que a Força Sindical surgia em oposição ao sindicalismo de confronto, característica marcante da ação da CUT durante a década de 80.

Neste sentido, percebe-se que a FS buscou se impor no cenário nacional pautando sua ação por uma concepção que privilegia um “sindicalismo de resultados”, mais voltado para a negociação e o entendimento com o patronato do que para uma prática de contestação pautada na luta de classes.⁶⁵

Diante disto, a CUT apresenta-se à sociedade como uma Central que contesta a

da CUT recomenda-se a leitura das resoluções do Congresso de fundação da Central (agosto/83).

⁶⁵ - Não é nosso objetivo reproduzir aqui as análises acerca do surgimento e da ação sindical desenvolvida pela Força Sindical. Vários trabalhos elucidam algumas das questões em torno do tema, citamos o de CARDOSO, Adalberto M. “O Pragmatismo Impossível : As Origens da Força Sindical”. Novos Estudos CEBRAP, nº 32, março/1992 e ALVES, Wânia M. B. O Trabalho como Interesse e a Opção Neocorporativa : Um estudo do sindicalismo brasileiro nos últimos 20 anos. Tese de doutoramento apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, 1993.

ordem e o faz sob a perspectiva de construir uma proposta de democracia que reivindica não só a democratização das relações sindicais e de trabalho, mas também incorpora lutas de outros atores sociais, tais como a questão da terra, a questão das mulheres, a necessidade de democratização dos meios de comunicação, a necessidade de reforma urbana, entre outras. Ou seja, uma proposta que questiona aspectos fundamentais da manutenção da ordem.

Não resta dúvida de que esta perspectiva é recortada pelas mais diversas contradições, entretanto nosso objetivo é compreender por que ao mesmo tempo que existem elementos que permitem identificar na atuação da Central a perspectiva de construção de uma visão de mundo contestatória, também, há aspectos característicos de uma tradição autoritária que continua a existir ao longo de sua prática política.⁶⁶

Feita estas considerações mais gerais, cabe mostrar como a Central tem sido vista nos trabalhos acadêmicos que procuram analisar sua trajetória.

Um dos primeiros pesquisadores a tratar o tema de maneira mais sistemática foi Leôncio Martins Rodrigues, com o livro “CUT: os militantes e a ideologia”, resultado de uma pesquisa realizada durante o III Congresso da Central (set./88).

Buscando compreender o perfil da militância presente naquele Congresso, bem como os aspectos relativos a correlação de forças que se estabeleceria na CUT a partir daquela data, Leôncio M. Rodrigues nos oferece uma análise acerca da história da CUT.

A principal tese que o autor levanta neste estudo é de que **haveria na trajetória da Central, o desenvolvimento de um padrão de atuação sindical na linha social-democrata, o que demonstraria o fim de uma prática mais confrontacionista que**

⁶⁶ - Dentre este fatos, podemos destacar o por que da CUT não conseguir romper com o modelo sindical corporativo e muitas vezes desenvolve práticas que reforçam não somente a estrutura sindical corporativa, como também um tipo de atuação corporativista restrita as categorias profissionais, a qual vive em constante

estaria sendo substituída por uma linha de ação mais negocial. Neste sentido, o *ethos* socialista presente nas Resoluções da Central, na prática deixaria de existir e figuraria apenas como o elemento de um ideário que somente emerge em momentos de discussão, tal como nos Congressos.⁶⁷

Sob esta perspectiva o autor, chama a atenção para o fato de que a ação da CUT estaria cada vez mais acomodada à ordem, amenizando os efeitos perversos do capital, do que propriamente voltada para a transformação da sociedade. Ele busca explicar como a perspectiva socialista tem um caráter importante nos momentos iniciais de uma organização sindical, mas na medida em que as organizações sindicais crescem e aumentam seu grau de poder esta perspectiva passa a ser disfuncional, criando entraves para o próprio desenvolvimento destas organizações.⁶⁸

A análise de Rodrigues, enfatiza a todo momento o **pragmatismo da ação**

tensão com um tipo de atuação voltada para uma perspectiva classista.

⁶⁷ - Sob este aspecto é que toda a análise do autor passa a ser permeada por uma oposição entre resoluções políticas e prática sindical. Neste sentido, os Congressos teriam um caráter de disputa ideológica enquanto no cotidiano sindical as atitudes dos dirigentes estaria afinada com uma ação pragmática.

"A prática cotidiana dos sindicatos e associações filiadas à CUT tende a ser consumida pelos problemas práticos da administração e das reivindicações modestas e convencionais. Mas o clima dos Congressos é diferente. Neles se trava o confronto ideológico que exige armas intelectuais: conhecimentos, informações, domínio da teoria, ou seja, muito saber. O duelo ideológico efetua-se numa arena momentaneamente isolada do resto do mundo e tendo como referência apenas as fronteiras do próprio congresso". RODRIGUES, Leôncio M. CUT: Os Militantes e a Ideologia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 11

⁶⁸ - RODRIGUES, Leôncio M. CUT: Os Militantes e a Ideologia. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1990, p. 89. Construindo o argumento em função da CUT, o autor afirma:

"é muito difícil qualquer atuação concreta em favor não apenas de demandas do tipo socialista como até outras mais gerais que não dizem respeito ao cotidiano dos trabalhadores (solidariedade à revolução cubana ou nicaraguense, por exemplo) (...)

No plano de suas funções latentes, essas reivindicações se destinam a marcar posições, provocar definições, separa os campos e, também, "desmascarar" os reformistas, os vacilantes e, como consequência aumentar o poder das lideranças mais radicais no interior da CUT. (...). Apesar disto, achamos que acabam por dificultar o estabelecimento de um plano viável de atuação. Desse ângulo, tendem a prejudicar a atuação da CUT e têm um efeito desmobilizado : grandes bandeiras são levantadas, planos ambiciosos de luta são aprovados para não serem postos em prática.

(...) Neste sentido, a cultura socialista , que imagina a CUT como instrumento de luta revolucionária, dificulta ou impede inteiramente que a CUT possa ter um papel mais efetivo na dinâmica das disputas políticas e do jogo pelo poder, tal como o conquistado pelas centrais sindicais dos países desenvolvidos.

sindical. Neste sentido, o autor mesmo reconhecendo que há na Central duas visões diferentes acerca do papel do sindicalismo⁶⁹, não consegue aprofundar as razões destas diferentes visões. O que ele nos coloca é que a luta política que ocorre na CUT tem apenas o caráter de disputar qual a natureza da Central, e que na medida que o poder sindical se amplia a possibilidade de se efetivar uma luta com caráter anticapitalista deixaria de existir.

Mais uma vez reforça, neste texto, o argumento que já havia sido desenvolvido em outros trabalhos⁷⁰, da existência de uma relação de exterioridade entre a ação política dos sindicatos e suas reivindicações econômicas. Afirmamos que o argumento do autor nos leva a pensar num movimento sindical sempre preocupado com a possibilidade de realizar seus interesses mais imediatos e deslocando-se cada vez mais do eixo da transformação política.

A perspectiva que nos orienta neste trabalho se diferencia totalmente deste, ainda que se possa assinalar que a ação da CUT tenha forte influência do ideário social-democrata, não é possível afirmar que esta é uma tendência inexorável e que, portanto, mais compatível com a necessidade que os sindicatos têm de ampliar seu poder de barganha.

Discorrendo sobre a trajetória da CUT, Iram Jácome Rodrigues desenvolve como questão principal “o estudo das questões suscitadas pela entrada em cena dos trabalhadores a partir de 1978 e o impacto diante do sistema político na década de 80” As duas questões básicas que discute são “o papel que o sindicalismo representou na luta pela

RODRIGUES, Leôncio M. CUT: Os Militantes e a Ideologia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 91/92.

⁶⁹- Trata-se da visão da Articulação Sindical, “que pretende fazer da CUT uma central de organizações sindicais, o que significa e qualquer que seja a retórica, aceitar os parâmetros da economia de mercado e da ordem legal; [e] outra minoritária, que pretende fazer da CUT uma central de luta contra o sistema capitalista”. RODRIGUES, Leôncio M. CUT: Os Militantes e a Ideologia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 23.

⁷⁰ -Sobre isto ver a crítica que estabelecemos ao autor na p. 11 deste capítulo.

democracia no período e as dificuldades enfrentadas para a consolidação da democracia em nosso país”.⁷¹

Para tanto, assinala que o Novo Sindicalismo se constitui enquanto um movimento capaz de expressar na arena política as demandas dos trabalhadores, não só no sentido de reivindicar melhorias salariais, mas também num sentido de buscar a ampliação da cidadania. Como decorrência desta perspectiva dá-se o nascimento da CUT, que incorpora os elementos da luta iniciada pelo novo sindicalismo e reivindica a existência de um regime democrático capaz de efetuar as demandas pela ampliação da cidadania.

Assinala então, que mesmo face à necessidade de um regime democrático é importante compreender o papel a ser desempenhado pela democracia. Neste sentido, a concepção de democracia que adota é de um regime no qual as regras do jogo devem garantir uma condição de igualdade para que os atores sociais desenvolvam sua ação.

Com base nesta noção de democracia, Jácome Rodrigues analisa a ação da CUT assinalando como as demandas apresentadas buscaram concretizar direitos, como ocorreu com os direitos sociais estabelecidos na Constituição de 88. Aponta, então, que se, por um lado, parte destas demandas materializaram-se em direitos, outras não se realizaram, como é o caso da alteração na estrutura sindical brasileira.

O autor também faz uma análise das diferentes visões que permeiam o interior da Central, no sentido de compreender como suas posições se delineiam a partir destas visões e, discorre sobre a ação da CUT no último período (anos 90), considerando que a estratégia de ação baseada no conflito vem sendo substituída por uma postura que valoriza a prática da negociação.

⁷¹ - RODRIGUES, Iram J., op. cit., 1993, p. 04.

A análise do autor tem um aspecto importante no que se refere à questão do Novo Sindicalismo. Ao perceber aquele movimento como maior do que a contestação face ao arrocho salarial do período, o autor resgata toda uma perspectiva de ação que não se volta apenas para as questões econômicas.

Um outro aspecto significativo é que ao pensar o Novo Sindicalismo para além da ação economicista, Jácome Rodrigues insere na análise a idéia de que naquele momento constitui-se um sujeito social que forjava uma identidade e uma prática sindical contrárias à ação do movimento sindical existente no período anterior. Isto permite pensar a CUT numa perspectiva de continuidade do Novo Sindicalismo, como também de inseri-la enquanto uma força relevante na luta pela democracia.

Entretanto, no que se refere à questão da democracia, a visão que o autor adota parece não ser compatível com a perspectiva de análise que desenvolve em torno do Novo Sindicalismo e da ação da CUT. Esta afirmação baseia-se no fato de que ao pensar a democracia sob a perspectiva das regras do jogo, ele limita a perspectiva da ação da Central, ignorando seu potencial de resistência à ordem e ressaltando os movimentos que assinalam a sua incorporação a esta ordem.

O que passa a ser significativo, é o formato institucional que a ação da Central produz. Neste sentido, a identificação do sindicalismo cutista com as questões da cidadania estariam restritas apenas ao plano formal, ficando afastada a perspectiva de encarar o processo de luta política como um momento em que se abre a possibilidade de forjar elementos constitutivos de uma nova visão de mundo.

Sobre este ponto, é possível assinalar uma discordância entre a noção de cidadania e democracia adotadas pelo autor e a que estamos privilegiando neste trabalho.

Ela reside no fato do autor não considerar os elementos questionadores que a prática democrática é capaz de produzir. Cabe assim, enfatizar o fato de que a existência da democracia nas sociedades capitalistas é permeada por uma incessante tensão entre os ideais desta proposta e a democracia efetivada, o que não invalida a perspectiva de pensar a democracia enquanto a possibilidade de disputa em torno de uma proposta política.

Para tanto, faz-se necessário pensar isto como um processo de aprendizado no qual as classes populares têm a oportunidade de elaborar novas formas de atuação e de posturas que, em alguma medida, implicam na perspectiva de elaboração de uma nova hegemonia. Diante desta possibilidade é que a noção de democracia a ser privilegiada neste trabalho busca compreender em que medida a CUT pratica este aprendizado.

Mesmo restringindo a análise às questões institucionais e organizativas do sindicalismo, Jácome Rodrigues nos apresenta alguns elementos que permeiam o universo interno da Central. Sobre isto, assinala um conjunto de questões que aparecem como desafios para sua ação, tais como: contratação coletiva, negociação tripartite, organização por local de trabalho, incorporação da questão de gênero, a questão da terra e dos trabalhadores rurais, desemprego, greve e organização sindical. Procura, assim, discutir como as diferentes visões existentes na CUT se posicionam em relação a estes temas.

Ainda que o autor reconheça a pluralidade sobre a qual é elaborada a prática sindical da CUT, as conclusões que chega a este respeito parecem não abarcar a dinâmica desta elaboração. Assinala então, que nos anos 90 haveria uma mudança na ação da Central, “onde a confrontação começa dar lugar à negociação.”⁷²

Sobre este aspecto cabem duas considerações. Uma refere-se ao fato de que ao

buscar compreender as visões que permeiam a CUT, o autor nos permite ver um universo de concepções diferenciadas, o que é positivo, pois identifica uma permanente disputa no interior da CUT. Por outro lado, ele não consegue expressar o real significado desta disputa assinalando somente a oposição entre confronto e negociação. Esta posição pauta-se sobre a perspectiva de analisar um movimento específico, ou seja a participação da CUT nas câmaras setoriais.

Uma das críticas que podemos imputar à visão do autor reside na forma como ele trata a participação na Câmara como uma tendência natural e homogênea do sindicalismo cutista. Na verdade observaremos ao longo deste trabalho como a questão da incorporação da CUT aos mecanismos decisórios da ordem política parecem ser ainda um objeto de disputa que fornece as pistas para compreender que contornos a estratégia sindical cutista poderá ter.

Neste caso, é possível assinalar que no período de efervescência da participação nas câmaras setoriais, as tendências de orientação política mais à esquerda foram críticas a esta participação, colocando para o debate questões que deveriam estar no horizonte da CUT ao participar destes fóruns⁷³. A conclusão que o autor chega de que este seria um aspecto de esvaziamento do *ethos* socialista no interior da Central⁷⁴, também, parece ser uma conclusão arbitrária, uma vez que a estratégia da ação cutista é uma das questões em aberto (a própria pesquisa do autor permite chegar a esta conclusão), e portanto fruto de

⁷² - RODRIGUES, Iram J., op. cit, p. 213.

⁷³ - Especificamente sobre este tema há um debate entre a antiga CUT pela base, hoje Alternativa Sindical Socialista - ASS e a Articulação Sindical. O substrato desta discussão encontra-se nos documentos destas tendências. A título de ilustração citamos a Revista Teoria e Debate, nº 18, 2º Trimestre de 1992, onde dirigentes destas duas tendências expressam suas posições. No mesmo sentido, a posição de outras tendências com orientação política mais à esquerda não é diferente. Citamos também o texto de SOKOL, Marcus. "Um Ano de Câmara Setorial. Que balanço", publicado em Caderno O Trabalho, nº10, jan.93.

uma disputa interna que perpassa a forma como se constrói a hegemonia das forças políticas no interior da Central.⁷⁵

Uma outra análise acerca do sindicalismo nos anos 80, que permite ver aspectos da trajetória da CUT, é desenvolvida por Maria Hermínia Tavares de Almeida. Dividindo a abordagem em duas partes, Almeida primeiramente “trata das respostas sindicais às políticas econômicas de estabilização de preços, que dominaram a agenda pública na última década” e, na segunda parte, “se ocupa das iniciativas sindicais de reforma da estrutura corporativista de representação de interesses”.⁷⁶

Para efeito da discussão aqui proposta nos limitaremos a expor e debater as principais idéias contidas na primeira parte deste trabalho. Uma das primeiras relações que a autora faz é entre o restabelecimento da democracia e a alteração das condições econômicas com o advento do fim do regime militar. Segundo a autora,

*“esperava-se que um sistema democrático permitisse a correção das distorções do estilo de desenvolvimento característica na quadra autoritária, que associara vigoroso crescimento e diversificação da atividade econômica com intensa concentração dos benefícios por ela gerados.”*⁷⁷

Busca, então, explicar a expectativa dos atores sociais no que se referia a pensar na consolidação democrática enquanto um elemento importante para a “superação rápida das dificuldades econômicas herdadas do último governo militar.”⁷⁸

O movimento sindical tem um papel fundamental neste contexto e conforme a autora afirma, espera-se que para tal realização a ação deste movimento seja mais voltada

⁷⁴ - RODRIGUES, Iram J., op. cit., p. 213.

⁷⁵ - Sobre isto levantaremos mais elementos acerca desta discussão no cap. III

⁷⁶ -ALMEIDA, Maria Hermínia T. Crise Econômica e Organização de Interesses : Estratégias do sindicalismo brasileiro nos anos 80. Trabalho apresentado ao curso de livre docência - Departamento de Ciência Política - USP, 1992, p. 01.

para uma estratégia de concertação do que para ações conflitivas. Entretanto a estratégia que se estabelece no período é a de confronto. Sob este contexto, a análise busca compreender “as razões do prolongamento à exaustão da estratégia de confrontação e da dificuldade de implementar alternativas que fossem além de lutas defensivas para manter o poder de compra dos salários corroídos pela inflação exacerbada.”⁷⁹

Analisa assim, o nascimento do sindicalismo de confronto. Para tanto, um dos aspectos que imputa a ação do Novo Sindicalismo é a forma como ele reivindica uma inclusão dos trabalhadores na arena política. Afirma então, que:

*“...tratava-se, porém de uma demanda de inclusão que batia de frente em uma das vigas mestras da gestão autoritária da atividade econômica: a política salarial. Nesta medida, era imediatamente política e levava as lideranças sindicais renovadoras para a banda da oposição ao governo”*⁸⁰

Diante dessa conjuntura afirma que

*“O sindicalismo de confrontação nasceu nestas circunstâncias, em que a busca da livre negociação coletiva era indissociável da oposição à política salarial do governo autoritário; a demanda por autonomia sindical transformava-se em oposição à presença abrangente do Estado nas relações socioeconômicas e a ação sindical abria caminho para o reconhecimento da existência política da massa dos trabalhadores.”*⁸¹

Essas considerações permitem à autora discorrer sobre a lógica da ação sindical no período. O fato do sindicalismo daquele momento ter funcionado como um elemento de oposição ao regime militar faz com que a lógica da negociação típica da ação sindical fosse substituída pelo lógica do confronto. E, é esta lógica do confronto que a autora assinala como norteadora da ação da CUT, durante a década de 80.

⁷⁷ - Ibid., p. 10

⁷⁸ - Ibid., p. 11

⁷⁹ - ALMEIDA, Maria Hermínia T. op.cit. nota 76, p. 14

⁸⁰ - Ibid., p. 21.

Acerca deste padrão de ação sindical na década de 80, Almeida aponta dois desdobramentos. Um primeiro, refere-se ao período de 1978 a 1984, que é caracterizado por um momento em que a estratégia confrontacionista resulta em ações que proporcionam a afirmação das correntes renovadoras do sindicalismo, a inscrição de demandas sociais na agenda política da transição e a rearticulação do movimento sindical, com a retomada do movimento grevista, que provoca uma crise do sistema brasileiro de relações trabalhistas.⁸²

Um outro desdobramento, refere-se à estratégia de confronto no período posterior a 84, ou seja durante o primeiro governo civil. Considerando o final do regime autoritário, a autora mostra como esta fase do processo de democratização norteia-se pela idéia do estabelecimento de mecanismos de concertação, os quais, depois da experiência de desordem sob governos autoritários, respondem “a uma aspiração generalizada por uma institucionalidade estável e participativa.”⁸³

No caso brasileiro, aponta como esta perspectiva vai desaparecendo em função do conservadorismo predominante na equipe ministerial. Soma-se a isto uma conjuntura de grave crise econômica, onde a política elaborada pelo governo nesta área reflete as divergências intragovernamentais e uma incapacidade do governo de tomar decisões a respeito de questões que formavam um amplo consenso.⁸⁴

Dentro deste contexto, assinala que não houve uma mudança na estratégia do movimento sindical. Neste sentido, o que passa a discutir é como em face a uma enorme mobilização, que se expressa por meio do crescimento do movimento grevista, a CUT

⁸¹ - Ibid., p. 22.

⁸² - ALMEIDA, Maria Hermínia T, op. cit. nota 76, p. 34-35.

⁸³ - Ibid., p.40.

⁸⁴ - Ibid., p.40-44.

fortalece sua capacidade de comando sobre o movimento sindical.⁸⁵

A análise avança no sentido de apontar a forma como o governo conduz a elaboração da política econômica e de como os atores sociais traçam suas estratégias neste contexto. Um dos momentos que merece destaque é o da insatisfação gerada pelo Plano Cruzado II, quando o governo acena com a perspectiva de pacto social.

Identifica assim, a ação dos atores sociais envolvidos que são: a CUT se recusa a participar; a FIESP não desempenha o papel de liderança que lhe cabia, e o governo tratou esta perspectiva muito mais como uma forma de enfrentar os dilemas políticos e econômicos do Plano Cruzado, do que como uma escolha política.⁸⁶

Neste sentido, a conclusão que chega refere-se a forma como a estratégia de confrontação se transforma no curso da ação sindical cutista. Para tanto, seu argumento se baseia na perspectiva de assinalar como em face da postura do governo em não buscar a construção de mecanismos que envolvessem a cooperação dos atores sociais, o movimento sindical cutista opta por continuar investindo na estratégia do confronto, o que para ela se constituiria numa estratégia decrescente.⁸⁷

Para nós, a crítica a ser feita à autora reside justamente no fato dela, ao analisar esta opção não captar a dimensão de contestação à ordem que esta perspectiva traz. Falta, assim, à análise de Almeida desenvolver o caráter histórico das lutas daquele período e como elas se inserem num contexto de questionamento à lógica do fazer política insurgindo-se contra à prática e o discurso dominantes.

A falta desta perspectiva impede que se veja na ação da CUT elementos que se

⁸⁵ - Ibid p.45.

⁸⁶ - ALMEIDA, Maria Herminia T, op. cit. nota 76, p.60-63.

⁸⁷ - Ibid. p.87.

apresentam como constituintes da possibilidade de se construir um projeto político alternativo.

Outro aspecto que apresentamos discordância, refere-se à forma como Almeida trata a ação sindical nos períodos de reconstrução da democracia como sendo informada por uma lógica que visava mais as políticas de concertação do que uma atividade militante.

Nossa crítica é que mais uma vez as condições históricas concretas são minimizadas pela autora e ela não consegue assinalar a importância da ação contestatória que a estratégia do confronto trouxe. E a importância desta estratégia reside em ter buscado a todo custo assinalar como o primeiro governo civil não rompeu com a lógica política da tradição brasileira. Alguns dos interesses que deram sustentação ao regime militar se rearticularam e continuaram a dar sustentação ao governo Sarney e, esta não foi uma perspectiva que surgiu na sua administração, ela já existia na eleição de Tancredo Neves. Isto pode ser notado na forma como a campanha popular das “Diretas Já” foi derrotada por estas forças conservadoras.

Nosso ponto de vista é que a estratégia de confronto é **uma continuidade da luta implementada pelo Novo Sindicalismo no sentido de buscar reelaborar a prática sindical, contrapondo-se aos interesses da dominação**. A melhor expressão disto reside na forma como durante toda década de 80 a CUT busca denunciar não só a perversa lógica do governo Sarney, como também apresenta uma série de questões em que o interesse dos trabalhadores é colocado em evidência em frontal oposição aos interesses da dominação. Um bom exemplo disto reside na questão da terra e outras que serão desenvolvidas ao longo deste trabalho.

Tomando como ponto de partida as críticas apresentadas aos autores

mencionados acima, analisar a trajetória da CUT significa olhar a ação desta Central pensando não apenas em seu impacto na consolidação de instituições democráticas formais, mas ressaltando principalmente como ao agir num sentido de crítica à prática política vigente, a CUT delinea os elementos de construção de seu projeto político, o qual se baseia na possibilidade de ruptura com uma ação corporativista e busca ampliar o leque de demandas dos trabalhadores passando a agir de forma articulada com outros setores do movimento social, e isto, necessariamente, não exclui a possibilidade de uma ação que em alguma medida se constitua enquanto um aspecto de crítica à exploração capitalista.

Neste sentido, a disputa pela tipo de atuação que a Central deve privilegiar tem sua origem nos primeiros momentos de construção da CUT, e isto evidencia a existência de projetos políticos diferenciados, o que faz com que a atuação da CUT seja marcada pelas mais diversas tensões e contradições.

Este é o argumento central da análise de Celina Gomes de Oliveira, que chama a atenção para os conflitos e para a heterogeneidade das forças políticas que estavam presentes na formação da Central, apresentando uma interpretação que nos auxilia na compreensão da forma como a CUT vai construindo a sua forma de atuação na sociedade brasileira,

(...) um projeto político para a CUT vai se definindo de maneira irregular ao longo de sua história, segundo a dinâmica e a correlação de forças adquiridas eventualmente pelos vários segmentos sindicais cutistas. Por isso mesmo, esse projeto ainda não se concluiu, uma vez que nenhum desses setores logrou ser hegemônico.

De modo que a CUT apresenta uma certa dificuldade em definir um projeto político claro e abrangente o suficiente para orientar sua ação e garantir sua unidade interna. E tal dificuldade parece estar ligada à pluralidade de sua composição ideológica, isto é, à diversidade de formulações que a central

*abriga, as quais têm desenvolvido, nos últimos anos, concepções e práticas sindicais dispares ou mesmo opostas. O desenvolvimento de concepções sindicais distintas, e até excludentes entre si, no sindicalismo cutista encontra, nos parece, explicação nas condições de origem de cada agrupamento inserido nesse sindicalismo.”*⁸⁸

Esta idéia de que a construção da atuação da CUT segue uma trajetória irregular, nos permitirá estabelecer uma perspectiva de análise diferente da que vem sendo construída por uma significativa parcela dos autores que tratam do tema. Buscaremos a partir desta perspectiva, analisar se realmente uma postura negocial se contrapõe à postura confronto.

Sob este aspecto, nosso olhar sobre a CUT procurará mostrar que sua trajetória é marcada por traços de ruptura com uma tradição sindical como também por traços de continuidade que envolvem desde a concepção e a prática sindical mais democrática que a Central tem buscado construir até a forma como procura inserir uma série de novas questões⁸⁹ em sua atuação.

Tal como a própria luta pela democracia, que é demarcada por uma série de avanços que coexistem com aspectos conservadores, olhar a trajetória da CUT envolve considerar que ao mesmo tempo que ela produz elementos que se propõe a uma nova prática sindical, ao mesmo tempo ela continua a reproduzir outros não democráticos.

Sendo assim, nossa perspectiva de análise considera que a construção da

⁸⁸ - OLIVEIRA, Celina G., OLIVEIRA, Celina G. A Gênese da CUT: Oposição Sindical (e Novo Sindicalismo) na Construção da Central. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1995, p. 08/09.

⁸⁹- Por novas questões estamos entendendo aquelas que tradicionalmente pertenceram a movimentos específicos tais como a questão ecológica, a luta contra a discriminação das mulheres e dos negros que a CUT vai incorporando ao longo de sua trajetória, como também aquelas que se relacionam à elaboração de políticas para o desenvolvimento econômico e políticas sociais.

estratégia da CUT é ainda algo em disputa: ou trata-se de se adaptar à ordem capitalista, abandonando de vez uma postura crítica, ou busca-se avançar no aprofundamento do processo democrático, sabendo-se que este avanço envolve o enfrentamento político entre visões de mundo que se contrapõem. Em suma, esta é a própria dinâmica de construção de uma visão de mundo sob a ótica das classes populares.

Conforme assinala Ricardo Antunes,

“(...) o desafio mais urgente de nosso sindicalismo pode ser assim sintetizado : como se efetiva, no contexto de uma situação defensiva, uma ação sindical que dê respostas às necessidades imediatas do mundo do trabalho, preservando elementos de uma estratégia anticapitalista e socialista ?.....

Qual caminho o novo sindicalismo brasileiro, nascido no final dos 70, vai adotar: irá negociar dentro da Ordem ou contra a Ordem ? Procurará elaborar um programa de emergência para gerir a crise do capital ou tentará avançar na elaboração de um programa econômico alternativo, formulado sob a ótica dos trabalhadores, capaz de responder às reivindicações imediatas do mundo do trabalho, mas tendo como horizonte uma organização societária fundada em valores socialistas e efetivamente emancipadores ? Pode-se responder que para tanto é preciso muito mais do que ação sindical. É verdade. Mas pode-se responder que ação sindical no Brasil dos nossos dias seguramente auxiliará, numa ou noutra direção, o que lhe confere uma enorme responsabilidade . “⁹⁰

⁹⁰- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho ? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995, p. 153/154.

CAPÍTULO II

A CUT NA NOVA REPÚBLICA : ALGUNS LANCES DA LUTA PELA DEMOCRACIA

1 - ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS:

Poderíamos iniciar este capítulo como quem conta uma longa história de um tempo passado. Entretanto, não parece ser muito fácil esquecer a movimentação política que a sociedade brasileira vivenciou nos anos 80. Não podemos apagar facilmente da memória a luta por eleições diretas; o colégio eleitoral de 85; a morte de Tancredo Neves; as greves; o processo constituinte; o nascimento e crescimento das centrais sindicais.

Com o objetivo de resgatar parte desta história desenvolveremos nas páginas seguintes elementos da trajetória da CUT assinalando a prática que a Central forjou durante este período, buscando com isto, destacar elementos que nos indiquem em que medida ao lutar pela democracia a CUT estabelecia questionamentos à ordem política vigente.

A CUT nasceu no final da ditadura militar. Sua gênese pode ser explicada a partir dos vários encontros sindicais¹ que ocorreram no início da década de 80. Tais encontros expressaram a configuração política que permeava o movimento sindical daquele período². Por um lado, existia um bloco identificado com as propostas de luta do Novo Sindicalismo, defendendo uma organização sindical livre e completamente desatrelada da

1 - Trata-se dos encontros de João Monlevade/MG, e São Bernardo/SP (que na verdade ocorreu em Taboão da Serra/SP) realizados em 1980, e de Vitória/ES, realizado em 1981.

2 - Acerca das tendências políticas existentes naquele período e presentes na formação das centrais sindicais ver os trabalhos de RODRIGUES, Leôncio M. "As tendências políticas na formação das centrais Sindicais", in Sindicalismo nos anos 80, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; COMIN, Álvaro A. "A Experiência de Organização das Centrais Sindicais no Brasil." In OLIVEIRA, C. A. *et alli* (org.) O Mundo do Trabalho: Crise e Mudança no Final do Século. São Paulo: Cesi/Scitta, 1994 e OLIVEIRA, Celina G. A. Gênese da CUT: Oposição e (Novo Sindicalismo) na Construção da Central. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP, 1995.

estrutura sindical oficial e por outro a Unidade Sindical, composta por sindicalistas vinculados aos PC's e ao MR-8, que buscavam apenas uma reforma da estrutura oficial, defendendo a manutenção dos alicerces desta estrutura: a unicidade e o imposto sindical.

Além desta diferença relativa à concepção sindical - motivo que explica por que os sindicalistas da Unidade Sindical se recusaram a participar do Congresso de Fundação da CUT (1983) havia, também, uma outra diferença marcante em torno na transição política brasileira.³

Tratando da questão, Álvaro Comin aponta que:

*(...) separavam estes dois grandes blocos seus vínculos com o espectro partidário (ampliado com a reforma partidária de 1979 que implodira o MDB, dando origem a novos partidos de oposição), que, por sua vez, informava diferentes estratégias frente ao processo de transição. As lideranças identificadas com os PC's e com o PMDB pregavam uma postura mais moderada por parte do movimento sindical, para impedir retrocessos de transição política, ainda sob o comando dos militares. Ademais, esta corrente de dirigentes defendia a manutenção da frente partidária única, sob a sigla do PMDB, opondo-se à criação de novos partidos, o que fragmentaria e enfraqueceria as oposições frente aos setores conservadores. Já os setores identificados com os sindicalistas autênticos, bem como a Igreja e boa parte das oposições sindicais, principais responsáveis pela criação, em 1979, do PT, apostavam precisamente em uma postura mais aguerrida e independente em relação aos setores da oposição que negociavam a transição - então basicamente aglutinados no PMDB - como forma não apenas de assegurar a continuidade deste processo, mas principalmente de abrir espaço para que os trabalhadores interferissem mais decisivamente no que consideravam ter sido até ali um "pacto das elites."*⁴

A perspectiva da atuação sindical explicitada na análise de Álvaro Comin, nos auxilia a compreender por que em seu 1º Congresso a CUT, definiu uma estratégia de luta

³ - Sobre a transição, é importante assinalar que, naquele momento, quem ocupava a Presidência da República era o General João Baptista Figueiredo, que assumira o governo em março de 1979 e encerraria seu mandato em março de 1985. Vale lembrar que tratava-se do último governo militar do pós-64, sendo assim uma das disputas travadas neste contexto referia-se ao caráter da próxima eleição: DIRETAS JÁ ou o Colégio Eleitoral.

⁴ - COMIN, José Álvaro., op. cit., p. 366.

que teve como aspecto fundamental a realização da marcha por DIRETAS JÁ, combinada com o atendimento das reivindicações mais imediatas dos trabalhadores (reajuste trimestral e reposição das perdas salariais; salário desemprego; revogação do decreto 2.065 que versava sobre política salarial, etc.) e porque a Central sempre repudiou a ida ao Colégio Eleitoral⁵ afirmando, assim, o interesse dos trabalhadores em eleições diretas;

*“Interessa aos trabalhadores eleições diretas com ampla liberdade; sem LSN (Lei de Segurança Nacional), sem lei anti-greve, sem intervenção nos sindicatos (sem a proibição aos diretores cassados de concorrerem às eleições), sem repressão, com ampla liberdade de manifestação, organização e propaganda, inclusive nos meios de comunicação de massa. Enfim, eleições diretas sem o regime militar.”*⁶

Buscando combinar as reivindicações específicas dos trabalhadores com o enfrentamento ao regime militar e às políticas conservadoras que foram elaboradas pelo novo governo civil é possível perceber que a CUT vai se construindo num sentido de se inserir nas principais disputas políticas que permeiam a sociedade brasileira.

Partindo desta percepção é que procuraremos assinalar neste capítulo que disputas são estas, qual o sentido delas e como a CUT constrói sua estratégia de ação sob o fundamento de explicitar os conflitos que, por força da prática política pautada na lógica das soluções “pelo alto”, mantiveram-se ocultos no espaço público, como o caso da questão agrária.

⁵ - Aqui vale lembrar que embora os setores da esquerda tenham participado ativamente da campanha pelas DIRETAS-JÁ, a medida que esta proposta foi derrotada, alguns destes setores (principalmente o PMDB) traçou como estratégia de luta lançar uma candidatura própria ao Colégio Eleitoral, o nome escolhido foi Tancredo Neves.

⁶ - Manifesto da Central Única dos Trabalhadores ao Povo Brasileiro, 19/02/84. In: Dossiê CPV Da CUT à CUT, vol. 03, 1991, p.84/85. Vale ressaltar que com estas considerações, o documento citado aponta na luta por Diretas Já a perspectiva de transformação da sociedade brasileira,

“A luta por eleições diretas, com este caráter, representa um importante passo para o avanço dos trabalhadores no processo de transformação brasileira. A CUT entende que outras formas de luta precisam ser utilizadas pelos trabalhadores, além das manifestações maciças realizadas em todo país, uma vez que, mesmo com a conquista das eleições diretas, a situação dos trabalhadores não estará automaticamente resolvida. Os interesses dos trabalhadores serão garantidos quando eles avançarem nas suas formas de

A análise da estratégia que a CUT vai construindo ao longo de sua trajetória, também, nos coloca uma outra questão: a prática desenvolvida neste período teve apenas um caráter confrontacionista o qual se contrapôs a uma postura mais propositiva, desenvolvida a partir do início da década de 90.

Estas são as questões que nos acompanharão e têm por objetivo nos ajudar a verificar em que medida a atuação da Central questiona a prática política vigente, e que elementos podem ser tomados como alternativos à ordem vigente.

2 - CUT E O PACTO SOCIAL : quem paga a conta?

No item anterior assinalamos que a Central nasceu nos últimos anos do regime militar, tendo uma importante participação na luta por eleições diretas para Presidente da República.

Não é nosso objetivo tratar especificamente da campanha pelas diretas e seus resultados, mas vale a pena levantar alguns aspectos deste processo, para assim compreendermos sob qual pano de fundo se constrói a *Nova República*.

Embora 1984, tenha sido um ano de intensa movimentação popular em torno da campanha pelas DIRETAS JÁ, esta proposta foi derrotada com a não aprovação da Emenda Dante de Oliveira, no Congresso Nacional. Com esta derrota, a opção colocada foi a de que as eleições presidenciais se realizariam de maneira indireta pelo Colégio Eleitoral.

Os setores da esquerda liberal, mais afinados com a perspectiva de manter a moderação política na transição, optaram por participar deste fórum e lançar um candidato, Tancredo Neves, do PMDB que tinha como vice na chapa José Sarney, do PFL. Esta aliança consolidava a coalizão partidária denominada: Aliança Democrática, que posteriormente seria a base de sustentação do governo a ser eleito.

Os setores afinados com uma postura mais crítica em relação ao processo transitório, cuja maior expressão era o PT (Partido dos Trabalhadores) que tinha apoio dos muitos movimentos sociais organizados e dos sindicatos identificados com seu ideário, rejeitaram a ida ao Colégio Eleitoral e denunciaram o caráter conservador da "Aliança Democrática.

Apesar da oposição dos setores populares, Tancredo Neves foi eleito Presidente

da República, derrotando Paulo Maluf⁷, e inaugurando, o que no período republicano brasileiro passou a ser chamado da *NOVA REPÚBLICA*.⁸

Em face da aliança que lançara a chapa Tancredo-Sarney, sua vitória era quase certa, o que credenciava Tancredo Neves a falar como Presidente da República, antes mesmo que o processo eleitoral estivesse concluído, utilizando a idéia de pacto social como um de seus instrumentos de ação governamental.⁹

A literatura¹⁰ sobre o tema tem mostrado que após longas transições políticas, os governos civis que sucedem os governos autoritários tendem a lançar mão das políticas de pactos sociais num sentido de buscar a construção de um amplo consenso e evitar que uma ação mais conflitiva inviabilize a realização das políticas governamentais. Tratando da questão, Maria Hermínia Tavares aponta que,

*“no Brasil, a menção ao pacto social constituía um aceno especialmente endereçado às lideranças sindicais. Dava uma indicação de que as novas regras salariais não seriam impostas, mas com elas discutidas e acordadas. Evocava a promessa de buscar novos modos mais democráticos e negociados de fazer política de rendas, de maneira a conciliar controle da inflação com o crescimento sustentado.”*¹¹

⁷ - Candidato do PDS, Prefeito biônico da cidade de São Paulo.

⁸ - Sobre os acordos políticos que viabilizaram a Nova República ver MELLO, Leonel I. A. “Golbery revisitado: da abertura controlada à democracia tutelada”. In: MOISÉS, J. A. *et alli* Dilemas da Consolidação Democrática, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; MOISÉS, José Álvaro. “Dilemas da Consolidação Democrática no Brasil.” In: MOISÉS, J. A. *et alli* Dilemas da Consolidação Democrática, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

⁹ - Neste sentido, a perspectiva que fundamentava a proposta de pacto social defendida por Tancredo Neves e seus apoiadores era a de que o desenvolvimento econômico adequado e socialmente justo requeria a união de todas as “forças vivas do país”. Desta forma os principais segmentos a serem representados num contexto de pacto social seriam “o governo e suas organizações e empresas, as forças do trabalho na plenitude de sua atuação social, empresas privadas de todos os segmentos da economia, a sociedade como um todo, a opinião pública e lideranças políticas”. Neste amplo leque de participação havia a idéia de construir um padrão democrático de intermediação de interesses. (Trechos de discurso proferido por Tancredo Neves aos empresários paranaenses em dezembro de 84).

¹⁰ - Ver O'DONNELL, Guillermo & SCHMITTER, Philippe. Transições do Regime Autoritário - Primeiras Conclusões, São Paulo: Vértice, 1988; PRZEWORSKI, Adam. Democracia e Mercado, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

¹¹ - ALMEIDA, Maria Hermínia T. Crise econômica e organização de interesses: Estratégias do Sindicalismo

Embora a proposta de pacto social pudesse soar assim, na prática o que se desenhava era “algo que ficava à direita do compromisso e das promessas públicas”¹². A melhor expressão desta perspectiva era a equipe de governo, que “refletia o equilíbrio real das forças que haviam assegurado a vitória no Colégio Eleitoral (...)”¹³.

Dentro desta conjuntura, a CUT assume uma postura de rejeitar esta proposta criticando-a sob o seguinte aspecto:

*“A Aliança Democrática, ao propor o pacto social, deseja, na verdade, encontrar uma saída honrosa para justificar o processo antidemocrático de sucessão que é o Colégio Eleitoral e comprometer politicamente os diversos setores da sociedade em seu projeto”*¹⁴

Com esta perspectiva passava a desenhar que tipo de ação privilegiaria como contraposição à proposta de pacto social: uma ação mobilizatória e grevista.

O ano de 1985 contou com uma série de paralisações dos trabalhadores. Antes da morte de Tancredo Neves, no mês de abril, os metalúrgicos da CUT entraram em greve, abrindo caminho para uma série de mobilizações que ocorreram durante aquele ano.¹⁵ Em setembro, os bancários deflagraram uma greve nacional¹⁶ e no mês de novembro, foi a vez

Brasileiro nos anos 80. Tese de Livre-Docência apresentado ao Departamento de Ciência Política da USP, 1992, p.41.

¹² - ALMEIDA, Maria Hermínia T., op. cit. ,p. 41.

¹³ - Idem. Continuando a descrição da equipe ministerial, a autora afirma que

“Uma gorda fatia do governo foi entregue a conservadores dissidentes do regime militar: telecomunicações, minas e energia, segurança e informações. Ministério da Fazenda e Banco Central foram parar nas mãos dos defensores de políticas de ajustamento, contrárias ao ideário peemedebista. O Ministério da Fazenda, ocupado pelo sobrinho e homem de confiança de Tancredo , fora robustecido por meio de uma reforma administrativa que lhe permitiu incorporar os organismos de controle de preços - Conselho Interministerial de Preços (CIP), Secretaria de Abastecimento e Preços (SEAP), Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), até então na órbita do Ministério.”

¹⁴ - Folha de São Paulo, 07/12/94, apud Dossiê CPV- Da CUT à CUT, vol. 03, 1991.

¹⁵ - Tratou-se de uma greve de 54 dias que conforme relata Oswaldo Bargas, tomou o seguinte rumo:

“A Campanha Salarial tomou um rumo político de ser contra os patrões, para recuperar o que estava perdido, e não para conquistar mais . A classe trabalhadora está numa luta, com exceção da redução da jornada de trabalho, cujas reivindicações são para tentar recuperar o que perdemos . A campanha salarial foi voltada contra os patrões quebrando a produção e tentando fazer com que eles recusassem e atendessem às nossas reivindicações.” BARGAS, Oswaldo. “A Campanha Salarial dos Metalúrgicos da CUT.” Caderno Contribuição ao Debate, nº 01, 1986, extraído de Dossiê CPV - Da CUT à CUT, vol. 03, 1991.

¹⁶ - Sobre os aspectos desta greve ver BLASS, Leila. Greves dos Bancários: São Paulo, 1985 As faces de um

da Campanha Salarial Unificada das categorias com data base em novembro e janeiro, realizada em São Paulo.¹⁷ Esta campanha seguia uma orientação da CUT decidida no I CONCUT.

Cabe destacar, também, que o I CONCUT realizado em 1984, deliberou pela implementação de uma Campanha Nacional de Lutas no ano de 85¹⁸, cujos principais eixos eram:

- a) reajuste trimestral;
- b) seguro desemprego;
- c) redução da jornada de trabalho;
- d) reforma agrária.

Ainda buscando analisar os aspectos da prática desenvolvida pela CUT neste período, é importante destacar a crítica que a Central desenvolveu ao pacote econômico de fevereiro de 86: o chamado Plano Cruzado.

movimento. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1990.

¹⁷ - Jorge Coelho, Presidente da CUT Estadual de São Paulo, à época, apresenta uma análise que busca destacar como aquela estratégia de unificar as categorias teve por finalidade quebrar o isolamento político das lutas e possibilitou trazer à tona questões como o Pacto Social e o desgaste da "Nova República." Segundo o dirigente:

"Era o momento de politizar a campanha e mostrar para a massa o que era o Pacto Social, partindo para o enfrentamento, para quebrar esta proposta, e isso foi atingido". Continuando afirma que tratava-se de *"colocar em cheque a política econômica do governo e obviamente conquistar o melhor acordo."* COELHO, Jorge. "A Campanha Salarial Unificada de São Paulo." Caderno Contribuição ao Debate, nº 01, 1986, extraído de Dossiê CPV - Da CUT à CUT, vol. 03, 1991 p. 104-107.

¹⁸ - Ainda sobre esta campanha, vale a pena destacar a seguinte avaliação:

"O ano de 1985 foi marcado pelo maior volume de greves da história recente do País: cerca de 6 milhões de trabalhadores grevistas e aproximadamente 1.000 greves. Mais importante ainda é que este imenso volume de greves foi acompanhado por uma mudança de qualidade, a partir da intervenção e do papel político que a CUT passou a ocupar na luta sindical. No Congresso Nacional da CUT em 1984 foi definida a deflagração de uma CAMPANHA NACIONAL DE LUTAS que tinha como objetivo central unificar as principais bandeiras de luta e unificar as campanhas salariais. As grandes campanhas salariais e as principais greves foram marcadas por esta orientação.

(...)Todas as bandeiras da Campanha Nacional de Lutas de 1985 se transformaram em lutas e conquistas: a redução da jornada, o trimestral, agora o salário desemprego (apesar de estar longe do que a CUT propõe) e a Reforma Agrária (que passou a ser um tema central do País, apesar da tentativa do Governo de inviabilizar esta luta)". DEBATE SINDICAL, DESEMP/CUT, abril 1986, p. 06-07.

Enquanto o ano de 1985 foi marcado por uma intensa mobilização dos trabalhadores, o governo encontrava-se numa situação de fragilidade em que tornavam-se explícitos os conflitos internos e a coalizão de governo decorrente da aliança PFL e PMDB. Isto se refletia nas relações entre Executivo e Parlamento, Presidente da República e direção do PMDB, como também na equipe governamental, sendo impossível a tomada de decisões em relação às questões mais emergenciais como a inflação ou temas mais polêmicos como reforma agrária e lei de greve.¹⁹ Acrescia-se a esta situação um crescimento acelerado da inflação.²⁰

Neste contexto, o governo lançou mão de uma medida que privilegiava as conhecidas soluções “pelo alto”, conforme sempre ocorrera na sociedade brasileira. A nova medida seria chamada de Plano Cruzado, que apresentava-se como a solução encontrada pelo governo Sarney para os problemas econômicos e sociais brasileiros. Analisando a questão, Maria Herminia afirma que,

*“Com o Plano Cruzado o Governo Sarney tentou escapar ao círculo vicioso em que se engendrara, saltando à frente dos contendores da disputa distributiva para reconciliar-se, mais a frente, com uma sociedade ansiosa por estabilidade, crescimento econômico e possibilidade de melhoria individual sem grandes sacrifícios. O governo reconhecia que a estabilização, ao contrário do que afirmavam os ortodoxos, requeria alguma forma de coordenação para fixar os preços e salários. Ao mesmo tempo, não apostava em uma solução cooperativa e pactuada para o problema da inflação. Escolheu o caminho solitário da política do choque heterodoxo.”*²¹

A CUT, ao criticar o Plano Cruzado, o fez com o argumento de que aquele era um recurso que buscava arrefecer a perspectiva de enfrentamento que a Central vinha

¹⁹ -ALMEIDA, Maria Herminia T. , op.cit., p. 43-44.

²⁰ - Conforme dado obtido a partir do trabalho de Maria Herminia, a inflação no ano de 85 chegara a 235, 1%. ALMEIDA, Maria Herminia T., op. cit., p. 45.

²¹ - ALMEIDA, Maria Herminia T., op. cit., 48- 49.

desenvolvendo.²² Por outro lado buscou demonstrar como aquelas medidas impunham um processo de modernização conservadora, cujo principal objetivo seria “favorecer o grande capital monopolista, concentrado e centralizando o capital e estimulando o processo de internacionalização da economia brasileira.”²³

A intenção da Central em denunciar o caráter conservador e autoritário do Governo Sarney foi traduzida em uma ação mais voltada para **práticas de confronto** do que para uma postura mais moderada. Prática esta que tem como sua expressão principal as greves realizadas neste período, como veremos adiante

Cabe, então, qualificar qual o sentido do confronto. Seria apenas a construção de uma postura negativista; a estratégia do não? Para nós, pensar o confronto, neste momento, é compreender quais disputas políticas estavam colocadas na sociedade.

Considerando que a base de sustentação da *Nova República* era composta de políticos do PMDB e por políticos do PFL, oriundos do PDS que fundara um novo partido por discordar da candidatura Paulo Maluf, é digno de se notar que na verdade a condução da política continuava nas mãos daqueles que sempre tiveram acesso privilegiado à esfera do poder instituído ao longo da história republicana²⁴. Neste sentido, o confronto

²² - Neste sentido, a análise apresentada é a seguinte :

“O ano de 86 anunciava perspectivas totalmente favoráveis à classe trabalhadora, com a tendência ao ascenso das lutas que vinham ocorrendo, com uma conjuntura politicamente extremamente favorável ao movimento em função das eleições e com as conquistas que a classe trabalhadora vinha acumulando através da luta.

Este pacote é um golpe político contra a classe trabalhadora. Um golpe que contou com o apoio dos banqueiros internacionais e do FMI, do grande capital comercial, indústria, financeiro e dos latifundiários, além de amplos setores da classe média, contra a classe trabalhadora e o movimento sindical. Um golpe que procura jogar as lutas operárias e sindicais para o isolamento e inviabilizar o ascenso das lutas e o avanço das conquistas que vinham ocorrendo nos anos anteriores, especialmente em 85.” DEBATE SINDICAL, DESEP/CUT, abril/86, p.07.

²³ - DEBATE SINDICAL, DESEP/CUT, abril/86, p. 17.

²⁴ - O caso de Sarney é típico, pois sempre esteve ligado aos setores conservadores da política brasileira: é oriundo da ARENA; e no caso do PMDB o aspeto liberal-democrata deste partido, de alguma forma sempre o empurrou para posições mais conservadoras, apesar de sua discordância com o arbítrio dos tempos da ditadura.

representou a crítica da CUT e dos movimentos sociais à continuidade da política tradicional que a *Nova República* representava.

Optar pelo confronto significava poder trazer à tona as questões que se encontravam no subterrâneo da sociedade brasileira e que os setores identificados com a proposta de uma democracia popular buscavam ressaltar naquele momento.

Ao serem críticos à prática política vigente, ao denunciarem o caráter conservador da *Nova República*, ao reivindicarem a ampliação da participação popular, os movimentos sociais e sindicais traziam para o debate elementos que se colocavam como alternativos à ordem vigente, uma vez que buscavam ter uma visão diferenciada em torno de problemas como a concentração das terras, o papel da mulher na sociedade, a necessidade de ampliação do espaço público com o reconhecimento da intervenção dos setores populares na elaboração das políticas públicas e a necessidade de democratização e melhoria dos serviços públicos.

Embora não houvesse uma clara proposta de ruptura revolucionária no interior deste setores, é perceptível que existia uma perspectiva em torno da possibilidade de pensar a ação política a partir da lógica das classes populares. Isto proporcionou a efervescência de uma disputa política que colocava em lados opostos projetos diferentes: de um lado, a manutenção do poder na mão de uma elite que privilegia soluções “pelo alto”; de outro, as classes populares buscando construir sua identidade e alterar os elementos das relações constituídas sob a égide de uma sociedade excludente e autoritária.

Sendo assim, é possível afirmar que **a estratégia que a CUT vai construindo não pode ser tomada apenas como uma perspectiva de negação das políticas do governo e de oposição a uma atuação mais moderada, voltada para negociação.** Isto porque, em primeiro lugar a idéia de negociação sempre esteve presente na atuação sindical

cutista. Os discursos e os encaminhamentos posteriores às greves demonstram que o objetivo dos trabalhadores era de fato chegar a uma negociação.

Para ilustrar esta afirmação destacamos os seguintes trechos de jornais da época. O primeiro demonstra uma perspectiva em que a CUT busca negociar com o governo as reivindicações dos trabalhadores e o segundo assinala que a perspectiva de negociação não esvazia sua posição de criticar o governo e implementar uma ação mobilizatória. Veja-se :

*“Finalmente, há uma proposta de sentarmos à mesa, não mais para trocar o dito pelo não dito, mas para discutir como devem ser resolvidos os problemas do Brasil. Vamos elaborar nossas propostas de solução dos problemas nacionais. Em nosso último encontro, o ministro Almir Pazzianotto disse que estava preocupado com a inflação e a necessidade de criar novos empregos. Vamos formular, então propostas em torno destas questões, para apresentá-las de forma ordenada e fundamentada ao governo e aos empresários. Vamos ouvir as propostas e ver o que é viável.”*²⁵

*“As declarações do governo, suas recentes medidas e descaso com que está tratando a classe trabalhadora são absolutamente contrários à necessidade de negociação concretas e sérias. A CUT intensificará o processo de organização e mobilização com o objetivo da conquista das reivindicações, o que poderá levar os trabalhadores à greve geral.”*²⁶

Por outro lado, mesmo mantendo viva a possibilidade de negociar, a CUT ao traçar a estratégia do confronto fazia dois movimentos: o primeiro reativo à política do Governo Sarney, que consistia em manter à margem os trabalhadores, e o segundo permitia que por meio desta estratégia fossem explicitadas as contradições e conflitos que permeiam a sociedade brasileira, trazendo para o plano do enfrentamento político projetos antagônicos.

²⁵ - Jornal da Tarde, 13/02/86, Jair Meneguelli, presidente da CUT, In: PACTOS: Será possível conciliar as posições de Pazzianotto e Meneguelli?. Extraído de Dossiê CPV- Pacto Social : de Tancredo a Sarney, maio/95.

²⁶ - Jornal da Tarde, 22/02/86. Trecho de nota oficial da CUT mencionada na matéria Pactos : Os empresários discutem como vão participar. Extraído de Dossiê CPV - Pacto Social : De Tancredo a Sarney, maio/95.

Considerando o primeiro movimento, concordamos, em parte, com o argumento de Almeida no sentido de que a predominância da estratégia de confronto estava ligada à forma como o governo Sarney buscava implementar suas ações políticas. Na medida em que reeditava a lógica das decisões “pelo alto”, a implementação do Plano Cruzado é o melhor demonstrativo disto, fechava qualquer espaço para requerer a participação dos atores sociais.

Ao discutir a permanência da estratégia do confronto na atuação sindical dos anos 80, Almeida joga um peso fundamental na questão inflacionária. Neste sentido, aponta que num contexto de inflação alta, as condutas sindicais e imediatistas foram exacerbadas e focalizaram quase exclusivamente a luta pela indexação salarial.²⁷

Diferentemente desta perspectiva, é preciso notar que havia na prática cutista do período, **algo mais** que a luta pela recomposição salarial. Na verdade, a confrontação também trazia à tona as contradições que emergem a partir da forma como se organiza a produção. Este trazer à tona consistia em alertar o trabalhador para as condições sob as quais estava submetido e, aí há um aspecto fundamental - desnudar a lógica da exploração capitalista.

Cabe , então, questionar em que momento a CUT se define numa posição contrária à lógica capitalista e se confronta com a ordem. As resoluções do II CONCURT (agosto/86), constituem o melhor exemplo deste momento, na medida em que elas apontam a definição da Central pelo socialismo.

Embora este tema tenha colocado no debate interno elementos que poderiam confundir o papel da Central com o de um partido político, a Resolução buscou resgatar a

²⁷ - ALMEIDA, Maria Hermínia T., op. cit., p. 83.

importância da atuação sindical neste processo,

“(…), a CUT tem como preocupação política permanente a articulação das lutas em defesa de melhores condições de trabalho, com as transformações de fundo da sociedade brasileira, em direção à democracia e ao socialismo.”

“A CUT, enquanto central sindical, é parte integrante deste processo histórico, ainda que com um papel político qualitativamente diferenciado. A CUT faz avançar a luta de classes quando consegue impulsionar as lutas sindicais, articular as lutas econômicas com os objetivos políticos, organizar e elevar o nível de consciência de classe, apontar para construção de uma sociedade SOCIALISTA, mas não deve ser confundida com um partido político e manterá sempre sua autonomia em relação ao poder de Estado e aos próprios partidos.”²⁸

Sendo assim, ainda que houvesse no interior da Central uma perspectiva de lutar pela reposição salarial, somado a isto existia um leque de reivindicações, tais como a questão da terra; da mulher; da defesa das Estatais; da democratização dos serviços básicos; do não pagamento da dívida externa; da participação popular na Constituinte, etc²⁹, que traziam para o plano da luta política os anseios dos trabalhadores em torno de uma sociedade mais igualitária.

Buscando compreender um pouco mais disto, é possível analisar qual o sentido das greves neste contexto.

²⁸ - Resoluções do II CONCUR, 1986, p.07-08.

²⁹ Tomando por referência as resoluções do II CONCUR, um tema que aparece com bastante destaque é a **questão da terra**. Vale lembrar que o ano de 86, é marcado por uma série de mortes no campo (até maio, são 115 mortes), neste momento a CUT denuncia estas mortes como também traça uma série de considerações acerca da questão agrária e da violência no campo. Sobre isto, ver Resoluções II CONCUR, 1986, p. 26-44. Outra questão que também aparece com destaque neste congresso é a **questão da mulher**. Neste sentido, a resolução faz uma análise acerca da participação da mulher trabalhadora na luta de classes e aponta como ações importantes para a organização das mulheres no movimento sindical os seguintes aspectos :

a) manutenção de uma “política de conscientização e incentivo à participação da mão-de-obra feminina na luta geral da classe trabalhadora.”
b) criação da COMISSÃO DA QUESTÃO DA MULHER TRABALHADORA,
c) implementação de campanha específica com o lema CRECHE PARA TODOS, articulada com Campanha Nacional de Lutas. Sobre isto ver Resoluções II CONCUR, 1986, p.24-26.

3 - AS GREVES : “quebra, quebra, gabiroba , quero ver quebrar...”³⁰

A década de 80 foi marcada por um aumento do número de greves, tanto no setor privado quanto no serviço público. O volume das greves no Brasil, durante a década de 80, era um dos mais altos do mundo, o que demonstra que:

*“O sindicalismo brasileiro durante a década de 80 esteve na contramão das tendências observadas em outros países: em crise na Europa, Estados Unidos e na maioria dos países latino americanos, e em pleno crescimento aqui.”*³¹

Partindo deste crescimento, faz-se necessário compreender quais os significados desta atividade na construção da estratégia da Central. Um primeiro elemento a ser apreciado refere-se ao fato das greves não terem um significado único. No Brasil daquele momento, elas puderam expressar demandas reprimidas nos anos de ditadura, como as trabalhistas; descontentamento político e social; e estratégias que possibilitaram a consolidação de novas lideranças sindicais.³²

Considerando esta perspectiva, Eduardo Noronha divide a trajetória de greves no Brasil em 03 períodos: um primeiro período que é compreendido entre os 1964-1978 caracteriza-se pela exclusão dos sindicatos da cena política; tal exclusão se verifica na “repressão às greves e às lideranças; pela intervenção seletiva aos sindicatos e pelo controle estatal dos reajustes salariais das negociações coletivas.”³³

Um segundo período, compreendido entre 1978-1984, teve como aspecto

³⁰ - Trata-se de trecho de uma marchinha do carnaval brasileiro, tendo sido utilizado muitas vezes como refrão das palavras de ordem que se mencionava nos piquetes.

³¹ - NORONHA, Eduardo. “Greves e Estratégias Sindicais no Brasil.” In : OLIVEIRA, C. A. *et alli* (orgs.). O Mundo do Trabalho: Crise e Mudança no Final do Século. São Paulo: Cesit/Scitta, 1994, p.323. Sobre os números Noronha assinaia que só no período de 1985-1992, a média anual de greves chegava a 1.898,0 greves/ano e o total de greves a 15.184, p. 326.

³² - NORONHA, Eduardo, “A Explosão das Greves na Década de 80, 1990.” In; BOITO JR, A.(org.) Sindicalismo no Brasileiro nos Anos 80, Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 96

³³ - NORONHA, Eduardo, Greves na Transição Brasileira. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1992, p. 81.



principal, “a luta pela cidadania política através das demandas econômicas”³⁴, sendo dividido em três diferentes fases :

- a) os dois primeiros anos tiveram um caráter inaugural, quando estouraram várias greves no setor privado,
- b) os anos 80-82, são caracterizados pela retração do movimento grevista que ocorre a partir dos seguintes fatores: início do período recessivo, pela instabilidade do processo de transição e o aumento das reações governamentais e empresariais”
- c) e os anos 83-84, caracterizados “pela retomada das greves no setor privado e a extensão definitiva do conflito para o setor público”.³⁵

Quanto ao terceiro período (1985-1987), Noronha afirma que se trata de um período de consolidação sindical, o qual se caracteriza pela “grande ampliação das greves e pela sua disseminação até as categorias, então, passivas.”³⁶ Assim, as greves que nos primeiros anos motivaram a retomada da luta pela cidadania política, neste período permitiram que as lideranças sindicais se afirmassem perante o governo e a sociedade como interlocutoras de um importante setor da sociedade: o movimento sindical.

A possibilidade de interlocução pode ser verificada na forma como as greves ocorridas na década de 80 foram deixando de ser apenas localizadas nas categorias para tomar uma proporção que envolvia as lutas unificadas e nacionais e a estratégia de greves gerais.

Tanto a construção de movimentos unificados³⁷ quanto as greves gerais

³⁴ - NORONHA, Eduardo, Greves na Transição Brasileira, Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1992 p. 83.

³⁵ - Idem., p. 83

³⁶ - Idem., p. 103

³⁷ - O ano de 85, contou com movimentos unificados envolvendo as seguintes categorias: metalúrgicos, químicos, plásticos, gráficos, marceneiros, padeiros, professores e trabalhadores de ensino, além disso as

realizadas nos anos de 1986, 1987 e 1989, proporcionaram à CUT apresentar à sociedade mais do que apenas as demandas salariais, mas também destacar toda a carga simbólica que sua atuação representava naquele momento.

Embora o eixo principal destas greves gerais tenha sido as medidas econômicas recessivas, em 86, a motivação foi o Plano Cruzado II; em 87 o Plano Bresser e em 89, o Plano Verão. A tradução mais expressiva da atividade grevista é que por meio dela se pode ver, com clareza, que a classe dominante brasileira não oferecia aos trabalhadores nenhum tipo de possibilidade de incorporação de seus interesses, antes pelo contrário, o mecanismo mais utilizado contra as greves foi a intensa repressão aos trabalhadores.³⁸

Uma conclusão que se pode chegar é que na medida em que o instrumento utilizado pelos governos para tratar a reivindicação dos trabalhadores é a repressão, percebemos que não se tratam apenas de greves que reivindicam reposição salarial, mas de greves que explicitam quais conflitos se materializam naquele momento.

Que conflitos seriam estes? Estas greves enfrentaram os interesses dominantes na medida que expunham a fragilidade não só da política econômica, mas assinalavam ,

greves realizadas em nível nacional foram funcionários do BNH e funcionários da ETC (nov.86), marítimos (fev.87), bancários (abril-87), funcionários públicos federais (março-87). Boletim DIEESE, maio, 1987.

³⁸ - Todas as avaliações da Central sobre as três greves gerais demonstram elementos da repressão policial sobre os trabalhadores, veja-se :

Greve Geral de 86 :

"A primeira manifestação politicamente organizada contra o pacote, realizada em Brasília, violentamente reprimida pela polícia que ainda tentou descaracterizá-la utilizando a ação de provocadores, deu bem a medida do tratamento repressivo que seria dispensado ao movimento daí para a frente. O protesto do dia 12 foi amplo e nacional: os trabalhadores de diversas categorias cruzaram os braços no ABC Paulista, em Salvador, Goiânia, São Luís, Florianópolis, João Pessoa e Campina Grande e em Canoas no Rio Grande do Sul. Em todos os estados ocorreram paralisações parciais combinadas com manifestações de protestos. Os trabalhadores e a população do Rio de Janeiro foram cercados com tanques e metralhadoras." Dossiê CPV-3º CONCUR - Teses e Resoluções, maio, 1995, p. 12.

Greve Geral de 87 :

"Mais de 500 pessoas presas, espancamentos que deixaram vários feridos, atentados a tiro, hospitalizados. Esse foi o saldo da violenta repressão praticada pelas forças militares da Nova República durante o dia da greve geral. Os governadores estaduais seguiram à risca as ordens do truculento ministro da Justiça Paulo Brossard, e patrocinaram arbitrariedades de todo tipo, visando tirar as lideranças para enfraquecer o

principalmente que havia um pacto entre as elite e que os trabalhadores estavam totalmente à margem dele. Daí podermos afirmar que as greves realizadas pela CUT na década de 80, **não estavam voltadas apenas para as demandas econômicas**, elas expressavam também aspectos da luta política, sob a qual os trabalhadores puderam questionar a ação do governo e buscar construir elementos alternativos a esta ação.³⁹

Isto por que as greves representaram na década de 80 um dos mais importantes canais abertos no sentido de assinalar o descontentamento não só do movimento sindical, mas do movimento social como um todo, abrindo a possibilidade de que estes atores pudessem construir uma postura crítica à exploração capitalista.

Um aspecto que pode demonstrar parte desta crítica refere-se à forma como as greves contribuíram para o fortalecimento da organização dos trabalhadores em todo o Brasil. Um exemplo disto foram as greves da CSN em Volta Redonda. Analisando a greve de 1984, Edilson Graciolli afirma que:

*“Mesmo quando os resultados imediatos de uma greve ficam aquém do que se reivindicou (o que se dá na maioria das vezes), a greve pode significar um avanço na organização dos trabalhadores. Tal foi o caso dessa primeira greve na CSN. Para além do que se obteve, o saldo foi positivo, antes de mais nada pela introdução da greve como instrumento de luta.”*⁴⁰

Também, na análise de dirigentes cutistas e lideranças do PT, sobre o crescimento da ação grevista nos anos 80, pode-se assinalar a importância das greves na construção da perspectiva crítica mencionada acima,

movimento.” “Repressão deixou suas marcas” Boletim Nacional da CUT, setembro, 1987, p. 14

³⁹ - Sobre este elementos assinalamos textos das Resoluções do II e do III CONCURT, em que a Central destaca uma série de propostas que reivindicavam desde a alteração da estrutura sindical até a garantia de participação popular na Constituinte, buscando com isto ampliar os mecanismos de democracia e participação dos setores na esfera pública brasileira. Sobre estas propostas, estabeleceremos comentários mais detalhados no Capítulo IV deste trabalho.

⁴⁰ - GRACIOLLI, Edilson José. A Ponta de um Iceberg: A greve na CSN em novembro/88. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1994, p.66

“(...) este ascenso grevista se fortalece e amplia na medida em que conta com uma sólida estrutura organizativa independente que é hoje a Central Única dos Trabalhadores. A política da CUT de deminúcia aos Planos Cruzados I e II e mais recentemente, do Plano Verão sua intransigência em participar dos vários pactos sociais já propostos e, principalmente, seus chamados às greves gerais contra os planos governamentais de mais arrocho, são elementos fundamentais para a compreensão deste ascenso atual (...)⁴¹

“Os trabalhadores ao enfrentarem o governo através de milhões de grevistas, incorporaram novas formas de luta. Aprenderam a se unificar rompendo o isolamento das lutas por local de trabalho e de categoria, chegando às campanhas salariais unificadas e à greve geral como poderosa arma de luta. Aprenderam a resistir à intransigência do governo e da burguesia, organizando as mais longas greves do período. Aprenderam a se armar contra os ataques da polícia aos piquetes, desenvolvendo a tática de ocupação das fábricas. Aprenderam a impedir o desmatamento através dos “empates” praticados pelos seringueiros, em unidade com os povos da floresta do Acre. Aprenderam a usar as ocupações e “acampamentos” para impor a Reforma Agrária”⁴²

Cabe, ainda, lembrar que no Brasil, a greve sempre foi tratada como um caso de polícia. A razão deste tratamento pode ser explicada na forma como os trabalhadores foram incorporados ao espaço público e como a tutela do Estado proporcionou a criação de um espaço público altamente controlado, onde:

“liberdade e democracia transformaram-se em conceitos a serem mantidos no terreno vago das abstrações sob pena de tornarem-se perigosos à permanência de uma ordem, que no seu conteúdo e na sua forma espolia o ser humano de suas melhores possibilidades.”⁴³

Neste sentido, o movimento grevista proporcionou uma fratura na estrutura que controlava a atuação sindical dos trabalhadores na medida em que “logrou ampliar na Constituinte o direito de greve e a liberdade sindical, minimizando o controle estatal sobre

⁴¹ - VALENTE, Agostinho. “O que representa o ascenso do movimento grevista nos últimos dois anos.” Cadernos de Debates, nº 02, novembro, 1989, CUT/Grande BH.

⁴² - ALBERTO, Paulo César F. *et alli*. “Greves Mudam o País.” Cadernos de Debates, nº 02, novembro, 1989, CUT/ Grande BH.

⁴³ - ARAÚJO, José P. & CORGOZINHO, Ivanir. “Greves e Dominação Burguesa no Brasil.” Cadernos de Debates, nº 02, novembro, 1989, CUT/ Grande BH., p. 13.

a organização dos trabalhadores(...).” Entretanto, continuou a possibilitar o controle deste direito à medida em que o mesmo dispositivo legal que instituía o direito de greve, impunha-lhe restrições.⁴⁴

Por todos os motivos mencionados acima, as greves ocorridas neste período fizeram emergir elementos, ainda que discursivos, que visavam uma transformação social. Isto se justifica na medida em que retomamos aspectos da noção de democracia que apresentamos no Cap. I. Afirmamos, que ao se inserirem na luta pela democracia reivindicando a construção de espaços públicos, as classes populares abriam a possibilidade de construir elementos de uma visão de mundo alternativa à ordem vigente.

A ação grevista consegue traduzir estes elementos na medida em que proporcionou a CUT construir uma estratégia que denunciava o caráter conservador da Nova República, organizava oposições sindicais as quais, na maioria da vezes, tornaram-se direções sindicais; reivindicava a reforma agrária sob controle dos trabalhadores; buscava unificar as campanhas salariais sob a perspectiva de quebrar o corporativismo das lutas por categoria trazendo para o plano do enfrentamento político, não apenas reivindicações salariais, mas também a super exploração do trabalho a que estavam submetidos os trabalhadores brasileiros.

⁴⁴ - Trata-se do artigo 9º da Constituição Federal e seus incisos. Sobre esta perspectiva de restrição ao direito de greve, os autores afirmam que:

“A Medida Provisória nº50 foi a primeira tentativa do governo recuperar o perdido no processo Constituinte. Ela estabeleceu o quorum de 1/3 dos associados para a aprovação da greve. Definiu ainda uma vez os setores essenciais. Fixou casos para onde a greve seria considerada ilegal e estabeleceu sanções como a demissão por justa causa. Esta medida foi derrotada no Congresso e substituída pela Lei 7.783, em vigor. Menos pior que a Medida nº50, nem por isso ela deixa de atender às perspectivas do Estado. Ela fixa o prazo de comunicação ao governo e aos patrões da deflagração da greve; é impeditiva dos piquetes e proíbe a greve no interior das empresas ao afirmar que “os grevistas não poderão impedir o acesso ao trabalho nem causar ameaças ou dano à propriedade ou pessoa”; retira da alçada dos trabalhadores a definição de quais atividades continuarão em funcionamento nos setores vitais, entregando esta atribuição ao governo e aos próprios patrões além de relacionar as categorias essenciais. Considera como abuso do direito de greve o não cumprimento da Lei, ameaçando com a legislação civil e penal os “atos ilícitos e crimes cometidos”. Por fim, mantém a Justiça do Trabalho como fórum de solução dos conflitos trabalhistas, cujas decisões estão

Mesmo diante de tudo isto, a ação grevista não foi o único mecanismo utilizado pelos trabalhadores no sentido de buscar construir uma forma de agir político que lhes fosse próprio (visão de mundo). Um outro episódio também pode ser considerado como uma faceta deste processo: a reivindicação por uma Assembléia Nacional Constituinte que efetivamente garantisse a participação popular.

4 - O PROCESSO CONSTITUINTE: pressão popular x articulação conservadora.

Um dos episódios marcantes da Nova República foi a convocação da Assembléia Nacional Constituinte que elaboraria, após os sombrios anos de ditadura militar, a nova Carta Constitucional. Muitas foram as disputas políticas em torno da questão. Mais uma vez aqui se pode perceber a tensão entre os setores populares e os setores conservadores. Com o objetivo de compreendermos a intervenção da CUT neste processo é necessário descrever sob que conjuntura foi convocada esta assembléia.

Um primeiro elemento a ser explicitado, refere-se à disputa que se travou em torno do caráter deste fórum. Por um lado, a Aliança Democrática defendia a tese de que o Congresso Nacional que seria eleito em 1986, deveria ser investido de poderes constituintes. De outro lado, o movimento sindical-popular defendia uma Assembléia Nacional Constituinte Livre, democrática e soberana, que seria eleita apenas para elaborar a Constituição Federal.⁴⁵ Coerente com a prática política das “soluções pelo alto”, a resposta da Aliança Democrática, por meio da aprovação da Emenda Sarney foi a transformação do

⁴⁵ - Ilustrando esta reivindicação, vale a pena destacar a posição da CUT em torno da questão. Em reunião realizada nos dias 14, 15 e 16 de março de 1985 a CUT deliberou que se incorporaria “ao processo de mobilização por uma Assembléia Nacional Constituinte livre, democrática e soberana, participando dos comitês pró-constituinte, incentivando a sua criação, impulsionando nos sindicais e locais de trabalho a mais ampla discussão e organização dos trabalhadores, de suas pautas de reivindicações e anseios.” Resolução da Direção Nacional, Boletim Nacional CUT, nº 01, maio, 1985.

Ao se posicionar em favor de uma Assembléia Nacional Constituinte livre, democrática e soberana a CUT afirmava que a existência desta Assembléia Nacional pressupunha um conjunto de medidas que varresse de vez todo “entulho” autoritário herdado da ditadura militar. Para tanto seria necessário as seguintes medidas :

- “a revogação da Lei de Segurança Nacional;
- a convocação específica para este fim, ligada à escolha livre e direta dos governadores em todos os níveis;
- as mais amplas garantias de liberdade de expressão e liberdade de organização política e partidária;
- mais ampla liberdade de organização sindical com a ratificação imediata da Convenção 87 da OIT e a revogação do Título V da CLT;
- a revogação da lei de greve, garantindo-se o irrestrito direito de greve;
- a liberdade e igualdade para a eleição dos constituintes com o controle público dos gastos da campanha;
- a mais ampla conscientização e organização do povo;
- a mais ampla liberdade de voto, extinguido-se as restrições que impedem os votos dos analfabetos, soldados,

Congresso Nacional eleito em novembro de 86, em Assembléia Nacional Constituinte, tendo sido nomeada uma Comissão de Notáveis⁴⁶ para elaborar o anteprojeto constitucional.

Assim, um dos marcos importantes do ano de 86, além é claro da criação do cruzado, foi o fato de se tratar de um ano eleitoral, devendo ser eleitos além dos governadores, os deputados estaduais e federais e senadores, os quais seriam os constituintes. Cabe lembrar, também, que por força das medidas econômicas implementadas a partir de fevereiro (Plano Cruzado), o PMDB conseguiu tornar-se um dos maiores partidos da história política brasileira, tendo eleito nada menos que 23 governadores, 42 senadores e 261 deputados.⁴⁷

Este desempenho eleitoral do PMDB é de fundamental importância para compreender as articulações políticas que motivaram as eleições de 86, e qual o perfil do Congresso Nacional que teria como uma de suas funções a elaboração da Nova Constituição Brasileira.

Seguindo a trajetória política brasileira de forjar os consensos “pelo alto”, o Plano Cruzado foi elaborado a partir de uma perspectiva que privilegiava as soluções propostas em gabinetes ministeriais, em detrimento de formas de intermediação de interesse

marinheiros e cabos.” Resolução da Direção Nacional, Boletim Nacional CUT, nº 01, maio, 1985.

⁴⁶ - Sobre isto, a manifestação da CUT vai no seguinte sentido, veja-se:

“A CUT é contrária à Comissão de Notáveis imposta pela “Nova República”. A criação da Comissão de Notáveis, além de ser um ato antidemocrático, se constitui como um mecanismo de limitação da soberania da Constituinte. A história de todas as Comissões de Notáveis criadas em momentos anteriores provaram isto. (...)” A CUT defende que a eleição da Assembléia Nacional Constituinte seja feita em 1º de março de 1986 e instalada no dia 21 de abril do mesmo ano. Além de ser uma aspiração de todo o povo brasileiro, se torna necessário ter uma nova Constituição para que tanto o novo poder legislativo como os novos governos dos estados se pautem pela nova Constituição, a partir do começo de 1987. “Constituinte sem povo. Algo de novo?! Boletim Nacional CUT, setembro, 1985, p. 07.

⁴⁷ - DEBATE SINDICAL “Constituinte: Como ficam os trabalhadores (subsídios para a discussão)”, DESEP/CUT, ano, I, nº 03, fevereiro, 1987.

mais democráticas.⁴⁸ Além disto, o apelo a fiscalização por parte dos consumidores - a idéia de ser fiscal do Sarney, remontava as formas já conhecidas da política brasileira: o populismo.⁴⁹ Embalado por este apoio popular, o PMDB construiu a campanha eleitoral de 1986.

As conseqüências imediatas desta estratégia foram: a alta da inflação, que motivou o governo a fazer os ajustes que havia protelado por conta das eleições logo após o resultado do pleito, e um Congresso Nacional cujo perfil era bastante conservador, tendo sido eleitos pelo PMDB, “nada menos que 217 constituintes remanescentes da ARENA.”⁵⁰

Comprovando este perfil conservador e contrariando o anseio dos setores populares ficou estabelecido no Regimento Interno do Congresso Constituinte a idéia de “soberania restrita”, uma vez que mantinha as normas que garantiam ao Presidente da República a promulgação de decretos-leis sem qualquer restrição. Em outras palavras, mantinha-se o chamado “entulho autoritário” que legitimara inúmeras decisões do governo militar.

Uma outra dinâmica que marcou o processo constituinte refere-se à forma como

⁴⁸ - Sobre isto ver ALMEIDA, Maria Hermínia T., op. cit. e as considerações desenvolvidas no item 2 deste capítulo.

⁴⁹ - O uso desta noção não implica em abrir uma discussão com maior rigor teórico. Embora, no Brasil, a idéia de populismo esteja mais identificado com a Era Vargas e com o processo de industrialização, o que queremos assinalar é como os interesses são mediados. Sendo assim, a característica fundamental a ser destacada é a secundarização das instituições políticas em detrimento de uma relação mais direta entre o governo e a população. No caso do Plano Cruzado, a idéia de populismo fica esclarecida na medida em que se observa que:

“O governo, tampouco, procurou qualquer forma de negociação com os interesses organizados visando a torná-los partícipes e co-responsáveis pelos êxito da política de estabilização. Embalado pelo imenso apoio popular que o pacote lhe trouxera, confiou, primeiro na pressão desse apoio para forçar o respeito ao congelamento. E, depois, nos precários instrumentos leais e órgãos estatais de controle, pouco aptos para assegurar que milhares de preços permanecessem de fato congelados. mais do que isso, nos primeiros meses de vida do Plano, tratou de utilizar o congelamento como recurso de um ensaio desajeitado de populismo. Passando por cima de instituições, partidos e organizações de interesses, o Presidente da República pareceu a afirmação de sua liderança política no relacionamento direto com a massa atomizada de consumidores.”

ALMEIDA, Maria Hermínia T de . op. cit., p. 58-59.

⁵⁰ - DEBATE SINDICAL. A Nova Constituição e os Direitos dos Trabalhadores. DESEP/CUT, ano II, nº 09,

ocorreram os debates e as votações. A marca primordial neste caso foi um retrocesso atrás do outro, suprimindo-se dos textos aprovados aqueles dispositivos que poderiam ser considerados conquistas dos trabalhadores em cada uma das fases que exigia reexame do projeto. Análise apresentada pelo Departamento de Estudos Sócio-Econômico e Político-DESEP, em relação ao projeto apresentado na Comissão de Sistematização e os projetos votados em primeiro e segundo turnos no plenário da Câmara assinala que:

“Comparando-se todos eles verifica-se que a característica predominante do processo constituinte foi a sua involução. Nas sucessivas fases da Constituinte as disposições foram sofrendo uma espécie de triagem, de seleção. Entretanto, a preocupação básica que norteou esse processo não foi o aperfeiçoamento do texto, mas sim o seu ajuste conservador. Observando-se a trajetória da Constituinte vê-se que as posições mais atrasadas foram se consolidando conforme as sucessivas fases do processo constituinte.”⁵¹

Os principais articuladores desta dinâmica estavam concentrados no chamado Centrão, que congregava constituintes do PMDB, PFL, PTB e outros partidos de centro-direita que buscaram incessantemente suprimir os avanços do texto constitucional. Na verdade o Centrão atuou de forma a servir como correia de transmissão do Palácio do Planalto no Congresso. Um dos episódios que melhor ilustram isto, foi a forma como o Centrão conseguiu que seu projeto fosse votado em plenário, tendo para tanto alterado o regimento interno, sem que este tivesse sido examinado nas comissões.⁵²

Mesmo em face ao caráter conservador do Congresso Constituinte é preciso destacar, também, a estratégia dos setores populares no sentido de buscar inserir no texto constitucional uma série de reivindicações pela ampliação dos direitos.

Um primeiro elemento para compreender esta estratégia é que se tratou de uma

outubro, 1988, p. 14

⁵¹ - DEBATE SINDICAL. A Nova Constituição e os Direitos dos Trabalhadores, DESEP/CUT, ano II, nº 09, outubro, 1988, p. 15.

articulação entre movimento popular e sindical, onde a principal ação era a coleta de assinaturas para as “Emendas Populares”⁵³. Os temas que foram privilegiados pela Central foram liberdade e autonomia sindical e direito de greve⁵⁴; direitos sociais⁵⁵; reforma agrária e política agrícola⁵⁶, bem como a ordem econômica.⁵⁷ Além destes temas, foram apresentadas emendas que versavam sobre o monopólio estatal do petróleo, direitos das mulheres, a participação popular e o ensino público e gratuito.

Uma vez recolhidas as assinaturas necessárias para as emendas populares, a CUT juntamente com outras associações⁵⁸, privilegiou a entrega destas emendas aos

⁵³ - Idem.

⁵³ - Sobre a forma de participação popular, documento da CUT esclarece quais as maneiras possíveis de fazê-la a partir das determinações do Regimento Interno;

“Através do envio de sugestões à Constituinte, que serão encaminhadas à subcomissão do tema respectivo; por meio de “emendas dos cidadãos”, que deverão contar com um mínimo de 30 mil assinaturas e ser endossadas por três entidades associativas.” Boletim Nacional da CUT, março, 1987, p. 17.

Uma avaliação apresentada por Boletim da Central aponta que foram apresentadas 122 propostas de emendas populares, contando com mais de 15 milhões de assinaturas, o que representava 25% do total de cidadãos brasileiros com direito de voto à época dos trabalhos constituintes.

⁵⁴ - As principais propostas neste sentido se referiram a:

“liberdade de constituição de entidades sindicais em todos os níveis; liberdade de inscrição, organização e regulamentação interna e direito de exercício da atividade dentro das empresas públicas, privadas e órgãos da administração pública, além de estabilidade no emprego, até um ano após o término do mandato do representante sindical, assim como estabilidade pelo período de um ano para todos os concorrentes às eleições sindicais.” Boletim Nacional da CUT, maio-junho, 1987, p. 11.

⁵⁵ - As emendas da CUT versavam sobre alguns direitos que já tinham sido contemplados no anteprojeto da Comissão de Ordem Social, a saber:

“participação direta nos lucros ou no faturamento das empresas; estabilidade desde o momento da admissão; reajuste automático mensal de salários, aposentadorias e proventos, de acordo com a variação do índice do custo de vida calculado pelo Dieese; e direito irrestrito de greve.” Boletim Nacional da CUT, maio-junho, 1987, p. 11.

⁵⁶ - Quanto a esta questão a CUT afirma que sua proposta tratava-se de:

“um autêntico substitutivo ao ridículo anteprojeto aprovado na Comissão Temática, que, se passar inviabiliza a reforma agrária.” Boletim Nacional da CUT, maio-junho, 1987, p. 11.

Na verdade as definições sobre a reforma agrária e política agrícola encontram-se nas Resoluções do II CONCUR, sendo a principal bandeira de luta “Terra para quem nela vive e trabalha”.

⁵⁷ - As propostas neste sentido eram:

“alterações substantivas no regime de empresas na atividade econômica, subordinando a regulamentação do Estado (...), a defesa das riquezas minerais, que devem ser administradas direta ou indiretamente pela União. Trata, também, do controle do capital estrangeiro no país, da defesa das estatais e do endividamento externo.” Boletim Nacional da CUT, maio-junho, 1987, p. 11.

⁵⁸ - Tratava-se do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Comissão Pastoral da Terra, Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, Federação Nacional dos Jornalistas, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Partido dos Trabalhadores e Central Geral dos Trabalhadores - CGT.

deputados constituintes. Percebe-se assim, que a Central buscou não só denunciar o caráter conservador do Congresso Constituinte, como também se contrapor apresentando suas propostas que buscavam destacar os interesses dos trabalhadores.

Aqui reside um aspecto importante da nossa análise. Em que consistiu esta atuação da CUT que combinava o aspecto da denúncia com a articulação dos movimentos sociais organizados e a elaboração de propostas de emendas constitucionais?

Embora a CUT fosse extremamente crítica à prática política dos setores conservadores, a possibilidade de intervir no processo constituinte tornou-se concreta, na medida que os setores populares puderam elaborar suas propostas a partir da forma como construíam sua prática política; valorizando os mecanismos da democracia participativa e lutando para que o exercício do poder abarcasse o interesse das classes populares.

Isto demonstra que de fato havia, naquele momento, na sociedade brasileira uma disputa em torno de qual ordem a ser construída, quais os direitos e qual participação. E mais uma vez aqui, ressaltamos que embora não houvesse uma proposta de revolução consolidada no interior dos setores populares, os elementos constitutivos de uma disputa política em torno da hegemonia estavam colocados. A CUT, juntamente com os movimentos sociais conseguiam exercer de maneira coletiva a crítica ao senso comum⁵⁹, que no Brasil forjou-se a partir da prática política em que as elites construíram um espaço público alicerçado no autoritarismo e na exclusão política e social.

Embora o exercício desta crítica não tenha sido capaz de levar a cabo os

⁵⁹ - O sentido que queremos conferir à idéia de *senso comum*, fundamenta-se na perspectiva gramsciana, ou seja não se trata de um único senso comum, uma vez que este relaciona-se com um contexto histórico, mas trata-se de chamar atenção para o fato de como relações sociais, políticas e econômicas são vividas sob uma condição de submissão e subordinação, tomado como verdade aqueles elementos predominantes de uma visão de mundo dominante. Para um maior esclarecimento acerca desta discussão ver GRAMSCI, Antônio. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 9ª edição, p. 14-30.

contornos finais de um projeto de transformação, sem dúvida a luta pela democracia foi um importante momento para que as classes populares pudessem fazer emergir a disputa dos projetos políticos diferenciados, o que numa tradição autoritária como a nossa representa um aspecto importante na desconstrução de valores autoritários que são vivenciados no local de trabalho, na família, na própria ação política. Mesmo em face das descontinuidades deste processo abria-se a possibilidade para os trabalhadores construírem elementos de uma proposta política alternativa à ordem vigente.

Neste caso a questão do confronto é retomada. Ao agir denunciando o caráter conservador da *Nova República*, intensificando a ação grevista mas também apresentado emendas populares cujo conteúdo refletia o interesse dos trabalhadores em oposição à classe dominante, a Central demonstra que sua ação não estava apenas alicerçada em uma estratégia de negação das políticas do governo. A possibilidade aberta por sua atuação residia, justamente, no fato de poder inserir na disputa política, posicionando-se ao lado dos trabalhadores e incorporando à sua luta, reivindicações atinentes aos setores populares.

Neste sentido, a luta pela democracia assume um sentido de disputa político-ideológica em que as classes populares buscam inscrever no ordenamento jurídico aqueles direitos que compreendem como conquistas e avanços advindos deste embate.

Sendo assim, cabe examinar qual o saldo da intervenção dos setores populares no processo constituinte, a partir da avaliação feita pela CUT. No que se refere aos direitos trabalhistas, a Constituição de 88 garantiu a instituição da jornada de seis horas para os turnos ininterruptos de revezamento e a redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais.

Tais direitos foram considerados vitórias parciais dos trabalhadores, uma vez que a proposta dos trabalhadores para a redução da jornada de trabalho eram 40 horas

semanais, a medida foi avaliada pela CUT da seguinte forma :

“(...) a redução da jornada de trabalho não deixa de ser um avanço. Nesse caso, porém, a conquista obtida não corresponde ao estágio das lutas dos trabalhadores, que há mais de 10 anos lutam pela jornada de 40 horas. De qualquer maneira, a aprovação das 44 horas representa a institucionalização e a extensão para outras categorias daquilo que muitos trabalhadores já haviam conquistado através de acordos coletivos.”⁶⁰

A instituição do turno de seis horas foi avaliada como uma vitória dos trabalhadores, uma vez que “sua aprovação resultou da mobilização dos próprios trabalhadores”⁶¹. A avaliação da Central aponta a seguinte preocupação :

“(...) é preciso manter-se alerta: as empresas que operam em turno de revezamento poderão recorrer a inúmeros artifícios para desfigurar o benefício alcançado. A jornada por turno não é um aspecto do direito do trabalho bem regulamentado e seu ordenamento depende de parecer técnico do Ministério do Trabalho, o que torna sua comprovação difícil e burocrática. Além disso, o poder de interferência dos sindicatos nessa área ainda é pequeno, o que reforça a idéia que todos os cuidados devem ser tomados para que a jornada de 06 horas não seja apenas um belo princípio constitucional sem qualquer efeito prático.”⁶²

O texto constitucional também apresenta alguns avanços no que se refere a questão dos benefícios sociais. Foram instituídos direitos como salário-férias de um terço, extensão para cinco anos do prazo para ações trabalhistas; licença-paternidade, ampliação da licença-maternidade, seguro-desemprego para as situações de desemprego involuntário; mudança no cálculo da aposentadoria (valor médio dos últimos 36 salários); igualdade dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais e urbanos e a extensão de alguns direitos

⁶⁰ - DEBATE SINDICAL. A Nova Constituição e os Direitos dos Trabalhadores. DESEP/CUT, ano II, nº 09, outubro/88, p. 27.

⁶¹ - Ibid.

⁶² - Ibid. Vale lembrar, também, a preocupação levantada na análise se concretizou e a implementação do turno por revezamento se constituiu em uma das lutas dos trabalhadores no período posterior a promulgação da Constituição. Um exemplo que demonstra isto foi a greve dos trabalhadores da CSN, que tinha entre outros motivos a implementação deste direito pela empresa. Sobre isto ver GRACIOLLI, Edilson José, op. cit.

trabalhistas (salário mínimo, décimo-terceiro salário, repouso semanal remunerado, gozo de férias, licença-maternidade, licença-paternidade, aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, aposentadoria) aos trabalhadores domésticos.

Diante deste elenco de benefícios sociais, a avaliação da CUT foi a seguinte:

“Isso, contudo, não altera o caráter profundamente antipopular que assumiu o processo constituinte. A avaliação da nova Carta demonstra que muitas reivindicações não foram alcançadas, e por mais que esses benefícios sociais sejam importantes, isso não muda a natureza compensatória que acabou revestindo todos eles. Basta lembrar que a plena liberdade sindical não foi alcançada, o que certamente implicaria a possibilidade de efetivação de certos direitos sociais.” ⁶³

Ainda no que se refere aos direitos trabalhistas, uma outra questão que foi uma das grandes bandeiras de luta dos trabalhadores - a estabilidade no emprego, foi duramente rechaçada pelas forças políticas conservadoras. Conforme a própria lógica do processo constituinte, ir recuando para posturas mais conservadoras a medida em que o processo ia se desenrolando, contribuiu para que a proposta de estabilidade dos trabalhadores fosse totalmente desvirtuada.

Sobre isto, a CUT afirma:

“(...) a garantia da estabilidade foi sendo desfigurada ao longo dos vários projetos, até desaparecer da nova Constituição. Ao prevalecer o princípio de indenização compensatória para as dispensas imotivadas, imposto pelo Centrão com o apoio do PMDB e do “sindicalismo de resultados”, a nova Carta deu aos empresários o amplo direito de demitir o trabalhador a qualquer hora e por qualquer motivo. Isso representa um retrocesso em relação à legislação anterior, pela simples razão de tornar o princípio da indenização uma norma constitucional.” ⁶⁴

Uma outra luta na qual a CUT empregou parte de seus esforços foi a que

⁶³ - DEBATE SINDICAL. A Nova Constituição e os Direitos dos Trabalhadores, DESEP/CUT, ano II, nº 09, outubro, 1988, p. 27.

⁶⁴ - Idem, p. 28.

buscava, por meio do texto constitucional, criar os instrumentos necessários para a efetivação da reforma agrária. Neste sentido, o texto constitucional não enfrentou os problemas deste tema. Conforme análise da Central,

“Na prática, a nova Constituição tornou as coisas piores do que nos tempos da ditadura. A partir de agora está praticamente abolida qualquer possibilidade legal de acesso à terra, pois a nova Carta ressuscitou a exigência de indenização prévia, eliminada pelos militares em 64; isentou de desapropriação as médias propriedades, quando o Estatuto da Terra o fazia apenas para as pequenas ; introduziu a noção abstrata de terra produtiva, inviabilizando a desapropriação onde quer que seja, pois toda terra é potencialmente produtiva.

*Ou seja, a nova Carta semeou ainda mais incertezas no campo brasileiro. Encerrado o processo constituinte, a violência no campo deve prosseguir. Os assassinatos gerados na luta pela terra continuarão alcançando índices altíssimos, como os registrados em 1987”.*⁶⁵

Na questão da organização sindical, a grande conquista foi a aprovação do direito de greve. Pelo texto aprovado, ficava assegurado aos trabalhadores o direito de greve, competindo a estes “decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.”⁶⁶ Isto significa que:

*“Pela primeira vez na história do país a greve será reconhecida como um direito do trabalhador e não como um delito. Na prática, isso representa uma grande vitória , pois implica no fim dos julgamentos das greves e na falência da lei 4.330.”*⁶⁷

Embora esta tivesse sido saldada como uma das grandes conquistas das classes trabalhadoras, o controle sobre a atividade grevista não deixou de existir. A lei de greve, aprovada em 1989 (lei 7.783), apresentava uma série de restrições que desfiguravam o sentido de liberdade vigente no texto constitucional.⁶⁸ Além disto, alguns episódios

⁶⁵ - DEBATE SINDICAL. A Nova Constituição e os Direitos dos Trabalhadores. DESEP/CUT, ano II, n° 09, outubro, 1988, p. 32.

⁶⁶ - art. 9° da Constituição Federal.

⁶⁷ - DEBATE SINDICAL. A Nova Constituição e os Direitos dos Trabalhadores. DESEP/CUT, ano II, n° 09, outubro, 1988, p. 30.

⁶⁸ - Sobre isto ver nota n° 48 deste capítulo.

demonstram que a greve, embora transformada em um direito, continua sendo tratada como um caso de polícia. Nos momentos em que os governos de perfil conservador e os patrões sentem-se ameaçados, fecham qualquer possibilidade de diálogo. São exemplos disso a greve dos trabalhadores da CSN, realizada logo após a vigência do texto constitucional e recentemente a dos petroleiros, realizada em 1995.

Neste sentido, percebe-se as contradições que eivam o processo de luta pela democracia. Se por um lado tivemos os trabalhadores lutando pelo direito de greve e conseguindo inscrevê-lo no ordenamento constitucional, por outro, a medida que os interesses antagônicos desta ordem se expressam, a efetivação dos direitos democráticos encontra-se comprometida. Isto em alguma medida explica porque no capítulo I ao discorrermos sobre a noção de democracia frisamos como ela não pode ser tomada de maneira a desconsiderar os interesses que expressam e materializam as contradições inerentes ao capitalismo.

Feita esta ressalva, voltemos a questão da organização sindical.

O modelo sindical aprovado no texto constitucional, embora tenha inserido no capítulo relativo à organização sindical dispositivos liberalizantes tais como o fim da intervenção do Estado nos sindicatos, preservou alguns pilares fundamentais da manutenção do corporativismo, quais sejam - a unicidade sindical, o imposto sindical, o monopólio da representação e a tutela da Justiça do Trabalho. Vale lembrar, também, que a Constituição não tratava da questão relativa às centrais sindicais. Embora à época fossem três as centrais⁶⁹, não há nenhum dispositivo legal que autorizasse ou proibisse a existência das mesmas.

⁶⁹ - CUT, CGT e USI

Merece ser destacado, que embora mantida a essência da estrutura corporativa, os servidores públicos conquistaram o direito de criar seus próprios sindicatos e a eles foi estendido o direito de greve. Dois outros dispostos constitucionais, também, merecem destaque - a criação da figura do delegado sindical em empresas com mais de 200 empregados⁷⁰ e a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários aparecessem como objeto de discussão e deliberação.⁷¹

Percebe-se que apesar do acúmulo de elaboração e experiência da CUT no sentido de construir uma estrutura sindical cujo fundamento principal era autonomia e liberdade sindical, estas propostas foram derrotadas e à Central coube reafirmar seus princípios de luta, conforme a resolução do III CONCUR, realizado em setembro de 1988;

*“ A luta pela conquista efetiva da liberdade e autonomia sindical dependerá diretamente do avanço organizativo da CUT; de sua capacidade de implantar uma organização sindical alternativa. Da mesma forma que, na retomada das lutas e na origem do novo sindicalismo que a CUT representa, foi decisivo romper com os limites legais concedidos e impor novos espaços para a luta e organização sindical. Hoje, o avanço depende de nossa capacidade de desafiar aberta e concretamente os limites impostos pelos patrões e seus representantes à organização sindical dos trabalhadores, implantando, na prática, a organização sindical livre e conquistando, na luta, melhores condições de vida para todos os que vivem do seu próprio trabalho. ”*⁷²

Diante desta avaliação, as conclusões que podemos chegar assinalam que a CUT ao agir juntamente com os setores populares pôde intervir nas disputas que estavam colocadas na sociedade brasileira, daquele momento. Se por um lado tínhamos elementos

⁷⁰ - Embora este direito não represente o que os trabalhadores reivindicavam acerca da organização por local de trabalho, em certa medida isto representa uma garantia de organização, devendo ser lembrado que muitas empresas ainda não respeitam esta norma.

⁷¹ - Esta norma confirma uma afirmação feita anteriormente de que existia no próprio processo de emendas uma reivindicação de que o escopo decisório se abrisse à participação popular.

⁷² - DEBATE SINDICAL. A Nova Constituição e os Direitos dos Trabalhadores. DESEP/CUT, ano II, nº 09, outubro, 1988, p. 31.

que indicavam a continuidade de uma hegemonia pautada sob a ótica das elites, tínhamos também a ação dos movimentos populares no sentido de se contrapor a esta hegemonia, e o terreno onde se deram estas disputas foi justamente o sentido que se queria imputar à luta pela democracia.

Porém, conforme afirmamos no Cap. I, este é um processo que envolve construções e desconstruções, sendo constituído de inúmeras contradições. No caso específico da luta pela democracia, a medida que ela proporcionou a elaboração de uma crítica à prática política vigente, ela também proporcionou a incorporação de inúmeras parcelas do movimento social à ordem. A consequência mais imediata desta incorporação foi a substituição do sentido de democracia enquanto estratégia de disputa política entre projetos diferenciados, para um sentido que eiva este conceito de princípios tidos como universais, desfocando os conflitos que emergem de uma sociedade estruturada a partir da exploração do trabalho.

De fato, finda a década de 80, a fragmentação que permeava os setores populares no Brasil explicitou as diferentes visões que haviam em torno da democracia. Na CUT, esta explicitação foi se dando na medida em que a Central foi construindo sua concepção sindical e delineando os contornos de sua atuação ao longo dos anos 80.

5 - CONSTRUINDO A CONCEPÇÃO SINDICAL CUTISTA

Pensar os elementos da concepção sindical que a Central foi construindo ao longo de sua trajetória implica em compreender quais foram os principais aspectos que nortearam a construção da prática sindical no Brasil, após o nascimento do Novo Sindicalismo.

Em 1983, havia no sindicalismo brasileiro dois blocos distintos : a Unidade Sindical afinada com uma concepção sindical que se opunha aos princípios de liberdade e autonomia sindical e desenvolvia uma atuação política mais moderada, procurando “restringir a luta dos trabalhadores à mera negociação dos salários” e o Novo Sindicalismo, com uma concepção crítica à estrutura sindical corporativa, que esboçava “um projeto sindical com fronteiras nitidamente anticapitalistas”.⁷³

Deste segundo bloco nascia a CUT, que no seu interior também congregava dois blocos políticos distintos: as oposições sindicais e os sindicalistas “Autênticos”. Cabe assinalar que entre estas duas correntes havia divergências em torno da concepção sindical, e aí o tema que aparece com maior destaque é o da estrutura sindical, que ao mesmo tempo que funcionava como um divisor de águas entre os dois blocos existentes no sindicalismo brasileiro nos anos 80, funcionava como um elemento de aproximação entre “Autênticos” e “OS”.

Embora houvesse uma margem de convergência entre “Autênticos” e “OS”, a união destas duas vertentes foi permeada de conflitos, os quais tornam-se mais explícitos à medida que inicia uma fase de consolidação da Central. Segundo Celina Gomes de Oliveira,

⁷³ - OLIVEIRA, Celina G., *op. cit.*, p. 27.

“No momento de formação da CUT, o debate que se travou acerca da autonomia da organização dos trabalhadores (frente ao Estado, a burguesia, aos partidos políticos, etc), funcionou como um divisor de águas colocando, de um lado, setores reunidos no chamado Bloco Combativo e, de outro, setores da Unidade Sindical. Anos mais tarde a mesma questão retorna, no interior da CUT, denunciando o caráter inacabado do debate de outrora. No ano de implantação da central (1983/1984) as diferenças parecem ter sido amortecidas pelo objetivo maior de construir a entidade, mas tão logo inicia-se o processo de consolidação, a partir de 1984, acirram-se os ânimos. Este fenômeno parece estar ligado às contradições sobre as quais se deu a formação da CUT, ou seja: mediante a convergência de propostas nascidas de circunstâncias e posturas diferenciadas as quais abrem concessões com vistas à um objetivo comum, cuja realização não foi viabilizada.”⁷⁴

A pergunta que merece ser feita é: que conflitos eram estes e em que medida sindicalistas autênticos se diferenciavam das oposições sindicais? A resposta reside na forma como estas duas vertentes foram construindo suas práticas sindicais. Se por um lado, as oposições sindicais (OS) foram se construindo a partir de uma experiência que se delineava à margem desta estrutura sindical, os sindicalistas autênticos puderam experimentar a construção de uma linha renovadora de ação a partir da própria estrutura sindical oficial⁷⁵.

Sobre a forma como esta divergência em torno da concepção sindical vai se aprofundando na CUT, dois pontos merecem destaque : que correntes políticas se formam na CUT a partir da prática dos autênticos e das “OS” e como o crescimento da Central vai proporcionando entre estas correntes um debate em torno desta concepção sindical?

Sobre o primeiro ponto, merece ser destacado que :

“essas duas propostas sindicais (“Autênticos e “OS”), convertidas mais em duas vertentes sindicais claramente distintas - Articulação Sindical e CUT pela Base respectivamente - , caracterizarão as divergências ideológicas presentes na central ao longo de sua história, embora a elas agreguem-se outros grupos minoritários. Nos embates travados entre essas duas grandes correntes

⁷⁴ - OLIVEIRA, Celina G., op. cit., p. 29.

⁷⁵ - Sobre isto ver OLIVEIRA, Celina G., op.cit., Cap. II , SÁDER, Eder., op.cit., p. 225-260 e 277-310 e RODRIGUES, Iram J., op. cit., Cap. II.

*sindicais no interior da CUT, é possível observar traços de continuidade das concepções políticas elaboradas respectivamente ou pela OS" ou pelos Autênticos, nas décadas de 60 e 70. Ou seja, a natureza das divergências sindicais, políticas e ideológicas que marcaram a CUT durante o processo de sua consolidação, parece encontrar suas motivações também na elaboração original tanto do ideário da Articulação Sindical ("Autênticos") quando da CUT pela Base ("OS")."*⁷⁶

No que se refere ao segundo aspecto desta questão, ou seja, o crescimento da CUT, verifica-se que em 1986, quando da realização de seu II Congresso, a Central encontra-se implantada em quase todo país. Com um total de 1.014 entidades representadas por 5.564 delegados; 10 representavam as federações; 781, os sindicatos; 106, as associações pré-sindicais; 114, as associações de funcionários públicos e 03, outras. Ainda para se ter uma noção dos trabalhadores representados neste Congresso, os dados apontam que entre os sindicatos e associações participantes do Congresso, os rurais estavam representados por 366 entidades, com 1.953 delegados, representando 4.345.557 trabalhadores. O setor da indústria comparecia com 182 entidades, 1.201 delegados e uma representação que abrangia 3.029.384 trabalhadores; o setor de serviços contava com 276 entidades, 1.464 delegados e 3.678.320 trabalhadores. Já o funcionalismo público comparecia com 114 entidades, 616 delegados representando 976.650 trabalhadores e os profissionais liberais estavam representados por 76 entidades e 330 delegados que representava 390.303 trabalhadores. Isto significa que por meio de uma delegação composta de 5.564 delegados, o II CONCURT representava 12.423.214 trabalhadores brasileiros.⁷⁷

É neste Congresso que surge a necessidade de traçar os parâmetros para a atuação e organização da Central. Sobre isto, é preciso destacar que

⁷⁶ - OLIVEIRA, Celina G., p. 83.

“Essa discussão sobre o papel estratégico dos sindicatos esteve presente ao longo do II CONCUR. Acabou sendo aprovado um Manifesto, apresentado pela tendência majoritária que, assimilando várias emendas apresentadas, incorpora a reafirmação do papel classista da CUT e reforça seu objetivo socialista (...)

*Apesar do manifesto, que foi apresentado como alternativa a outro da CUT Pela Base, ter sido aprovado por unanimidade, as diferentes visões começavam a aparecer e se agrupar por afinidades políticas. Essas diferenças, que afloraram no desenrolar do Congresso, se traduziam em três chapas, para compor proporcionalmente a Direção Executiva da Central.”*⁷⁸

No que se refere a forma de organização da CUT, merece ser destacado que a tendência majoritária apresentou uma série de alterações estatutárias que visavam dar a Central um caráter mais verticalizado. Este foi um dos pontos polêmicos do Congresso. Em face de uma correlação de força desfavorável à tendência majoritária, a discussão em torno destes pontos foi adiada para o III CONCUR.⁷⁹

Apesar do aprofundamento das divergências entre as tendências cutistas, o Congresso aprovou uma proposta de estrutura sindical que se contrapunha a estrutura corporativa, afirmando os seguintes princípios :

a) liberdade e autonomia sindical;

⁷⁷ - Almanaque da CUT, agosto, 1986, p. 14

⁷⁸ - GIANNOTTI, Vito e LOPES NETO, Sebastião., CUT Ontem e Hoje : O que mudou das origens ao IV CONCUR, São Paulo: Vozes, 1991, p. 44-45.

⁷⁹ - Sobre isto merece destaque as seguintes análises :

Segundo Iram Jácome Rodrigues:

“Aparentemente, a esquerda contratualista sentia que seria difícil, naquele momento, aprovar tais modificações, que iam na direção de transformar a CUT numa Central, de fato, de sindicatos, com uma estrutura verticalizada e dando espaço de tempo maior entre um congresso e outro : ao invés de dois anos, passaria para três, bem como diminuía radicalmente a participação das oposições sindicais, à medida que criava uma série de dificuldades à presença desses ativistas. Isto representava, em última instância, relativizar a influência da esquerda socialista no interior da Central”. RODRIGUES, Iram J., op. cit., 110.

Giannotti e Sebastião Neto, afirmam que todas as questões estatutárias foram remetidas ao III CONCUR, porém,

“Mesmo com isso, apareceu aos olhos de muitos congressistas que começava a pairar no ar, uma proposta acabada, capaz de mudar o perfil da Central. A partir deste Congresso a tendência majoritária começa imprimir à Central um estilo autoritário, hegemônico que irá provocar vários tensionamentos e polêmicas na CUT. Junto com isso passou a ser imprimido na Central um forte ritmo acelerado, na adoção de uma estrutura orgânica de forte influência européia. O resultado disso parecerá no Congresso seguinte.”

- b) defesa do sindicato classista e de luta;
- c) defesa da organização sindical por ramo de atividade;
- d) ação sindical pautada em formas de luta contra a exploração, lançando mão de todas as formas de luta que forem oportunas e que buscarem conquistas econômicas, políticas e sociais;
- e) eleições sindicais livres e democráticas, garantindo igualdade de condições para as chapas concorrentes;
- f) criação de formas que proporcionassem a auto-sustentação financeira dos sindicatos;
- g) defesa de uma estrutura sindical regida pela mais ampla democracia em todos os níveis, com o sindicato estruturado a partir do local de trabalho.
- h) criação dos departamentos profissionais.⁸⁰

No que se refere à implantação desta estrutura, as resoluções traziam uma série de medidas que visavam a efetivação da mesma. Tratava-se da pressão a ser exercida sobre o Senado para ratificação da Convenção 87, da OIT, a inserção no texto constitucional de dispositivos que garantissem autonomia e liberdade sindical, conforme a Convenção 87, e 151 da OIT e a elaboração dos projetos a serem apresentados ao Congresso Nacional versando sobre garantias sindicais.⁸¹

Não resta dúvida de que houve uma debilidade da Central em cumprir todos os aspectos desta proposta, não tendo determinado ações de curto, médio e longo prazo que as efetivassem⁸², porém o que merece ser ressaltado é o fato de que a construção de uma

GIANNOTTI, Vito e LOPES NETO, Sebastião., CUT Ontem e Hoje : O que mudou das origens ao IV CONCUR, São Paulo: Vozes, 1991, p. 43.

⁸⁰ - Sobre isto ver Resoluções do II CONCUR, 1986, p. 45-46.

⁸¹ - Mais detalhes sobre isto, ver Resoluções do II CONCUR, 1986, p. 55-57.

⁸² - Leôncio Rodrigues a proposta sob a seguinte perspectiva,

"A proposta aprovada no II CONCUR, de um voluntarismo a toda a prova, fazia tábula rasa da estrutura

estrutura sindical democrática reflete a própria trajetória da CUT, que recortada pelas mais diversas contradições, ora se aproxima de um modelo mais democratizante, ora reproduz elementos que reforçam a centralização e o burocratismo da ação sindical.⁸³

Ainda pensando como a concepção sindical da CUT vai se construindo no decorrer da década de 80, cabe analisar que formato a Central assume a partir do III CONCUT (1988) e como em alguma medida isto cria uma acomodação dentro da estrutura sindical oficial.

O III CONCUT é considerado o maior Congresso da história da Central, que contou com a participação de 6.218 delegados, sendo que 3.178 eram “delegados de base”. Dentro deste universo, havia um total de 1.157 entidades filiadas, sendo 233 do setor da indústria; 185, do funcionalismo público; 374, dos trabalhadores rurais; 28, do setor de transporte; 48 do setor financeiro e 289 do setor de serviços.⁸⁴

Quanto aos debates e as resoluções aprovadas, o clima de disputa interna já se estabelecera anteriormente e, um dos temas mais polêmicos foi a questão das alterações estatutárias. Juntamente com esta questão vinha uma série de outros debates cujo cerne, novamente, voltava a ser a forma de atuação da Central.

Na verdade a questão de fundo referia-se aos rumos que a Central tomaria, voltada para um campo de atuação sindical mais restrito, abandonando uma postura de

sindical existente, ignorando as tradições e interesses organizados em torno do sindicalismo oficial e da resistência das empresas e do governo.” RODRIGUES, Leôncio M. CUT: Os Militantes e a Ideologia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 14

⁸³ - Esta afirmação fica mais clara a medida que nos referenciamos na prática de muitos sindicatos cutistas, embora muitos deles façam uso dos instrumentos legados pela estrutura corporativa - como imposto sindical, há em muitos destes sindicatos uma tendência a inserir em suas estruturas instrumentos de democratização do poder, como por exemplo: a questão das direções colegiadas, proporcionalidade na escolha de cargos para a Executiva, proporcionalidade para a escolha de delegados aos Congressos e Encontros da categoria, etc. Sobre isto, a abordagem que pretendemos desenvolver no Cap. IV, tem como um dos aspectos importantes, assinalar quais as rupturas e as continuidades que se verificam na ação da CUT.

⁸⁴ - Retrato da CUT : delegados do 3º Concuto - representação nas categorias, 1990, p. 07.

intervenção política sistemática ou se juntamente com a defesa dos interesses mais imediatos dos trabalhadores, a Central estaria preocupada em construir sua atuação com os movimentos sociais, elaborando práticas que apontassem para a construção de uma projeto socialista.

A evidência de como esta polêmica se expressa reside nas propostas que diziam respeito a própria organização da Central. Por um lado, a Articulação Sindical, tendência majoritária propunha que a organização se desse a partir de **representatividade real dos trabalhadores filiados aos sindicatos**. Neste sentido, o peso das oposições sindicais seria diminuído, o número de delegados para a participação em Congressos Nacionais deixaria de tomar por base o número de trabalhadores representados na base sindical e passaria a considerar o número de trabalhadores sindicalizados e a presença nos Congressos seria marcada por delegados de diretoria restringindo a participação dos delegados de base, uma vez que a eleição dos delegados nacionais deveria ocorrer nos Congressos Estaduais e não mais nas Assembléias de Base.⁸⁵

As resoluções aprovadas neste Congresso versavam sobre temas mais gerais da conjuntura nacional, definia aspectos de qual estrutura sindical seria defendida pela Central⁸⁶ e apontava um plano de lutas cujas principais bandeiras eram: contra a política econômica do governo Sarney; o não pagamento da dívida externa; contra a carestia e a

⁸⁵ - Sobre isto ver Tese 10 apresentada ao III CONCUR. Para uma visão mais geral acerca de outras posições para o debate ver Boletim Quinzena, n.º 55, 20 de agosto de 1988 - CPV/SP.

⁸⁶ - Neste aspecto destacam-se os desafios para o ano de 1988 :

"(...) o grande desafio da CUT é construir-se enquanto direção das lutas do conjunto da classe. Para que isso ocorra, é preciso avançar na sua consolidação orgânica a nível nacional, impulsionar a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho e assumir como tarefa política concreta a conquista da liberdade sindical. Para superar este desafios, é preciso impor-se, na prática, como alternativa de organização sindical dos trabalhadores frente a estrutura sindical oficial. Além disso, é preciso também, dentro da CUT, localizar e superar as concepções sindicais equivocadas que não contribuem para o avanço das lutas, sempre a partir do debate aberto e fraterno e com absoluto respeito aos princípios e prática democrática". Resoluções do III CONCUR, apud Dossiê CPV- Teses e Resoluções - 3º CONCUR, maio/95.

inflação; pela reposição imediata das perdas; pelo reajuste mensal de salários e garantia dos empregos; pelo fim da violência no campo e pela implantação do Contrato Coletivo de Trabalho.

No que se refere às diretrizes da ação cutista os temas versavam sobre solidariedade internacional; a defesa dos direitos sindicais, sendo assinalados a defesa de liberdade de organização nos locais de trabalho; o fim do imposto sindical e a defesa de políticas sociais, que entre outras se destacavam a luta contra a privatização das estatais; a democratização dos serviços básicos; a luta pela reforma urbana ao lado do movimento popular; o estímulo à juventude e apoio aos aposentados; a luta por saúde, previdência social e melhores condições de trabalho; a luta contra a discriminação social, principalmente no que se refere à discriminação da mulher.⁸⁷

Por fim, as alterações estatutárias contemplavam as propostas apresentadas na Tese 10, defendida pela tendência, majoritária, Articulação Sindical. Sobre este ponto, Iram Jácome Rodrigues afirma que a partir destas alterações se inicia na CUT

*“o começo da transformação movimentalista para uma visão mais organizativa da Central Única dos Trabalhadores. Em outras palavras, o que estava em jogo neste congresso eram duas alternativas para o sindicalismo-CUT : a primeira, da CUT-movimento; a segunda, da CUT-organização. Esta venceu... Iniciava-se realmente a implantação da CUT enquanto estrutura verticalizada, administrativa enfim, como uma organização complexa e, nesse sentido, burocrática. É a construção da empresa sindical dotada de racionalidade.”*⁸⁸

Nossa visão acerca das alterações ocorridas durante o III CONCUR, se diferencia um pouco da análise destacada acima. Embora não restando dúvida de que a partir desta data a organização da CUT passou por sensíveis mudanças, as quais inclusive

⁸⁷ - Resoluções do III CONCUR, apud Dossiê CPV - Teses e Resoluções - 3º CONCUR, maio/95,

⁸⁸ - RODRIGUES, Iram J., op. cit., p. 119.

se afastam das propostas de um sindicalismo que se articula com o movimento social, incorporando as reivindicações destes setores. Isto não significa que os elementos de uma ação sindical voltada para a crítica à exploração capitalista deixaram de existir.

O que parece ser correto notar, é que mesmo se tornando mais complexa e mais burocratizada, a CUT não perde, de uma vez por todas, o seu potencial de articulação com os movimentos sociais. Na verdade, a discussão em torno desta concepção sindical parece ser algo inacabado e a hegemonia política que se formou a partir do III CONCUT tem encontrado resistência dentro da Central, para implementar um projeto de sindicalismo mais verticalizado, cujos contornos fortaleçam as instâncias de direção, principalmente as Executivas, em detrimento de uma estrutura em que os mecanismos horizontalizados, tais como CUT's Regionais, que se constituíam em espaço de maior democratização das decisões da Central.

Ainda sobre a construção da concepção sindical cutista, uma discussão que a literatura levanta sobre o tema diz respeito à forma como o sindicalismo cutista se acomodou à estrutura oficial.

Dentre os trabalhos que destacam esta questão, Armando Boito; apontando como a ação da CUT volta-se para a incorporação à estrutura sindical afirma que:

*“A criação da Central, em agosto de 1983, dá-se num quadro em que sua força dirigente já caminhava para a opção de integrar-se ao sindicalismo oficial. O Congresso de Fundação derrotou propostas que previam alguns tipos de filiação à CUT por fora da estrutura sindical oficial, para os trabalhadores cujos sindicatos oficiais estivessem controlados por pelegos. O III Congresso da CUT, em 1988, reforça essa integração ao diminuir a representatividade das oposições sindicais nos congressos da central. A CUT é hoje parte da estrutura sindical oficial. Sua única opção de crescimento é eleger correntes cutistas nos sindicatos oficiais rivais para incorporá-los à CUT.”*⁸⁹

⁸⁹ - BOITO JR., Armando. “Reforma e Persistência da Estrutura Sindical.” n In. BOITO JR.A. (org.) O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991, p. 80.

Embora o tema da persistência do corporativismo deva ser objeto de nossa apreciação no Cap. IV, vale aqui destacar os aspectos mais gerais deste tema. Não resta dúvida de que a forma como a CUT foi construindo sua concepção sindical proporcionou um tipo de atuação mais voltada para a estrutura oficial.

Sob este aspecto, é preciso compreender que a Central não pode ser tratada como um bloco homogêneo que encontra como única opção a estrutura sindical oficial. Mais uma vez é preciso ressaltar que o fato de se ter uma corrente majoritária, cujas propostas afinam-se com um tipo de ação mais voltada para uma acomodação ao modelo vigente, ajudam a compreender porque a CUT não rompe com este modelo.

Celina Gomes de Oliveira demonstra que :

*“De fato, no início da década de 80, aqueles setores alinhados com o sindicalismo “Autêntico” discordavam da Unidade Sindical, e seus aliados, fundamentalmente quanto ao posicionamento destes em relação a estrutura sindical brasileira, e defendiam a democracia sindical e a participação das bases em seus órgãos de representação (...)
E esse agrupamento sindical - crítica à Unidade Sindical, com relação ao apego desta à estrutura sindical oficial (...), chega ao 2º CONCURTO sofrendo críticas cujo conteúdo pouco se diferenciava daquele contido nas críticas, as quais outrora destinavam ao Bloco da Reforma : sindicalismo burocrático, antidemocrático, reformista, etc. Em sua trajetória, ao longo do processo de construção da CUT, propôs e obteve vitórias em questões como: a edificação da Central sob as entidades sob controle (1984); a restrição da participação das oposições sindicais; portanto das bases nas instâncias decisórias da entidade (1988) e a rejeição da proposta de proporcionalidade qualificada (1991).”⁹⁰*

Sendo assim, a trajetória da CUT segue um ritmo muito próximo ao da luta

⁹⁰ - OLIVEIRA, Celina G., op. cit., p. 133. Vale destacar que a proposta de proporcionalidade qualificada consiste em critérios de escolha para ocupação dos cargos de direção da Central. Por este critério, independente do percentual de votos de uma determinada chapa, a escolha se daria de maneira seqüencial - o chamado “puladinho”. Hoje, a chapa detentora do maior percentual de votos escolhe os cargos que lhe interessam, e assim sucessivamente. Pelo critério da proporcionalidade qualificada a distribuição destes cargos se daria de maneira mais equânime, não ficando os principais cargos concentrados na mão da chapa mais votada.

pela democracia numa sociedade demarcada por tantas contradições. Nem sempre há avanços. Os retrocessos, também, fazem parte desta trajetória.

Julgamos que o exemplo que melhor demonstra isto é a forma como as propostas de democratização do modelo sindical ainda se constituem em “algo por fazer”, o que ao longo da trajetória da CUT tem demandado um esforço de suas lideranças no sentido de construir este “fazer.”

Ora este “fazer” pode ser explicado na medida em que reconhecemos que após a promulgação da Constituição de 88, encerrou-se uma fase do processo de democratização, uma vez que conforme afirmamos no item anterior, setores dos movimentos populares incorporaram-se a nova institucionalidade passando a valorizar a democracia não pela sua possibilidade de disputa política, mas pelas normas (as chamadas “regras do jogo”) que institui.

Este movimento também, se refletiu na CUT à medida em que no seu interior as definições políticas apontavam para uma acomodação no interior da estrutura sindical oficial. Como afirmamos, esta não é uma perspectiva homogênea, nem na CUT nem no movimento social, mas que sem dúvida altera a forma de mobilização destes setores. Buscando compreender, que contornos a luta pela democracia assumiu após a 1ª eleição direta para Presidente da República, é que no capítulo seguinte estaremos analisando a ação da Central a partir das alterações que ocorreram tanto na sua estrutura organizativa quanto na conjuntura política mais geral. Para isto observaremos, por que mares e com que direção a Central passa a navegar a partir da década de 90.

CAPÍTULO III

VENTOS DE UMA NOVA DÉCADA : OS IMPASSES DA AÇÃO SINDICAL

1 - ALGUNS ELEMENTOS CONJUNTURAIS

O contexto do início dos anos 90, traz uma série de novidades, seja no que se refere às relações políticas e econômicas em nível mundial, seja no que se refere à conjuntura nacional. Sob este aspecto, se faz necessário discorrer, ainda que rapidamente, sobre a conjuntura nacional e internacional para, a partir daí, buscarmos compreender os contornos que a ação da CUT vai assumindo neste contexto.

Do ponto de vista internacional, os fatos mais relevantes a serem assinalados já começam a ser gestados no final da década de 70. Dentre eles, destaca-se a emergência dos governos neoliberais, fundamentados sobre a perspectiva de predominância do mercado nas regras de concorrência internacional, o que apresentou consequências importantes para o panorama mundial.

Um dos primeiros países a experimentar o receituário do novo liberalismo, foi a Inglaterra, e os principais elementos deste experimento foram traduzidos nas seguintes medidas de abrangência econômica e social:

- a) contração da emissão monetária;
- b) elevação das taxas de juros;
- c) rebaixamento dos impostos sobre os rendimentos altos;
- d) abolição do controle sobre os fluxos financeiros;
- e) imposição de uma nova legislação anti-sindical e corte de gastos sociais;
- f) incentivo a programas de privatização nas áreas de habitação, indústrias básicas como o

ação, a eletricidade, o petróleo, gás e água.¹

Vale lembrar que as políticas implementadas pelos governos neoliberais não seguiram um ritmo igual em todos os países², entretanto, o aspecto geral que abrange todas elas é o corte dos benefícios sociais e a restrição à intervenção dos atores sociais na elaboração da política social e econômica, característica marcante do período anterior.³ No caso específico dos sindicatos isto gerou a quebra de um padrão de atuação sindical pautado na idéia de intervenção na arena decisória.

Também o processo produtivo foi reestruturado a partir da necessidade de tornar os produtos mais competitivos. Tudo isto levou os sindicatos a uma crise cujos problemas, vão desde a representação sindical até a própria manutenção do emprego.⁴

¹ - ANDERSON, Perry. "Balanço do Neoliberalismo" In: SÁDER, E. e GENTILLI, P. (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

² - Sobre isto Perry Anderson, demonstra que cada caso segue uma dinâmica própria. Nos EUA, embora o Presidente Ronald Reagan também tenha reduzido os impostos em favor dos ricos, tenha elevado as taxas de juros e reprimido uma greve, a especificidade fica por conta dos enormes gastos militares que criaram um elevado déficit público, o qual contraria a disciplina orçamentária do ideário neoliberal. Um outro aspecto que se destaca é no continente europeu. Enquanto no caso inglês estas medidas foram implementadas com furor na área dos benefícios sociais, em outros países se tem praticado um "neoliberalismo mais cauteloso e matizado que as potências anglo-saxônicas, mantendo a ênfase na disciplina orçamentária e nas reformas fiscais, mais do que em cortes brutais de gastos sociais ou enfrentamentos deliberados com os sindicatos". ANDERSON, Perry., op. cit., p. 12/13.

³ Trata-se de uma modalidade do corporativismo democrático em que o Estado confere a certos grupos de interesse *status* público, o que os credencia a intervir na elaboração da política pública. Sobre isto ver OFFE, Claus. "Atribuição do status público aos grupos de interesse", In: Capitalismo desorganizado. São Paulo: Brasiliense, 1989; LEHMBRUCH, Gerard. "Concertation and the structure of corporatist networks", In: Order and conflict in contemporary capitalism. London: Oxford University Press 1985; "Democracia consociacional, conflito de classe y neocorporativismo" In Neocorporativismo, vol I, México: Ed. Alianza, 1992; PANITCH, Leo. "Os Sindicatos e o Estado no Capitalismo Avançado", Revista de Cultura e Política, nº 05/06, CEDEC, 1981.

⁴ - Discutindo as inseguranças advindas deste processo Jorge Matoso aponta que , *"a base destas políticas liberais foi o ajuste estrutural e a flexibilização do trabalho, supondo a submissão da alocação dos recursos e dos resultados econômicos ao mercado, bem como a eliminação de regulações governamentais protetoras que supostamente engessariam o mercado de trabalho, elevariam custos de produção e minariam a competitividade. Seu objetivo era reduzir os custos empresariais, acelerar a mobilidade/flexibilidade do trabalho entre setores, regiões, empresas e postos de trabalho, eliminar a rigidez resultante da atividade sindical e das regulações trabalhistas e possibilitar, então, o propugnado e supostamente "indispensável ajuste de preços relativos."* MATOSO, Jorge. "O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados", In: OLIVEIRA, Carlos A. et alli (orgs.) O Mundo do Trabalho: crise e mudança no final do século. São Paulo: Cesit/Scritta, 1994. Ver também, BAGLIONI, Guido, "As relações industriais na Europa nos anos 80", In: OLIVEIRA, Carlos A. et alli (orgs.) O Mundo do Trabalho: crise e

Associado a este ascenso do pensamento neoliberal, assistimos, também o fim dos regimes comunistas do Leste Europeu, que teve na queda do muro de Berlim, em 1989, seu marco principal. Diante disto, uma idéia tornou-se corrente: tratava-se do *fim da história*, onde se diluía a polaridade entre socialismo e capitalismo e abria-se a possibilidade de um amplo desenvolvimento das forças de mercado.⁵

Enquanto no plano mundial o ideário neoliberal entrava em sua fase de consolidação, os regimes comunistas eram veementemente questionados por trabalhadores que aspiravam maior liberdade política e os sindicatos, de uma maneira geral, iniciariam um momento de refluxo em face dos processos de reestruturação produtiva.

No Brasil, os fatos se desenvolviam sob o seguinte pano de fundo. O ano de 1989 foi marcado pela realização de eleições diretas para Presidente da República. Os candidatos que chegaram ao 2º turno da disputa representavam duas forças antagônicas na política brasileira. Por um lado, o representante das elites, Fernando Collor de Melo, que embalado pelos ventos da modernidade, que sopravam de outras terras, conseguiu forjar uma imagem de paladino da moralidade capaz de acabar com a corrupção e de inserir o Brasil no novo contexto mundial.

mudança no final do século. São Paulo: Cesis/Scritta, 1994.

⁵ - Reproduzindo as teses defendidas por Francis Fukuyama em seu ensaio "The End of History?", Perry Anderson aponta que:

"A tese central de seu original ensaio propõe, é claro, que a humanidade atingiu o ponto final de sua evolução ideológica com o triunfo da democracia liberal ocidental sobre todos os seus concorrentes no final do século XX (...) No mundo industrializado, a competição entre Estados nacionais continuaria. Mas expurgada de toxinas ideológicas ou militares, preocupar-se-ia principalmente com as questões econômicas, no âmbito de uma estrutura de colaboração da qual o Mercado Comum Europeu talvez já tenha fornecido o modelo. Nessa concepção, as tensões étnicas ou as paixões sectárias, terror ou insurgência, ainda poderão proliferar no Sul. Mas não comprometem a profunda configuração do tempo. Pois o fim da história não é a cessação de toda a mudança ou conflito, mas o esgotamento de quais quer alternativas viáveis para a civilização da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O progresso para a liberdade tem agora um único caminho. Com a derrocada do socialismo, a democracia liberal ocidental destacou-se como a forma final de governo humano, levando a seu término o desenvolvimento histórico". ANDERSON, Perry. O Fim da História: de Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992, p.11-12.

Do outro lado da disputa estava o representante dos setores democrático-populares, Luís Inácio Lula da Silva, o que definitivamente consolidava a trajetória dos movimentos sociais que começou no início dos anos 70. Pela primeira vez na história brasileira um trabalhador chegara à disputa presidencial.

O resultado da eleição indicou uma derrota dos setores populares e Collor foi eleito com 35 milhões de votos. Nos primeiros dias de seu governo todos os brasileiros foram surpreendidos com as medidas econômicas, que entre outras coisas, ignorava a inflação de 84%, do mês de março de 1990; confiscava a poupança e aplicações que excedessem o valor de Cz\$ 50.000,00 e abria uma fase de recessão econômica em que o preço a ser pago para a entrada do Brasil na modernidade, implicaria num processo que combinava dois elementos importantes: o crescimento do desemprego e uma política de abertura comercial, cujo fundamento era a liberalização das importações de produtos.

Além destas medidas, a idéia de modernidade do governo Collor era permeada pela necessidade de reformas estruturais dentre elas: o enxugamento do Estado, o que o levaria a implementar ações com objetivo de construir um Estado "mínimo". No plano político, inspirado por uma aura de autoritarismo, adotou uma posição de enfrentamento com os setores organizados.⁶

Somados a estes fatos, no plano sindical a CUT passou a disputar espaço com a Força Sindical.⁷ Buscando se contrapor a atuação que a CUT construía ao longo da década

⁶ - Fazendo uma análise dos primeiros anos do governo Collor, documento do DESEP aponta que: *"A vitória de Collor representou a vitória dos setores dominantes e do que se convencionou chamar de projeto neoliberal. Teoricamente, o neoliberalismo implicaria o desmonte do Estado, a modernização integrada à economia internacional (puxada pelos setores já internacionalizados), o primado do "livre mercado" e enfraquecimento das resistências sociais organizadas"*. DEBATE SINDICAL. A Crise e os Trabalhadores. DESEP/CUT, ano V, nº 12, setembro, 1991, p. 26.

⁷ - Sobre isto ver CARDOSO, Adalberto M., "O Pragmatismo Impossível: as origens da Força Sindical", Novos Estudos CEBRAP, nº 32, março/1992 e ALVES, Wânia M. B., O Trabalho como Interesse e a Opção Neocorporativa: Um estudo do sindicalismo nos últimos 20 anos, Tese de Doutorado apresentada ao

de 80, a FS se consolida na medida em que privilegia o *sindicalismo de resultados* e constrói um discurso pautado no apoliticismo da ação sindical e na defesa do papel negociador do sindicato, enfatizando a “modernidade” que a classe dominante no Brasil buscava desenfreadamente.⁸

Os fatos descritos acima demonstram uma conjuntura externamente contrária e desfavorável a ação sindical. As razões para isto residem em dois fatos. Primeiro, o início do Governo Collor marcava o fim da época das grandes mobilizações populares face a perspectiva que este governo apresentava de tratar os movimentos de massa com indiferença e investir na idéia de “salvação nacional”, buscando com isto comprometer a maior parte dos atores sociais deste país. Por outro lado, os contornos que ação da CUT assume após seu III Congresso Nacional (1988), indicam um tipo de atuação mais voltada para a intervenção institucional em detrimento da construção do movimento de massas.

Assinalamos anteriormente, que os dois últimos Congressos da Central (II e III CONCUR - 1986 e 1988) foram marcados por uma disputa em torno do tipo atuação a ser implementada. Neste sentido, o resultado do III CONCUR demonstrou que a partir daquela data inaugurava-se:

“(...) um novo patamar, onde a construção de uma amplo aparelho administrativo, institucional, se colocava na ordem do dia . E, em consonância com o processo de democratização do país, setores ponderáveis do sindicalismo-CUT começavam a vislumbrar a possibilidade das classes

Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro - IUPERJ, 1993, cap. V

⁸ - Questionando este apoliticismo do “sindicalismo de resultados”, Adalberto Moreira aponta os pilares que fundamentam o discurso desta visão sindical :

“Os editoriais da grande imprensa, neste período, apressaram-se em saudar o que chamaram “a modernidade” do discurso de Medeiros, ao qual qualificaram de “apolítico”, essencialmente tradeunionista e de orientação neoliberal. Ressaltou-se principalmente sua ênfase no sindicato como um mecanismo de mercado. Medeiros seria o arauto, no movimento sindical brasileiro, dos ventos market-oriented que sopravam desde a Alemanha de Helmut Kohl, a Inglaterra de Margaret Thatcher e os Estados Unidos de Reagan, em antecipação ao “colapso das concepções totalizantes do mundo , representadas pelo capitalismo de Estado soviético” (OESP, 17/09/87), editorial). Apoliticismo e modernidade, dois pilares do “novo” sindicalismo emergente.” CARDOSO, Adalberto M., op. cit., p/165-166.

*trabalhadoras influem mais decisivamente na esfera política (...).*⁹

Assinalamos, também, que muitos setores do movimento popular optaram por aderir a nova institucionalidade decorrente da Carta de 88. O fato de se ter alguns dispositivos que valorizavam a participação popular nas arenas decisórias¹⁰ pode ser apontado como um dos fatores que levou a isto. Sendo assim, toda a postura de confronto desenvolvida pelo movimento social e sindical tendeu a ser substituída por uma postura mais moderada, levando a democracia a ser valorizada não pelo potencial de disputa política que encerra, mas fundamentalmente pelas garantias institucionais que este regime pode gerar (“as chamadas regras do jogo”).

Em face disto é que se delineiam as posições políticas no interior da CUT no início da década: de um lado a tendência majoritária (Articulação Sindical) buscava imprimir um rumo mais voltado para a participação em espaços institucionais, e de outro as tendências críticas à postura da Articulação Sindical questionavam este tipo de procedimento, buscando apontar a necessidade de que a ação da CUT recuperasse seu poder de mobilização e implementasse ações capazes de enfrentar as políticas do governo Collor.¹¹

Um fato que ilustra estas diferentes perspectivas de atuação sindical foi a questão da participação no entendimento nacional. Em meio a crise detonada pelo Governo Collor e agravada ao longo de seu primeiro ano de administração, a equipe econômica

⁹ - RODRIGUES, Iram J., op. cit., p.119-120

¹⁰ - Sobre isto ver ALVAREZ, Sônia. “Rewearing the fabric of collective action: Social movement webs, post-liberal political mediations, and challenges to “actually existing democracy in Brazil, (mimeo) 1994, p.23-24.

¹¹ - Parte deste debate está expresso nas teses das Tendências apresentadas ao IV CONCUR. Apresentando elementos desta questão Vito Giannotti e Sebastião Lopes Neto, descrevem este momento da seguinte maneira :

“Enquanto a Força Sindical atua na defesa política e ideológica das principais medidas do projeto Collor, a CUT permanece tímida e insegura, com medo de isolar-se, de ser repudiada pela onda da moda neoliberal mundial. Na realidade dentro da Central, havia visões confusas e até contrárias. GIANNOTTI, Vito e LOPES NETO, Sebastião. Para Onde vai a CUT ?, São Paulo: Editora Página Aberta, 1993, p. 51-52.

propôs a realização de um grande entendimento nacional, em que se discutisse problemas mais gerais da situação política-econômica brasileira.¹²

A posição da CUT em relação a este entendimento foi bastante ambígua. Num primeiro momento manteve-se crítica tendo apresentado ao governo “uma pauta de reivindicação contendo 13 pontos a serem atendidos como condição para CUT participar do acordo”¹³, porém, apesar desta resistência inicial a CUT, que até então rejeitara todas as propostas de pacto social do governo anterior, aceita comparecer ao entendimento nacional.

Aqui vale ressaltar como a aceitação em participar do entendimento nacional foi sendo construída. Na plenária de agosto de 90, os delegados presentes rejeitaram a posição de participar do entendimento nacional e resolvem apresentar ao governo uma pauta de reivindicação contendo 13 pontos. Em setembro de 1990, em meio às pressões advindas da imprensa a reunião da Executiva Nacional aprovou a participação da Central,

¹² - Conforme informação obtida a partir do trabalho de Wânia Malheiros Barbosa Alves, a idéia de entendimento nacional se embaçava na criação de uma comissão tripartite, composta de uma comissão central e seis subcomissões tripartites. Os representantes na comissão central seriam 13: os Ministros da Justiça, do Trabalho e da Economia e mais 05 representantes dos trabalhadores e empresários. Os temas a serem discutidos versariam sobre “relação capital e trabalho, especialização da economia, participação do setor privado na criação de infra-estrutura, desregulamentação, ataque a pobreza e política educacional.” ALVES, Wânia M. B., op. cit., p. 199-200.

¹³ - ALVES, Wânia M.B., op. cit., p. 198. Sobre os 13 pontos a autora assim os enumera :

- 1- revogação da MP 211;
- 2 -reposição das perdas salariais;
- 3- política salarial com reajuste mensal para todos os setores;
- 4- aumento real dos salários e do salário mínimo de acordo com os cálculos do DIEESE;
- 5- estabilidade no emprego e seguro desemprego;
- 6- jornada máxima de 40 horas semanais;
- 7- não privatização das estatais e saneamento de suas finanças sob o controle dos trabalhadores;
- 8- melhoria dos serviços públicos;
- 9 -readmissão no setor público dos demitidos ou colocados em disponibilidade pelo Plano Collor;
- 10- reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, com assentamento imediato dos acampados e uma política agrícola;
- 11- garantia do livre exercício sindical a partir do local de trabalho;
- 12- Contrato Coletivo de Trabalho;
- 13- não pagamento da dívida externa.

por dois votos de diferença.¹⁴

Como resultado, o entendimento nacional não conseguiu atingir seus objetivos, efetivamente não se concretizou nenhuma proposta que viesse atender o interesse dos trabalhadores. Para a CUT o saldo foi de um acirramento das divergências internas¹⁵, e como consequência disto gerou uma paralisia em relação as ações que deveriam ser implementadas pela Central, no período anterior e posterior ao IV CONCUT (1991).¹⁶

Mesmo que por meio do entendimento não se tenha conseguido construir propostas que buscassem o enfrentamento, sob a ótica dos trabalhadores, do processo recessivo que ameaçava a economia brasileira, um elemento novo aparecia na prática da Central: a intervenção nos fóruns tripartites, o que em alguma medida se constitui num dos aspectos da dinâmica da atuação da Central nos anos 90.

¹⁴ - GIANNOTTI, Vito e LOPES NETO, Sebastião, Para Onde vai a CUT ?, São Paulo: Editora Página Aberta, 1993, p. 52.

¹⁵ - O tema da intervenção nacional foi um dos pontos centrais do IV CONCUT. Neste sentido, algumas das teses apresentadas neste Congresso destacam o caráter negativo desta medida. Ver Caderno de Teses, principalmente Tese 16 - "Construir a CUT: pela base com democracia, independência e autonomia", Tese 1 - "Pela unidade classista dos trabalhadores", Tese 5 - "Teses da Convergência Socialista Sindical". Para uma análise detalhada do IV CONCUT ver RODRIGUES, Iram J., op. cit., Cap. IV e GIANNOTTI, Vito e LOPES NETO, Sebastião. CUT Ontem e Hoje: O que mudou de suas origens ao IV CONCUT, São Paulo: Vozes, 1991, COSTA, Silvio. Tendências e Centrais Sindicais, São Paulo: Editora Anita Garibaldi; Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 1995, p.113-135.

¹⁶ - Aqui destacamos algumas análises que assinalam isto :

"O 4º Concuto realizou-se num momento de grandes impasses do movimento sindical. De um lado, há a crise política do governo Collor, seus planos econômicos; por outro lado, não tem havido respostas consistentes do movimento operário às ofensivas neoliberais de privatizações, arrocho, submissão completa ao mercado internacional, violência no campo.

Entendemos que hoje existem caminhos não excludentes para a Central recompor sua capacidade de intervenção. De um lado, fazer com que suas instâncias notadamente a Executiva Nacional, e sua Direção e Plenária sejam fóruns para a construção de resposta para o movimento- e nesse sentido o documento "Bases para um Compromisso", assinado por todas as correntes, menos "O Trabalho" e PLP - cumpre um papel positivo". CODAS, Gustavo e TEIXEIRA, Marilane. "CUT: O 4º CONCUTO e seu futuro," Jornal EM TEMPO, novembro, 1991, nº 255, p. 10.

"No ano de 1991, antes e após o IV CONCUTO, com exceção da greve geral de maio, a Central não consegue unificar as lutas. As mobilizações e greves de diversas categorias ressentiram-se da ausência de propostas e articulações nacionais, ficando restritas ao corporativismo. A CUT, frente à realidade, privilegia a busca de soluções restritas ao campo institucional - negociações e articulações tripartites -, limitando-se, na prática, a reivindicar a retomada do desenvolvimento econômico com distribuição de renda. A ausência de propostas de luta, a falta de iniciativa política de uma bandeira de unificação dos trabalhadores em luta, associadas à luta interna, são as principais responsáveis pelo burocratismo, imobilismo, apatia e confusão que atingem a

2 - CÂMARAS SETORIAIS: As ambivalências do processo democrático

A experiência da participação no entendimento nacional, juntamente com os contornos de uma prática mais voltada para intervenção no campo institucional, assumida principalmente após o III CONCURTO, abriu caminho para que a intervenção neste espaço passasse a ser um elemento importante na ação da Central.

Pelo menos três posições nortearam o debate na CUT. A defendida pela Articulação, afirmava que diante da recessão, era necessário que os trabalhadores tivessem propostas para o enfrentamento da crise, daí a necessidade de participar de todos os fóruns em que se pudessem elaborar políticas alternativas ao neoliberalismo. Outra, mais afinada com os setores da Convergência Socialista, que viam este processo como cooptação política dos trabalhadores e por último, a terceira, defendida pela CUT pela Base mediando a importância da intervenção nos espaços institucionais com a necessidade de construir alternativas políticas ao neoliberalismo.¹⁷

Em face da complexidade do tema e das discussões travadas em torno do papel que a intervenção nos espaços institucionais representaria para a construção da estratégia do sindicalismo cutista, analisaremos neste tópico a experiência das Câmaras Setoriais, buscando compreender em que medida elas se constituem enquanto espaço de democratização e quais os limites a serem assinalados neste processo.

Para fazer esta análise é preciso assinalar o contexto em que elas surgem e sua natureza. No que se refere ao contexto em que estes fóruns foram instituídos, uma primeira tentativa ocorreu em meados da década de 80, durante o Governo Sarney. Neste primeiro

CUT." COSTA, Silvio., op. cit., p. 135-136.

¹⁷ - Sobre a 1ª posição ver PAVAN, Rosiver. "Trabalhadores : Sem Atalhos," Teoria e Debate, nº 18, 2º trimestre de 1992, p. 62-65. Sobre a 3ª posição ver ROSSETO, Miguel. "Combate sem Trégua", Teoria e Debate, nº 18, 2º trimestre de 1992, p. 66-69.

momento as câmaras tinham por finalidade abrir um espaço para a negociação da política econômica.

Considerando o processo inflacionário da década de 80, as câmaras funcionaram como mecanismos de discussão dos preços e salários, cujo papel seria exercer controle sobre o processo inflacionário. Uma característica marcante do período é o fato deste mecanismo estar associado a possibilidade de construção de um pacto social, pensando nos arranjos a serem produzidos no nível macroeconômico. É importante notar que neste momento as câmaras ainda não contam com a participação dos trabalhadores.

Um segundo momento das câmaras setoriais ocorre no Governo Collor. Neste período, elas se caracterizam pelo fato de terem a atribuição de desenvolver programas de competitividade. Isto merece ser compreendido dentro de um quadro em que a implementação de políticas de estabilização somadas ao receituário liberal buscavam tornar a economia brasileira mais eficiente e competitiva. Somente no início de 1991, é que se transformaram em fóruns cujo objetivo era discutir o descongelamento dos preços impostos pelo Plano Collor. Ainda nesta fase, a questão da participação dos trabalhadores não estava colocada.

Porém é justamente com o agravamento da crise econômica, no segundo ano do Governo Collor que as câmaras passam a existir enquanto fóruns de negociação cujos objetivos eram além de administrar a saída dos preços do congelamento, implementar discussões acerca da política industrial setorial. De acordo com a lei que as instituiu, as câmaras deveriam ser formadas por representantes do Ministério da Economia, dos empregadores e dos trabalhadores dos respectivos setores produtivos.

Quanto ao agravamento da crise econômica é importante assinalar que este período é marcado por uma tendência à liberalização da economia, um crescente nível de

desemprego, pela reestruturação do processo produtivo que acentua a precarização das relações de trabalho e, segmentos da produção industrial brasileira passam a perder sua posição no mercado mundial.

Sobre a natureza destes mecanismos, Ivan G. R. Guimarães assinala que “desde os anos oitenta, o termo “câmaras setoriais” vem sendo utilizado para definir um mecanismo de negociação tripartite entre trabalhadores, empresários e governo”¹⁸. Assinala, então, que a lógica sob a qual é pautado o padrão de negociação nas câmaras setoriais, difere da lógica que sempre permeou as relações entre Estado e sociedade civil, cujas características, segundo o autor são - “o Estado como agente regulador das relações entre capital e trabalho, promovendo a “resolução” dos conflitos” e a privatização do setor público promovida pela relação simbiótica entre empresários e burocracias tecnocráticas.”¹⁹

Este é um dos aspectos que as câmaras setoriais apresentam: **a possibilidade de tornar mais democrática a elaboração da política pública**²⁰, possibilitando aos atores sociais a intervenção na esfera pública, sem que esta intervenção seguisse os padrões tradicionais da intermediação de interesses característicos do Estado brasileiro, ou seja: a tutela do Estado sobre a ação destes atores, principalmente dos trabalhadores e o acesso privilegiado do empresariado às agências estatais.

Um outro aspecto característico destes mecanismos é o fato deles serem fóruns de negociação onde os acordos firmados dirigem-se para o nível setorial. Neste caso, as

¹⁸ - GUIMARÃES, Ivan G. R. “A experiência das Câmaras Setoriais: democratizando a política econômica”, In: OLIVEIRA, C. A. *et alli* (org.). O Mundo do Trabalho : Crise e Mudança no Final do Século. São Paulo: Cesit/Scitta, 1994, p. 459.

¹⁹ - Continua a análise, afirmando que :

“As câmaras setoriais representam a possibilidade concreta de alternativas a esse arranjo corporativista privatizante, embora seja ainda necessário definir sua estratégia, seu alcance e as formas de negociação entre os atores.” GUIMARÃES, Ivan G. R., *op. cit.* p. 459

²⁰ - Ver OLIVEIRA, Francisco. “O Acordo das Montadoras: Quanto melhor, melhor”, Novos Estudos CEBRAP, n° 36, julho, 1993 e TELLES, Vera da S. e PAOLI, Maria Célia, “Direitos Sociais: Conflitos e

câmaras setoriais merecer ser pensadas, dentro da tipologia utilizada por Cawson²¹, como arranjos meso-corporatistas. Tratando-as sob este enfoque, Glauco Arbix afirma que:

*“a câmara combinou processos de intermediação e de concertação de interesses com processo de decision-making e de implementação de políticas entre agências estatais e um número limitado de grupos sociais organizados, com o monopólio da representação concedida pelo Estado”*²²

O fato de se tratar de arranjos meso-corporativistas, cujo raio de abrangência refere-se ao nível setorial aponta duas características importantes desta experiência. Segundo Cawson, a primeira delas se refere ao fato de que os interesses envolvidos neste arranjos não têm necessariamente um viés classista, o que permite afirmar que nem sempre o capital e o trabalho são as partes relevantes do processo: associações de pequenos e médios produtores, de consumidores, entre outras podem estar representadas neste nível. Em segundo lugar, o caráter tripartite da negociação também não é essencial no meso-corporativismo, é possível que um acordo setorial envolva apenas dois segmentos de um determinado setor²³, isto lhe confere um caráter menos rígido em relação as experiências de negociação de abrangência macroeconômica.

Neste sentido, embora no Brasil as Câmaras tivessem o caráter tripartite, elas restringiram-se aos acordos setoriais, o que tem como consequência imediata a não construção de regras que buscassem interferir diretamente no processo macroeconômico, elaborando políticas mais gerais para a toda a sociedade.

Dentro do quadro recessivo que apontamos acima e sob a perspectiva de

Negociações no Brasil Contemporâneo” (mimeo), 1996.

²¹- CAWSON, Alan “Introduction of Corporatism: the importance of the meso-level of interest intermediation.” In: Organized interest and State: studies in meso-corporatism, Beverly Hill: Sage Publications, 1985.

²² - ARBIX, Glauco. Uma Aposta no Futuro: os três primeiros anos da câmara setorial da indústria automobilística e a emergência do meso-corporativismo no Brasil. Tese de Doutorado apresentada ao

restringir-se apenas ao nível meso (setorial) é que o acordo do setor automobilístico é fechado em março/92, e a utilização deste mecanismo passou a ser intensificada no que tange à elaboração de políticas setoriais.²⁴

2.1 - A Câmara Setorial Automobilística

Um dos temas que mais gerou polêmica entre lideranças sindicais, políticos, imprensa, militantes da CUT, analistas políticos, entre outros, foi a decisão do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema de participar da câmara setorial automobilística.

Para compreender um pouco do que foi toda esta discussão e qual o saldo deste processo para o sindicalismo cutista, é importante assinalar os principais aspectos que motivaram os dois acordos do setor (1992 e 1993).

Os dois primeiros anos do Governo Collor foram de recessão, com crescimento acelerado do desemprego e uma política de liberalização das importações. Podemos notar também, que as iniciativas do governo, no plano dos investimentos, contrariavam qualquer possibilidade de realização de uma política industrial.

Sem escapar deste quadro adverso, a situação da indústria automobilística é assim descrita por Juarez Guimarães,

“Há onze anos a indústria automobilística vive em estagnação crônica: foram 960.126 automóveis produzidos em 1991 contra 1.165.174 em 1980. Os juros

Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo - USP, 1995.

²³ - CAWSON, Alan., op. cit. p. 11.

²⁴ - Sobre esta intensificação vale a pena assinalar que em maio de 1993, havia um total de 23 câmaras setoriais em curso, nos seguintes setores: agroindústria; bens de capital; borracha; brinquedos; celulose, papel e gráfica; comércio e distribuição; complexo automotivo; complexo eletrônico; complexo químico; couros e calçados; eletrodomésticos; gemas, jóias e bijuterias; higiene e limpeza e cosméticos; indústria da construção civil; indústria naval; livro; metais não ferrosos; mobiliário; odontológico-hospitalar; siderurgia; software; têxtil e confecções; turismo. DESEP, Câmaras Setoriais: para além do complexo automotivo. Texto para discussão n° 06, outubro/93.

estratosféricos e a compressão de salários, o desinvestimento e a política cartelizada de elevação dos preços dos carros estão transformando em queda livre o que era estagnação. Ao impacto da recessão, soma-se o choque da implantação selvagem das tecnologias. A Volks produzia 1.100 carros com 40 mil trabalhadores; hoje produz o mesmo com 23 mil funcionários. A Ford Tratores transferiu sua unidade para Curitiba. A Ford Motores simplesmente fechou suas portas (...)"²⁵

Motivado por esta crise e pela possibilidade de poder intervir neste processo sob o argumento de estar apresentando alternativas que refletiam a ótica dos trabalhadores²⁶, é que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema passou a ter uma intervenção sistemática na câmara do setor automotivo.

Avaliando os primeiros meses de funcionamento da câmara, ainda em 1991, o Sindicato afirma que:

"A experiência dos primeiros meses de funcionamento da câmara demonstraria que não havia espaço para debates mais amplos. Já na primeira reunião da câmara automotiva ficou claro que o interesse dos empresários dos diversos setores envolvidos era negociar seus preços"²⁷

O tema reestruturação produtiva no setor passou a fazer parte da agenda de discussão da câmara, após a viagem de Vicente Paula da Silva, então Presidente do Sindicato, aos EUA²⁸ e, neste momento a participação do sindicato se torna efetiva com a

²⁵ - GUIMARÃES, Juarez. "A Aposta do ABCD." Jornal BRASIL AGORA, ano I, n° 12, 13 a 26 de abril de 1992, p. 06. Também sobre este diagnóstico ver SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO E DIADEMA, Reestruturação do Complexo Automotivo Brasileiro: As propostas dos Trabalhadores, março, 1992, p. 7-14.

²⁶ - Fundamentado esta perspectiva, documento do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC afirma que: *"a avaliação realizada pelo Sindicato indicava que a nossa participação era importante, no mínimo pela possibilidade de apresentarmos nossas proposições sobre os temas abordados, e como sinal claro da concretização de uma nova forma de ação sindical. Esta alia a luta nos locais de trabalho e as mobilizações da categoria à negociação permanente, ocupando-se assim dos novos espaços na sociedade. Isto exige a realização de propostas por parte do movimento sindical em áreas que dadas as circunstâncias políticas e econômicas existentes até então eram pouco exploradas pelo conjunto das entidades sindicais"* SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO E DIADEMA, "Reestruturação do Complexo Automotivo Brasileiro: As propostas dos Trabalhadores", março, 1992, p.16.

²⁷ - Idem, p. 17.

²⁸ - A menção a esta viagem se justifica diante do fato, de que, conforme os textos de análise que esta pesquisa teve acesso, a partir desta data as coisas começariam a mudar no que dizia respeito as câmaras

apresentação de propostas cujos objetivos eram: “retomada da produção, mudança no “mix” de veículos, redução dos preços reais, manutenção e recuperação de emprego e salário.”²⁹

A dinâmica de funcionamento adotada foi que se discutisse a modernização e a reestruturação do complexo automotivo a partir de cinco grupos de trabalho, assim estabelecidos:

GT1 - Desenvolvimento do mercado interno;

GT2 - Promoção de exportações;

GT 3 - Tecnologia, qualidade e produtividade;

GT4 - Carga tributária;

GT5 - Investimentos.³⁰

Existia também uma Coordenação Geral composta pelo governo federal, ANFAVEA, FENABRAVE, ABEIVA, SINDIFORJA, ABIFA, ANIP, Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, governos municipais onde houvesse empresas automobilísticas e o Sindicato de São Bernardo do Campo e Diadema.³¹

Um aspecto merece ser destacado na forma como ocorreram os trabalhos em

setoriais. Glauco Arbix descreve esta mudança afirmando que a partir de um contato com o então embaixador do Brasil nos EUA, Rubens Ricupero, abria-se um espaço de diálogo junto ao Ministro da Fazenda, Marcílio Marques Moreira. Da conversa entre os dirigentes sindicais e o Ministro resultaria um pedido do governo brasileiro para que a unidade da Ford não fosse fechada, juntamente com isto “havia tido com o ministro a realização de uma reunião para a elaboração urgente de um diagnóstico da indústria automobilística brasileira”. Conforme, continua o autor, “No dia 11 de dezembro, reuniam-se em Brasília representantes do governo, dos empresários e dos trabalhadores. Era o prelúdio da câmara setorial”. ARBIX, Glauco., op. cit., p. 94-95.

²⁹ - SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO E DIADEMA, “Reestruturação do Complexo Automotivo Brasileiro: As propostas dos Trabalhadores”, março 1992, p. 18.

³⁰ - Idem.

³¹ - Idem, p. 19. Estas siglas significam: ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, FENABRAVE - Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores, ABEIVA - Associação Brasileira da Empresas Importadoras de veículos, SINDIFORJA - Sindicato Nacional da Indústria de Forjaria, ABIFA - Associação Brasileira de Indústria de Fundição, ANIP - Associação Nacional das Indústrias Pneumáticas.

grupo. Conforme assinala Ivan G. R. Guimarães,

*“Os trabalhos dos grupos correram sem que maiores consensos fossem obtidos. Embora os pontos de análise fossem comuns, as ênfases eram distintas. As montadoras insistiam em priorizar reduções nos impostos, que os compatibilizassem com os cobrados dos produtos importados em seus países de origem, no que eram acompanhados pelos revendedores, que insistiam também na reformulação dos consórcios. Os trabalhadores defendiam outra abordagem, que priorizava uma revisão dos produtos fabricados no país, a alteração do mix de produção, privilegiando produtos mais baratos. O governo não tinha maiores propostas nessa fase, insistindo na questão da qualidade e da produtividade e acenando com a possibilidade de redução de impostos”*³²

Como resultado dos GTs, em março de 1992, foi realizado “Seminário sobre a crise e reestruturação do setor automotivo no Brasil”, onde foi apresentado um diagnóstico da indústria automobilística³³, os relatórios dos grupos e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo apresentou suas propostas para o setor por meio do documento “Reestruturação do Complexo Automotivo Brasileiro: As propostas dos Trabalhadores”.

A respeito do funcionamento do seminário não existiam regras escritas. Havia na verdade, uma necessidade de estabelecer algum consenso, mínimo que fosse, capaz de fazer com que as partes envolvidas pudessem chegar a algum tipo de acordo.³⁴ E foi isto que aconteceu, ainda que sob a base de um consenso bastante estreito.³⁵ A partir daquele seminário estava selado o 1º acordo setorial da câmara automotiva.

³² - GUIMARÃES, Ivan G. R., op. cit., p. 469.

³³ - Sobre este diagnóstico Glauco Arbix afirma que foram realçados os seguintes aspectos:

“ (...) (i) o atraso tecnológico da indústria brasileira; (ii) o esgotamento do modelo protecionista; (iii) o baixo padrão de competitividade no mercado internacional; (iv) a excessiva carga tributária; (v) a vulnerabilidade do setor diante de uma rápida redução das alíquotas de importação; (vi) a inadequação do mix de produção ao mercado interno, uma vez que estava voltado para atender consumidores de alto poder aquisitivo.”
ARBIX, Glauco., op. cit., p. 165-166.

³⁴ - Uma das características principais das câmaras setoriais foi justamente o fato de serem regidas por uma dinâmica própria, onde as regras pactuadas e a medida de justiça destas regras iam sendo definidas no curso do processo pelos próprios atores sociais envolvidos. Sobre isto ver TELLES, Vera da S., “Sociedade Civil, Direitos e Espaço Público” Pólis, nº04, 1994. Ver também OLIVEIRA, Francisco. “O Acordo das Montadoras: Quanto melhor, melhor”, Novos Estudos CEBRAP, nº 36, julho, 1993.

³⁵ - GUIMARÃES, Ivan G. R., op. cit., p. 470.

Quanto aos termos do acordo, estes tinham uma abrangência a curto prazo, cujos principais pontos eram:

“Impostos: redução do IPI e do ICMS em 06 pontos percentuais, tendo como contrapartida uma redução das margens de lucro de 7,5 pontos percentuais na indústria e de 2,5 pontos na comercialização, significando uma redução de 22 pontos percentuais nos preços de venda dos veículos.

Consórcio: reabertura dos grupos de consórcio, com alterações em seu funcionamento

Cláusulas Trabalhistas: alteração da data-base dos trabalhadores, adiada de abril para julho, garantidas a reposição de perdas salariais passadas e a reposição mensal da inflação nos doze meses seguintes.

Emprego: manutenção do nível de emprego por doze meses.

Financiamentos: alterações nas regras de financiamento de caminhões, com a redução de IOF de 12% para 6%, além do descontingenciamento do crédito para pessoas físicas e de aporte de US\$ 150 milhões pelo BNDES às linhas de caminhões médios e, posteriormente leves.

Continuidade dos trabalhos: definição da seqüência dos trabalhos dos grupos, com a definição de uma “agenda para o futuro”, que incluía a criação de um grupo de trabalho para discutir o contrato coletivo de trabalho (GT06).”³⁶

Arbix, também, apresenta uma avaliação que ressalta os resultados positivos do acordo, na qual assinala que:

“as vendas, as exportações e a produção aumentaram, os preços abaixaram, o nível de emprego no setor foi mantido, os salários protegidos e a arrecadação de impostos só acusaria queda em 1994.”³⁷

Sob a perspectiva de que os termos pactuados eram a curto prazo, os atores sociais envolvidos neste processo voltaram à mesa de negociação a partir de abril do mesmo ano. Desta vez, a intervenção destes atores se tornara mais ampla. Do lado do governo, além de José Andrade Vieira (Ministro da Indústria e Comércio) mais quatro ministros participariam do processo. Do lado dos trabalhadores, a CUT participaria por

³⁶ - Idem, p. 470.

³⁷ - ARBIX, Glauco., op. cit., p. 191. Ver também ZAULLI, Eduardo M. As Condições Sociais da Emergência e Decadência da Câmara Setorial da Indústria Automotiva no Brasil. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP, 1996, p. 92-102.

meio da Confederação Nacional dos Metalúrgicos - CNM, como também seriam registradas a presença da Força Sindical e da CGT. Quanto aos empresários, as mesmas entidades que participaram do acordo anterior, participaram deste também.³⁸

O período que se seguiu ao início dos trabalhos foi marcado pelas inúmeras denúncias de corrupção que envolveram o Governo Collor e a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, que teria como consequência o *impeachment* do Presidente da República.

Em face a estes acontecimentos, somente em fevereiro de 1993, já no Governo de Itamar Franco, seria assinado o segundo acordo da Câmara do Setor Automotivo. O prazo de duração deste acordo seria de 36 meses, o que o diferenciava do anterior por alçar metas de médio e longo prazo.

Quanto aos termos, estes versavam sobre os seguintes itens:

“Produção: Metas de produção de veículos: 1,5 milhão de unidades em 1996 e 2 milhões de unidades em 2000.

Investimentos: das empresas de US\$ 20 bilhões até 2000.

Financiamento: facilitação do financiamento aos consumidores, com aporte de recursos nas linhas de Finame, do BNDES, e capacitação de recursos no exterior para modalidade de leasing de US\$ 1,5 bilhão ao ano até 1996.

Consórcios: ampliação nos prazos dos consórcios de cinquenta para oitenta meses para automóveis e de sessenta para 120 para caminhões, ônibus e tratores.

Impostos: redução nas alíquotas de IPI em 6% para automóveis e 2% para veículos comerciais leves e redução do ICMS (não implementada), com redução nas margens de lucro de 5%, com um reflexo de 11% no preço final dos veículos.

Emprego: criação de 91 mil empregos na cadeia produtiva até 1995, sendo quatro mil nas montadoras.

Exportações: remessa ao Congresso do projeto de lei de fomento às exportações, através do governo.

Salários: reajustes mensais de salário para os trabalhadores com base na inflação do mês anterior, além de aumento real de 20% em três parcelas nos trinta meses seguintes. Criação de uma comissão para estudar e implantar o

³⁸ - ARBIX, Glauco., op. cit., p. 191-192.

contrato coletivo de trabalho, o GT 06.”³⁹

Tomando por base as metas pactuadas, vale a pena assinalar a avaliação deste acordo. As análises sobre este tema são quase todas unânimes em afirmar que houve um aumento no volume das vendas e que as perdas com arrecadação fiscal - um dos aspectos polêmicos do acordo - não se verificaram. Sobre isto Ivan Guimarães afirma que :

“Os que acusavam as perdas com arrecadação reformularam suas críticas após a Secretaria da Receita Federal ter divulgado as primeiras informações sobre o aumento na arrecadação. Passaram a afirmar que o aumento das vendas deveu-se à situação favorável da economia em 1993, sendo que a redução de tributos teria tido um peso menor. De fato, não se deve aceitar a visão empresarial de que a redução de tributos por si só ampliou as vendas. Isso ocorreu em função das várias mudanças implementadas na política de vendas, como consórcios e melhoria do mix de produção (em 1993 foram lançados dezenove modelos, contra seis em 1992). Mas deve-se observar que a indústria automobilística teve o melhor desempenho entre os setores industriais, ampliando sua participação no PIB industrial. Mais ainda, o crescimento relativo da arrecadação de tributos no setor foi superior ao dos demais setores industriais. Dessa forma, fica claro que o acordo teve grande efetividade sobre o setor, sendo responsável por um crescimento da produção capaz de alavancar o setor num processo de reestruturação de maior fôlego.”⁴⁰

Um outro aspecto que aparecia nas cláusulas acordadas referia-se à questão da geração do emprego. Sobre isto, Arbix destaca que:

“No que diz respeito à geração do emprego, apesar dos resultados positivos se comparados à situação de 1991, o desempenho foi tímido. Entre os trabalhadores vinculados diretamente às montadoras, o nível de emprego manteve-se praticamente o mesmo,(...)Mas se de um lado, o processo de sangria foi barrado pelo requerimento da produção, de outro, as iniciativas que poderiam impulsionar o setor de um modo mais vigorosos, gerando, inclusive, novos postos de trabalho, não alcançaram na câmara o equacionamento devido. De uma ótica redistributivista e geradora de emprego, os resultados mostram-se desequilibrados, uma vez que os trabalhadores estão demonstrando boa performance na recuperação do setor - quebrando sucessivamente metas de incrementos de produtividade - sem que estejam

³⁹ - GUIMARÃES, Ivan G. R., op. cit., p. 471.

⁴⁰ - GUIMARÃES, Ivan G. R., op. cit., p. 476. Ver também ARBIX, Glauco., op. cit., p.195-202 e ZAULI, Eduardo M., op. cit., p. 93-99.

recebendo na mesma moeda"⁴¹

Também no que se refere à questão da implementação do Contrato Coletivo, a avaliação feita destacava os seguintes elementos:

*"O avanço nas discussões sobre contrato coletivo de trabalho previsto no acordo de fato não ocorreu. Embora o acordo não fale em "estudar e implementar" o contrato coletivo, é evidente que é impossível implementá-lo em um único setor. As discussões na câmara foram de extrema importância, ao longo de todo o ano de 1992, sendo o grupo de trabalho com maior participação. O grupo obteve consenso quanto a uma pauta mínima de discussão e quanto aos encaminhamentos necessários. Os resultados deste trabalho foram muito importantes, pois sinalizaram para todos os demais setores o caminho a ser tomado, além de terem sido integralmente incorporados pelo Fórum Nacional de Contrato Coletivo, que adotou-os como programa."*⁴²

Quanto ao financiamento e política de exportação, as avaliações assinalaram que a implementação das medidas sobre estes temas estavam em desarmonia entre o que fora pactuado na câmara e as metas efetivadas.⁴³

A avaliação acerca dos investimentos, tornou-se a mais complexa, uma vez que os dados apresentados pelas empresas não demonstravam com precisão estes investimentos. Isto por que, no processo de reestruturação das empresas, as companhias multinacionais estavam redefinindo suas estratégias de atuação no plano mundial, o que teve como consequência uma indefinição no que se refere aos investimentos em relação ao complexo

⁴¹ - ARBIX, Glauco., op. cit., p. 203.

⁴² - GUIMARÃES, Ivan G. R., op. cit., p. 477.

⁴³ - Ivan Guimarães afirma que

"Quanto ao item financiamento, foram realizados aportes de recursos pelo BNDES no sistemas de crédito de caminhões e ônibus (Finame), abrindo-se aos primeiros a possibilidade de crédito para a pessoas física. Os consórcios sofreram alterações em sua regulação pelo Banco Central, mas não segundo a forma estabelecida pela câmara setorial.

O Projeto de lei de exportação foi enviado ao Congresso, onde tramita lentamente. Trata-se de uma versão nacional de programas de exportação já existentes em outros países, relacionando as isenções do imposto de importações ao volume das exportações. No projeto apresentado essa relação é de 1:1,3 (um importado para cada 1,3 exportado) ao passo que no México e na Argentina está próxima de 1:1,1." GUIMARÃES, Ivan G. R., op. cit., p. 477.

automotivo brasileiro.⁴⁴

Este acordo foi saudado pela direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC como sendo histórico,⁴⁵ embora houvessem várias polêmicas em torno deste processo.

Explicitando as vertentes desta polêmica Eduardo Meira Zauli, afirma que:

*“A experiência da Câmara Automotiva suscitou uma série de controvérsias e produziu entre aqueles que criticavam o viés corporativista estreito, excludente e concentrador de seus benefícios, personificação de uma forma conhecida por nós, brasileiros, de representação de interesses danosa aos interesses daqueles atores excluídos do usufruto de seus possíveis benefícios; e outros que acreditavam tratar-se a Câmara Automotiva, em virtude da incorporação dos trabalhadores nos processos de elaboração e implantação de políticas públicas, de uma profunda inovação nos mecanismos de produção de políticas no país.”*⁴⁶

Além desta polêmica, outros elementos colocados pelo processo de negociação

- como o episódio do fusca - colocam uma reflexão **acerca da quebra da lógica privatista existente na elaboração das políticas públicas a partir da experiência das Câmaras Setoriais.**

⁴⁴ - GUIMARÃES. Ivan R. G., op. cit., p. 478. No mesmo sentido, Glauco Arbix assinala que:

“As metas de investimento são difíceis de serem avaliadas devido a uma certa opacidade dos indicadores divulgados pela ANFAVAE, que não são desagregados por empresa, nem por tipo de despesa. O quadro 12 sugere que o volume de investimentos na produção está aumentando. Não tão rápido quanto as promessas, uma vez que o salto de qualidade, anunciado regularmente pelas corporações, com inversões na construção de novas plantas e a capacitação da indústria para a produção em escala adequada, ainda está por vir.” ARBIX, Glauco, op. cit., p. 205.

⁴⁵ - Sobre isto documento do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC assinala que:

“o recente acordo no setor automotivo brasileiro está sendo apontado de histórico no mínimo por 03 motivos. Pelo seu conteúdo em termos de relação capital-trabalho, avançando passos decisivos em direção ao Contrato Coletivo. Pelo retorno do planejamento econômico num momento de tamanhas incertezas, e em que tanto se fala das proezas do ‘livre mercado’. E pela real possibilidade de negociação da reestruturação industrial, recapacitando futuramente a indústria brasileira a enfrentar a acirrada concorrência internacional, sem que isto signifique desemprego e rebaixamento salarial” SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO E DIADEMA “Um Acordo Histórico: As propostas dos trabalhadores da indústria automotiva e a proposta de acordo firmada em fevereiro de 1993”, março, 1993, p. 07.

⁴⁶ - ZAULI, Eduardo M., op. cit., p. 103. Ver páginas seguintes (até 120) em que o autor assinala os

2.2 - Colhendo os frutos da democratização ?

Buscando os elementos da reflexão mencionada acima, temos no episódio do Fusca alguns aspectos que merecem ser analisados. Um dos pontos de discussão do segundo acordo foi a necessidade de se produzir carros mais baratos, dando prioridade aos chamados “carros populares”. Neste sentido, desde o acordo anterior o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC defendia uma proposta que tinha como fundamento básico a necessidade de,

“(...) criar mecanismos de estímulo à produção de veículos básico a baixos preços, por parte das empresas montadoras. Uma tributação diferenciada mais significativa do que a existente hoje, taxando mais os veículos de luxo e menos os populares, seria um desses mecanismos.”⁴⁷

Apesar da discussão que acontecia na câmara setorial, Itamar Franco, grande entusiasta da retomada da produção do Fusca, após um encontro com os executivos da Autolatina edita a decreto-lei nº 799/93, que reduzia o IPI para os produtos populares, definidos como carros populares aqueles com motor de 1.000 cc. Para que o velho “fusquinha” não ficasse de fora da medida foram incluídos os motores de refrigeração a ar, o que também levou a Kombi a ter redução na alíquota do imposto. Percebe-se assim, que a atitude presidencial contrariava toda a lógica que deveria nortear a construção de uma política para o setor automotivo.

Reeditando a velha fórmula das soluções “pelo alto”, onde o papel a ser desempenhado pelos atores sociais é de espectador, esta decisão demonstrava como as articulações em torno de uma política que privilegiasse interesses particularistas ainda continuava vivo na política brasileira.

argumentos que fundamentam cada uma destas perspectivas.

⁴⁷ - SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO E DIADEMA “Reestruturação do

Analisando esta questão Eduardo M. Zauli assinala o significado deste episódio sob a seguinte perspectiva:

“(..) o episódio do decreto dos carros populares serviu para ilustrar a forma pela qual determinados interesses se fazem representar e os mecanismos de acesso a determinados setores da economia às decisões do executivo federal, além do forte viés personalista característico do comportamento presidencial na sociedade brasileira”⁴⁸

Também relacionado com a lógica privatista, as políticas de estabilização implementadas no final do Governo Itamar (1994) constituíram um outro aspecto adverso, com o qual a câmara setorial teve que lidar. Se até esta data as câmaras não ocupavam um lugar central na implementação da política econômica,⁴⁹ com a edição da Medida Provisória que instituiu a URV, em abril de 1994, elas foram quase que totalmente esquecidas da agenda governamental.

No caso específico do setor automobilístico, a incompatibilidade entre a lógica do funcionamento das câmaras e a lógica do Real, fez-se ver no episódio em que o governo interferiu na questão do reajuste mensal dos salários, fazendo retroceder a norma estabelecida no acordo. Como resposta dos trabalhadores, o Governo teve diante de si uma greve de cinco dias. Arbix assinala que

“A lógica do Real induzia o governo a interferir nas negociações, vetando a concessão dos aumentos pretendidos pelos trabalhadores e concedidos pelas montadoras e, ao mesmo tempo, a ignorar a câmara como locus competente para a definição da política industrial do setor automotivo.”⁵⁰

Complexo Automotivo Brasileiro: As propostas dos Trabalhadores, março, 1992, p.25.

⁴⁸ - ZAULI, Eduardo M., op. cit., p. 91.

⁴⁹ - Arbix, demonstra em sua análise, que as câmaras setoriais nunca constituíram uma proposta de governo. Conforme nos mostra elas,

“No máximo, foram instrumentos preferenciais do MICT e, por isso mesmo, receberam do seu corpo funcional a maior atenção. O que já significou um avanço. Mas absolutamente insuficiente diante da desautorização sistemática do MICT e da perda de sua legitimidade para decidir, implementar e manter os acordos alcançados.” ARBIX, Glauco., op. cit., p. 217-218.

⁵⁰ - ARBIX, Glauco., op. cit., p. 222. Ver também ZAULI, Eduardo M., op. cit., p. 160-183.

Os fatos mencionados acima demonstram que a instituição das câmaras setoriais, cuja lógica de funcionamento deveria se contrapor à lógica privatista tradicionalmente presente na elaboração das políticas públicas, não foi eficaz para fornecer um caráter de maior publicização das decisões tomadas neste espaço. Isto porque uma série de fatores impediram um pleno desenvolvimento delas.

Se por um lado, havia um movimento dos trabalhadores em intervir com propostas e soluções para o setor, esta não era a disposição que vinha do empresariado e do próprio governo. Este dois segmentos continuaram a privilegiar mecanismos típicos de um corporativismo autoritário, onde há uma estreita relação entre o interesse público e o particular, que se efetiva na medida que exclui atores sociais relevantes do processo decisório.⁵¹

Discorrendo sobre isto, Eli Diniz assinala que as câmaras tem um papel inovador na medida que “consagram uma sistemática de negociação tripartite, em que os trabalhadores aparecem como interlocutores legítimos, determinando, portanto, a ruptura da relação diática e excludente que até então prevalecera.”⁵²

Entretanto, frisa alguns dos limites deste processo,

Por outro lado, não se trata de mudança drástica do padrão corporativo acima caracterizado, senão que de alterações importantes que se situam, porém,

⁵¹ - Tratando das características do corporativismo brasileiro, Renato Boschi e Eli Diniz, assinalam que: “o novo modelo institucional que presidiu ao desenvolvimento do capitalismo industrial consagrou uma modalidade de interpenetração entre público e privado que, da mesma forma como em outros países de industrialização tardia na ausência de grandes rupturas históricas, funcionou como a mola mestra do processo de modernização e crescimento econômico. No Brasil, este formato institucional permitiu a incorporação dos interesses emergentes num sistema fechado e excludente.

(..) Longe de propiciar acordos interclasses, a nossa tradição corporativa centrou-se na setorização dos interesses, favorecendo a utilização de táticas restritivas e perspectivas imediatas, bem como a adoção de óticas particularistas na defesa das posições relativas no jogo econômico.” BOSCHI, Renato e DINIZ, Eli “Corporativismo na Construção do Espaço Público.” In: Corporativismo e Desigualdade. Rio de Janeiro : Rio Fundo Editora: IUPERJ, 1991, p. 17-19.

⁵² - DINIZ, Eli., “Articulação dos atores na implementação da política industrial: a experiência das câmaras setoriais - retrocesso ou avanço na transição para um novo modelo?” Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira. Unicamp., 1993, p.64-65.

dentro da lógica da representação corporativa dominante. Trata-se do pleno aproveitamento das virtualidades do modelo corporativo que, na variante historicamente consolidada no Brasil, tornaram-se subutilizadas. Em primeiro lugar, o padrão de tutela e de ingerência do Estado inviabilizou a resolução do conflito distributivo pela negociação autônoma entre as partes interessadas. Em segundo lugar, a marginalização da representação dos trabalhadores conteve a negociação dentro de parâmetros demasiado restritos. Finalmente, o caráter tópico e localizado dos acordos obstaculizou o processo de institucionalização da parceria com o Estado, em virtude da reduzida representatividade dos interesses envolvidos, do peso dos nexos clientelistas e do alcance limitado das questões negociadas.

Ao legitimar o trabalhador sindicalizado como interlocutor, o mecanismo em que se baseiam as Câmaras Setoriais permite certamente alargar o escopo da negociação, mas não significa necessariamente a ruptura com a setorização dos interesses induzida pela configuração monopolista do mercado, típica do sistema corporativo brasileiro. Não garante, portanto, a prevalência da ótica do interesse público e a subordinação a critérios de teor abrangente e alcance global. Pode ser eficaz para eliminar os acertos diretos entre grandes empresários e governo, abalando a prática do Estado atrelado aos interesses de clientelas privadas. Mas não impede automaticamente a continuidade do antigo padrão do Estado a serviço de interesses corporativos organizados.⁵³

Percebe-se, assim, que mesmo tendo inaugurado uma nova forma de relação entre sociedade civil e Estado, os elementos do corporativismo autoritário não foram totalmente varridos do escopo institucional. Na verdade, a continuidade deste modelo se dá na medida que o tipo de negociação proposto não ultrapasse os limites do setor em que estes mecanismos se situam.

Neste sentido, embora as câmaras setoriais proporcionem a criação de um espaço público, em que os trabalhadores aparecem, não mais, numa posição de exclusão, mas como participantes na elaboração da política pública, o que potencializa a inclusão dos trabalhadores na arena decisória, a efetivação deste potencial se dá de maneira limitada.⁵⁴

⁵³ - DINIZ, Eli., op. cit., 1993, p.65.

⁵⁴ - Sobre aspectos destas limitações ver ARAÚJO, Angela M. C. e TAPIA, Jorge R.B. "Representação de interesses e reestruturação produtiva. Para onde vai o Corporativismo ? In: Revista São Paulo em Perspectiva, vol. 08, n.2. abr-jun, 1994, p. 71-83.

As razões desta limitação implicam na compreensão de quais políticas as câmaras se propunham a construir e quais elas efetivamente realizariam. Um dos aspectos que apareceu na construção das câmaras setoriais e, que levou os trabalhadores a terem uma participação ativa nestes fóruns, foi a possibilidade de construir uma política industrial em face ao vazio que a equipe do governo oferecia à área.

Sem abrir uma vasta discussão sobre o assunto, apenas a título de referência, tomamos a noção apresentada por Suzigan acerca da abrangência e o significado da política industrial, em que esta

(...) Visaria não apenas ao crescimento como também a eficiência industrial, além de outros objetivos mais específicos, como, por exemplo, políticas que promovam o desenvolvimento tecnológico, o aumento da eficiência gerencial, modificações na estrutura de produção, o desenvolvimento de setores e/ou apoio a segmentos industriais específicos (pequena e média empresas, por exemplo), o desenvolvimento regional, a desconcentração industrial (localização fora das áreas metropolitanas saturadas), a promoção de exportações de manufaturados, o disciplinamento da participação das empresas estrangeiras e o estabelecimento claro do papel a ser desempenhado pelas empresas do Governo e pelas empresas privadas nacionais, a preservação do meio ambiente, até a melhoria dos aspectos sociais internos à empresa (assistência médica ao trabalhador, prevenção de acidentes do trabalho, alimentação, etc.).”⁵⁵

Ainda sobre a questão da política industrial, Suzigan aponta a necessidade de se criar de estratégias que articulem a política industrial às políticas macroeconômicas. Afirma, portanto:

“(...) que esse tipo de estratégia, com articulação/sincronização de políticas, não pode depender exclusivamente do comando do Estado, mas sim de ações coordenadas entre o setor público e os agentes privados (empresas e trabalhadores). Seriam as câmaras setoriais a solução ideal? Talvez, desde que articuladas à estratégia industrial e suas diretrizes setoriais e vinculadas a um projeto abrangente de relações capital-trabalho, de modo a evitar que os setores mais concentrados e organizados (empresas, sindicatos de

⁵⁵ - SUZIGAN, Wilson. “Política Industrial no Brasil.” In: SUZIGAN (editor) Indústria: Política, Instituições e Desenvolvimento. IPEA, Monografia n° 28, Rio de Janeiro.

*trabalhadores) possam utilizar-se desse mecanismo institucional.”*⁵⁶

Nesta perspectiva, o fato de não estarem integradas em uma estratégia mais ampla de implantação de uma política de desenvolvimento, fez com que esta experiência em muitos casos se limitasse a discussão conjuntural.

Isto se expressa na forma como os empresários ao participarem destes fóruns perseguiram interesses que se relacionavam com a redução do preço das matérias primas e com a redução dos tributos, o que demonstra que sua disposição não era a elaboração de uma política a longo prazo para o setor, mas sim a resolução de problemas conjunturais. A experiência da câmara setorial do complexo químico permite fundamentar esta afirmação.

*“Fica nítida a impressão de que o empresariado do setor não atingiu um grau de compreensão em torno do significado desta Câmara. Basta lembrar que procuram solucionar à margem da Câmara, a partir dos seus interesses exclusivos, o preço da Nafta com o governo visando a privatização da PQU. (...) Uma das premissas fundamentais da Câmara é dar conta de política de emprego, salários, democratização nas relações de trabalho e outras questões vitais para os trabalhadores do complexo químico. Mas os empresários limitam-se a apresentar um “plano” que sugere um investimento de 500 milhões de dólares da parte do governo em remédios (aumento do consumo dos seus produtos) e, querem dinheiro do BNDES para o setor petroquímico, químico e plástico (de novo a “teta” do Estado).”*⁵⁷

Isto revela que uma estratégia de longo prazo esteve longe do alcance das câmaras setoriais, o que lhes conferiu um caráter altamente defensivo⁵⁸. Justamente por assinalarem este aspecto defensivo sem apontar para uma estratégia a longo prazo, é que a

⁵⁶ - SUZIGAN, Wilson. “Estratégia Industrial e Desenvolvimento Econômico: Uma Agenda Política e de Política Econômica”, (mimeo) p. 08, 1996.

⁵⁷ - Câmara Setorial: Estágios e Desafios. Informativo CNQ, ano 1, nº 05, dez.93/jan.94, p. 10

⁵⁸ - Segundo ARAÚJO e TAPIA no que se refere aos empresários:

“O caráter defensivo significa a busca de benefícios par aumentar as vendas, diminuir custos, dentro dos processos de racionalização da gestão e da produção, ao mesmo tempo em que os planos de reestruturação produtiva de longo prazo seguem ritmo decidido exclusivamente pelas empresas.” ARAÚJO, Angela M. C. e TAPIA, Jorge R.B. “Representação de interesses e reestruturação produtiva. Para onde vai o Corporativismo ? In: Revista São Paulo em Perspectiva, vol. 08, n.2. abr.-jun, 1994, p. 82.

participação dos trabalhadores nesses espaços passou a ser questionada sob a perspectiva de assinalar qual o escopo da inclusão a ser produzida pelas câmaras setoriais: tratava-se da alteração das condições de desigualdades econômicas sociais vividas no país, ou antes pelo contrário, tratava-se do acirramento destas desigualdades, produzindo, inclusive, uma fragmentação entre os trabalhadores?

A resposta desta questão merece ser elaborada a partir de uma análise que avalie a natureza da prática sindical cutista, a partir da intervenção nos fóruns tripartites.

3 - UMA AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO SINDICAL: Negociação ou confronto ?

O fato da CUT buscar uma intervenção sistemática na câmara setorial, por meio de seus Sindicatos, Federações e Confederações trouxe um elemento novo para análise da prática da Central. Neste sentido, uma interpretação que se consolidou tanto no seu interior, quanto na literatura sobre o tema é que a idéia de uma prática sindical confrontacionista estaria cedendo lugar a uma prática sindical propositiva.

Diante desta aparente oposição entre confronto e negociação aparecem argumentos que buscam justificar a necessidade da CUT desenvolver uma ação mais voltada para a elaboração de propostas, buscando assim soluções para os problemas gerados por uma economia de mercado.

Não resta dúvida de que a crise econômica que assolava os setores mais produtivos da economia brasileira conferiu um impulso importante no processo de definição pela participação nos fóruns de negociação⁵⁹. Entretanto, outro aspecto também colaborou para a consolidação desta perspectiva: a forma como a estratégia sindical vinha sendo construída.

As alterações estatutárias ocorridas no III CONCUT⁶⁰, possibilitaram um tipo de ação cada vez mais voltado para o escopo institucional, em que uma proposta de atuação com vistas a uma ruptura com a ordem capitalista cedia lugar a uma atuação pautada nos moldes de intervenção social-democrata, privilegiando-se os canais institucionais como

⁵⁹ - Sobre isto, Vito Giannotti e Sebastião Lopes Neto assinalam que:

“De modo mais global, começava a tomar forma na CUT, a idéia de que o Brasil era um barco se afundando... Todos deveriam procurara salvá-lo. Era preciso pensar grande, ter políticas globais, ativas, propositivas, participativas, não só de negação... (...)” GIANNOTTI, Vito e LOPES NETO, Sebastião Para onde vai a CUT ?, São Paulo: Página Aberta, 1993, p. 52.

⁶⁰ - Sobre isto ver, p. 72-75 do Cap. II e item 1, deste Capítulo.

forma de ampliar os direitos e benefícios dos trabalhadores. Isto se expressa na forma como a tendência majoritária - Articulação Sindical - foi construindo a noção de sindicalismo propositivo.

Discutindo elementos desta noção, Vito Giannotti e Sebastião Lopes Neto assinalam que:

*“A partir da plenária da CUT em Belo Horizonte , em agosto de 90, vários documentos apresentados pela Articulação Sindical, caracterizavam a prática sindical cutista da década de 80 como “reativa-reivindicativa”. Nesta visão sempre foram os patrões e o governo que tiveram a iniciativa. Os trabalhadores apenas “reagiram”, correram atrás do prejuízo,” ficaram na defensiva.”*⁶¹

No mesmo sentido, Altamiro Borges mostra a forma como a partir da Plenária Nacional de 1990, a Articulação Sindical passou a construir seu ideário,

*“Condenaram o que batizaram de “sindicalismo reativo” e de “fase de grevilha” e propuseram uma nova etapa para o movimento sindical, a do “sindicalismo propositivo e participativo”. Em entrevista à imprensa Jair Meneguelli explicou o novo modelo: é preciso deixar de dizer apenas não e começar a também dizer sim, apresentando propostas propositivas”*⁶²

O que parece ser relevante na noção de “sindicalismo propositivo” é justamente o fato de tratar a ação da década de 80, apenas como reativa e não como um importante elemento de enfrentamento à prática política tradicional estabelecendo a disputa política em torno de projetos políticos cujos objetivos eram antagônicos.

Na verdade, a noção de “sindicalismo propositivo” busca retirar da luta sindical o conteúdo de classe, o qual assinala que as desigualdades desta sociedade são frutos da manutenção da exploração, tratando a luta pela democracia como um fim em si mesmo, como se os trabalhadores apenas por meio da participação em instituições democráticas

⁶¹ - GIANNOTTI, Vito e LOPES NETO, Sebastião. *CUT Ontem e Hoje*, São Paulo: Vozes, 1991, p.61.

⁶² - BORGES, Altamiro. “Como atuam e quais as propostas das principais correntes internas da CUT”, *Debate*

pudessem transformar as condições objetivas de suas vidas.

Diante disto, as câmaras apareciam enquanto um espaço privilegiado de intervenção. Apesar desta visão ser amplamente difundida no interior da CUT é preciso destacar que existiam outras visões que problematizavam a intervenção nas câmaras. Conforme se observa a seguir:

“As Câmaras Setoriais merecem uma avaliação cuidadosa, uma vez que se constituíram num mecanismo privilegiado para ação de diversos setores da CUT neste último período.

Na câmara Setorial da Indústria Automotiva é um espaço onde o sindicato da CUT tem formulado de maneira mais abrangente uma política em relação à reestruturação. Embora não se possa afirmar que a simples participação dos sindicatos e da CUT Nacional nos fóruns das câmaras setoriais comprometam globalmente sua independência de classe, faz-se necessário afirmar que o resultado político das negociações nas Câmaras tem representado um afastamento das categorias envolvidas de processos mais amplos de contestação do projeto neoliberal. Do ponto de vista do método, a CUT foi a reboque de uma posição que não passou adequadamente por seus fóruns de decisão. As Câmaras não tem se prestado ao enfrentamento de conjunto com as políticas econômicas do governo federal, e sim ao isolamento de categorias de ponto em relação às demais, assim como em relação às disputas mais gerais da sociedade. Um balanço sem paixões do resultado prático de tais negociações aponta para o fato de que não se conseguiu nelas apontar alternativas para a crise de produção de seus setores, para um ajuste fiscal baseado na justiça social e para o emprego e salário dos trabalhadores.”⁶³

Neste sentido, percebe-se que a participação nas câmaras era questionada sob a perspectiva de que, privilegiar este tipo de ação poderia significar que setores mais organizados estariam em melhores condições de auferir benefícios. Isto poderia levar a emergência de um novo corporativismo capaz de acentuar as desigualdades sociais que tendem a se agravar em face a um processo de reestruturação produtiva, que altera o perfil dos trabalhadores, seus organismos de representação e a abrangência de suas ações.

Sindical, n.º 09, novembro, 1991, p. 06.

⁶³ - Democracia Socialista - Cadernos Sindicais, “10 anos da CUT: Balanço.” texto apresentado à Plenária Nacional da CUT em agosto de 1993, p. 12. Ver também documentos das tendências Convergência Socialista,

Sobre isto Ricardo Antunes analisando os elementos da reestruturação produtiva, afirma que eles afetaram “a forma de ser da classe trabalhadora tornando-a mais heterogênea, fragmentada e complexificada. A consequência mais imediata disto é um reflexo na ação sindical, em nível mundial, que se defronta com as seguintes tendências:

- a) uma crescente individualização das relações de trabalho, onde o eixo das relações capital e trabalho se desloca da esfera nacional para o universo do local de trabalho;
- b) flexibilização e desregulamentação das relações capital-trabalho;
- c) esgotamento de um padrão sindical identificado pelo sindicalismo de participação, característico dos modelos social-democratas;
- d) burocratização e institucionalização das entidades sindicais, que optam por uma atuação mais moderada, distanciando-se cada vez mais de ações anticapitalistas;
- f) juntamente com o culto ao individualismo coexiste um clima de adversidade e hostilidade contra a esquerda, contra o sindicalismo combativo e os movimentos sociais de inspiração socialista.”⁶⁴

A soma de todas estas tendências tem levado os sindicatos, em geral, a **privilegiar ações mais moderadas, de modo que o elemento de crítica ao capitalismo parece assumir um papel secundário na ação sindical.** Uma vez que ações voltadas para ruptura com a ordem vigente tendem a ser substituídas por soluções negociadas que não enfrentam a lógica da produção e reprodução das relações sociais no capitalismo.

Ressaltando os elementos deste processo, Maria Graça Druck de Farias assinala que:

“No caso do Brasil, esta crise coloca em xeque a capacidade de mobilização e

O Trabalho, Corrente Sindical Classista e Força Socialista.

⁶⁴ - ANTUNES, Ricardo. Adens ao Trabalho ? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo : Cortez ; Campinas, SP : Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995, p. 59-70.

organização dos sindicatos. Eles vão perdendo aquele potencial que tinham para unificar e representar massivamente os trabalhadores. Vão mudando suas perspectivas políticas, diante das dificuldades impostas pelo patronato e diante das pressões sofridas para aderirem cada vez mais à ordem. O que se observa é um processo de despolitização crescente dos sindicatos, expresso, essencialmente, na incapacidade de avançar com propostas políticas que tenham um conteúdo ofensivo e que, principalmente, apontem um caminho independente para a classe trabalhadora.”⁶⁵

Neste caso, a ação desenvolvida pela CUT não segue um rumo diferente do que foi exposto na análise de Maria da Graça Druck de Faria. Durante os anos 80, a atuação da Central foi marcada por ações que ampliavam o leque de sua intervenção, estabelecendo uma postura de crítica à exploração. Os exemplos disto podem ser notados na forma como explicitava a questão da reforma agrária; denunciava do caráter conservador da *Nova República*; aderiu a luta pela defesa das estatais; incorporava a questão da opressão das mulheres, destacando sua posição de desigualdade no mercado de trabalho; definia uma estrutura sindical que se contrapunha ao modelo oficial. No período posterior esta crítica se arrefece na medida em que os sindicatos procuram formas de continuar atuando num contexto altamente desfavorável à ação sindical.

Neste sentido, embora a participação nas câmaras setoriais represente um elemento importante na inclusão dos trabalhadores, na elaboração da política pública, não se pode ignorar que ao mesmo tempo ela esvazia a ação sindical de um sentido em que se disputa a construção de um projeto alternativo à ordem vigente. Esta ação passa a ser identificada por traços em que a perspectiva de transformação da sociedade é abandonada pela busca incessante de soluções amenizadoras da crise.

Sob esta perspectiva é que aparece um segundo desdobramento desta

⁶⁵ - FARIA, Maria da Graça D. Terceirização: (Des)fordizando a Fábrica - Um estudo do Complexo Petroquímico da Bahia. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto

participação: a oposição entre negociação e confronto. A literatura tem sido enfática ao afirmar que a CUT vai ao longo de sua história deixando de ter uma postura crítica para assumir uma postura mais negocial.⁶⁶ No Capítulo II, discutimos elementos que indicam como a prática desenvolvida nos anos 80, não pode ser pensada somente como contendo um aspecto da negação. No mesmo sentido a prática dos anos 90, embora com uma acentuação mais moderada, também não se esvazia totalmente dos elementos da crítica à ordem capitalista. Um indicativo disto é a existência de posições críticas à prática desenvolvida pela tendência majoritária e que demonstravam a necessidade de não perder de vista a totalidade da luta dos trabalhadores.

Percebe-se que a estratégia dos anos 80, fez vir à tona os contornos de uma prática sindical que buscando se firmar no cenário nacional como uma alternativa de luta ao sindicalismo atrelado à estrutura oficial, buscou também se colocar como alternativa à prática política conservadora da *Nova República*, trazendo para a esfera pública os interesses e anseios das classes populares. Isto, entretanto, não significa que não haja proposição na atuação da Central.

Naquele momento, ser propositivo significava enfrentar uma série de questões mais amplas, as quais desafiavam o poder dos patrões e do Estado, na medida que explicitavam os antagonismos que permeiam a sociedade brasileira e buscavam apresentar uma alternativa construída sob a ótica dos trabalhadores e articulada com outros atores sociais.

Sob esta perspectiva, Maria da Graça Druck de Faria analisando elementos desta trajetória afirma que:

de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1995, p. 262-263.

⁶⁶ -Ver Cap. I, item 3.

*“Não se trata de contrapor o “confronto” à “negociação”. Mesmo por que, quando se tem um projeto político claro, sabe-se, em cada momento ou em cada conjuntura, quais são as táticas mais apropriadas para fazer avançar na luta sindical. Desta forma, o sindicalismo “propositivo” não está associado exclusivamente à negociação, mas a sua característica principal deve ser a capacidade de apresentar propostas frente à atuação do patronato e do Estado, numa perspectiva classista e, portanto, construindo uma “legalidade” própria, sustentada, efetivamente, no movimento do conjunto dos trabalhadores.”*⁶⁷

O desafio que parece estar presente na Central ao longo desta década é justamente a capacidade de construir alternativas que se contraponham à lógica do capital. Para tanto, não se trata de abrir mão da participação nos espaços institucionais, mas sim, de buscar um tipo de participação que reflita os anseios e o movimento real dos trabalhadores, compreendendo a dimensão das transformações correntes, buscando assim, recuperar os elementos afins a uma atuação classista, em constante articulação com os movimentos sociais.

A importância disto para a luta pela democracia reside na forma como os trabalhadores se apresentam neste processo, construindo suas estratégias de atuação - negociação e confronto - não em oposição uma à outra, mas como elementos constitutivos de uma prática que somente poderá se realizar na medida em que compreenda a realidade atual em sua totalidade, construindo um projeto sindical que questione as bases do poder e as razões da exclusão no Brasil.

⁶⁷ - FARIA, Maria da Graça D., op. cit., p. 257.

CAPÍTULO IV

OS DESAFIOS DE UM PROJETO DEMOCRÁTICO: ARRISCANDO ALGUMAS CONCLUSÕES

1 - RECUPERANDO OS ELEMENTOS DA ANÁLISE

Até aqui discutimos como a CUT vai construindo a sua intervenção na luta pela democracia. Nos capítulos anteriores, assinalamos que durante a década de 80, os principais contornos de sua ação foram conferidos pela necessidade de denunciar o caráter conservador da *Nova República*. Para tanto, estabeleceu juntamente com os movimentos sociais uma disputa política, cujo objetivo era se contrapor a prática política vigente e apresentar elementos constitutivos de uma perspectiva de transformação social.

As ações que melhor identificam os aspectos desta disputa são as greves, que não se restringiram apenas às demandas salariais, mas fundamentalmente questionaram o poder patronal e do governo e as questões levantadas em torno da concentração de terras e do poder do latifúndio, na defesa dos serviços públicos, na ampliação da participação popular e no processo decisório, que ganhavam o espaço público e traziam para o debate os conflitos verificados na sociedade brasileira.

Embora todos estes aspectos possam ser creditados à ação da Central na década de 80, no final deste período um elemento novo se faz presente em sua atuação e nos movimentos sociais em geral: a possibilidade de intervir de maneira sistemática nos espaços institucionais. Cabe assinalar que esta possibilidade foi encarada, por parte destes setores, como forma privilegiada de luta em oposição à ação crítica construída ao longo

dos anos de transição.

Na CUT a tradução mais explícita disto se dá a partir III CONCUR (1988), em que duas posições distintas se colocam para o debate: tornar a Central voltada para a atuação sindical, abandonando uma postura de intervenção política articulada com os setores populares ou dar continuidade às ações desenvolvidas durante este período, buscando assim elaborar elementos que apontassem para a construção de um projeto socialista.

Como consequência deste debate, na década de 90, a CUT assume privilegiar a atuação nos fóruns tripartites, com destaque a ser conferido à participação nas Câmaras Setoriais. Neste contexto, embora se desenvolvesse todo um discurso no sentido de que estes seriam espaços privilegiados para os trabalhadores disputarem propostas que pudessem alterar a lógica do mercado, na prática esta atuação limitou-se apenas a buscar soluções que se restringiam aos setores nos quais a negociação conseguira produzir algum resultado, tal como no caso do setor automobilístico.

Na verdade, a possibilidade de disputar uma política de desenvolvimento pensada sob a ótica dos trabalhadores não se consolidou. Não se criou nenhuma alternativa às políticas implementadas a partir do receituário neoliberal e o debate interno na CUT reduziu-se a falsa polêmica de opor negociação ao confronto, sem contudo avançar na construção de um projeto sindical capaz de desafiar politicamente, os elementos de exploração presentes na ordem vigente.

Percebemos, então, que a trajetória traçada pela CUT segue um ritmo irregular, tendo nos anos 90 assumido contornos defensivos. Isto se verifica na medida em que uma postura classista tem cedido lugar a um tipo de atuação mais voltado para as soluções negociadas:

Buscando traçar algumas conclusões sobre esta irregularidade, neste capítulo analisaremos elementos que se colocam como desafiadores na luta pela democracia. Discutiremos, então, quais as rupturas e continuidades que a ação da CUT conseguiu provocar na estrutura sindical oficial e os desafios que se colocam para a democratização do modelo sindical. Abordaremos, também, a forma como a CUT foi incorporando temas mais gerais como a questão das mulheres; do meio ambiente; da discriminação racial; da terra, entre outras e analisaremos a importância disto para o processo de luta pela democracia.

2 - RUPTURAS E CONTINUIDADES NA TRAJETÓRIA SINDICAL DA CUT

No capítulo II, discutimos aspectos relacionados com a construção da concepção sindical cutista. De um lado, havia os sindicalistas ligados à Unidade Sindical, que defendia apenas uma reforma na estrutura sindical oficial. De outro havia o Novo Sindicalismo que defendia a liberdade e autonomia sindical, reivindicando o fim da estrutura sindical oficial.

Do segundo grupo, origina-se a CUT que também é recortada por duas concepções sindicais: *a das Oposições Sindicais* – (“OS”) que constrói sua prática política à margem da estrutura oficial e os *Autênticos*, que puderam experimentar a construção de uma linha renovadora de ação a partir desta estrutura sindical.

À medida que a Central se consolida, estas diferenças se explicitam e se ampliam, trazendo para o debate as divergências relativas à definição da prática sindical: mais restrita às questões sindicais ou mais ampla, buscando a politização do debate com vistas à transformação da ordem vigente.

Como consequência mais imediata, as resoluções aprovadas no III CONCUR (1988), demonstraram que a partir daquela data o espaço de construção da Central se daria prioritariamente a partir da estrutura sindical oficial, uma vez que se diminuía o peso das oposições sindicais no universo decisório da CUT¹, fortalecendo uma

¹ - As resoluções sobre este tema tratam a questão sob a seguinte ótica :

“Participação das bases: Participação dos Congressos da CUT, em todos os níveis, os delegados das entidades sindicais filiadas e das oposições sindicais reconhecidas e acompanhadas. O número de delegados por entidade sindical será proporcional ao número de trabalhadores sindicalizados.

Para as oposições sindicais serão respeitados os seguintes critérios:

** oposições que concorreram à última eleição do sindicato elegerão um número de delegados proporcional ao número de votos obtidos no último escrutínio.*

**oposições que concorreram à última eleição do sindicato elegerão delegados em número nunca superior à delegação do menor sindicato filiado à CUT.*

perspectiva de atuação cujo referencial eram os sindicatos filiados a Central e os trabalhadores sindicalizados, colocando num segundo plano o número de trabalhadores na base territorial deste sindicatos.

Embora esta perspectiva apontasse uma ação sindical mais restrita ao âmbito dos trabalhadores sindicalizados, ainda assim, havia na central uma preocupação com a democratização da estrutura sindical. As principais propostas referiam-se à devolução do imposto sindical; a necessidade de ampliação da democracia interna nos sindicatos; a construção de organizações por local de trabalho e a necessidade de organização dos sindicatos por ramo de atividades.

Tais propostas democratizariam a estrutura na medida que ao devolverem o imposto sindical os sindicatos estariam dando um primeiro passo na obtenção de sua autonomia frente ao Estado, financiando com seus próprios recursos suas atividades políticas. Por outro lado, as organizações por local de trabalho aproximariam os sindicatos de suas bases, possibilitando a construção de uma ação política capaz de traduzir os interesses e anseios destas. A organização dos sindicatos por ramo de atividade quebraria a lógica de organização por categorias profissionais, que restringe a luta dos trabalhadores aos seus problemas específicos, fortalecendo a organização dos movimentos mais amplos e colocando demandas que de fato questionem a lógica da produção capitalista.

Mesmo diante do universo das propostas cujo objetivo era a democratização da estrutura, buscando a construção de um outro modelo sindical, a CUT ao longo de sua trajetória não conseguiu efetivar as resoluções aprovadas com esta finalidade. Cabe,

**oposições que participarem de eleições sindicais julgadas não democráticas escolherão delegados segundo critérios estabelecidos pela CUT estadual." Resoluções do III CONCUR, apud Dossiê CPV -*

então, compreender porque, ao mesmo tempo que a CUT se mantém numa posição crítica ao modelo sindical oficial, não consegue romper com ele.

Parte destas explicações encontram-se no trabalho de Marcelo Badaró Mattos. Discorrendo sobre a trajetória sindical brasileira, o autor busca demonstrar a influência que a montagem do modelo corporativista teve na forma de atuação dos trabalhadores, mostrando que este modelo tem raízes tão profundas que mesmo em momentos democráticos, aspectos da estrutura corporativista, permanece quase inalterado.² Assinala, então que:

“É com esta tradição e aquele contexto que o sindicalismo brasileiro das últimas décadas teve de lidar. Por um lado, lutando contra ou readaptando-se às amarras de uma estrutura sindical corporativista e a todas as restrições à atuação classista dos sindicatos impostas por este modelo. Por outro lado, confrontando-se com um conjunto de modernas transformações em setores do parque industrial nacional, com um reforço da heterogeneidade dos trabalhadores e com a aceleração do contingente de trabalhadores não inseridos no mercado de trabalho formal.”³

Badaró estabelece um padrão de comparação entre o novo sindicalismo e o sindicalismo do pré-64, a partir da análise de cinco categorias distintas (professores da rede pública de 1º e 2º grau, metroviários, metalúrgicos, ferroviários e bancários) no Rio

Teses e Resoluções - 3º CONCURT, maio, 1995, p.175.

² - “...os anos 30 e 40 deste século marcaram uma alteração significativa, com a formulação e implantação, a partir do Estado, de um modelo de reconhecimento e legitimação da classe e de sua organização sindical. Reconhecimento e legitimação, mas sobretudo controle, pois que o trabalhador e a organização sindical reconhecidos enquanto cidadão e órgão de representação deveriam moldar-se pelo espírito corporativista da colaboração de classes. Por uma legislação sindical que atou o sindicato ao Estado e pela ação repressiva que podou o sindicalismo brasileiro de seus quadros militantes mais combativos, montou-se uma estrutura sindical que deveria ser um dos instrumentos privilegiados de socialização dos novos conceitos de trabalho-cidadão, que garantisse a incorporação controlada do trabalhador à vida política da nação. A estrutura sindical corporativista construída a partir daí mostrou-se eficiente o suficiente para manter-se, praticamente intocada, tanto em momentos de vida institucional democrática, quando em fases plenamente autoritárias.” MATTOS, Marcelo Badaró. Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988), Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 1996, p. 40-41. Também sobre a permanência do corporativismo ver RODRIGUES, Leôncio M., “O Sindicalismo Corporativo no Brasil.” In: Partidos e Sindicatos, São Paulo: Ática, 1990.

³ - MATTOS, Marcelo Badaró., op. cit, p. 41

de Janeiro. Busca nesta análise compreender como uma nova forma de atuação sindical continua coexistindo com os elementos da tradição sindical brasileira.⁴

A conclusão que nos apresenta é a de que um balanço que considere as continuidades e rupturas acerca da atuação do novo sindicalismo, no que se refere à estrutura sindical tem um caráter muito mais complexo. Isto porque no período pré-64, verifica que nas categorias analisadas,

“(...) desenvolveu-se uma prática sindical que, embora privilegiando a atuação por dentro da estrutura sindical (o que levaria ao fácil desmantelamento posterior ao golpe), fora capaz de criar: instâncias de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho; intersindicais; mobilizações com ampla participação das bases; índices altos de sindicalização; atividades culturais e de formação nos sindicatos; encaminhamentos de demandas novas como o contrato coletivo de trabalho, somente para citar algumas das anteriormente analisadas.”⁵

Neste sentido, finaliza seu argumento afirmando que:

“Ao término do processo Constituinte de 1988, com a manutenção da unicidade e monopólio da representação, mas como o fim do poder de intervenção do estado; do “estatuto-padrão”; da proibição de sindicalização ao funcionalismo público; e do fim da cota do imposto sindical destinada ao Ministério (mas não o fim do imposto), o sindicalismo brasileiro dos anos 80 acabou por completar, sem é claro se dar conta disto, o projeto dos líderes sindicais comunistas e trabalhistas mais combativos de quase três décadas antes.”⁶

Percebe-se, assim, que a trajetória da CUT deixou uma lacuna no que se refere à alteração da estrutura sindical. Embora durante o processo constituinte, a Central tenha buscado intervir no sentido de concretizar as propostas que buscavam a democratização deste modelo, esta ainda é uma tarefa incompleta..

Encerrado o processo constituinte em 1988, a posição da CUT foi de

⁴ - MATTOS, Marcelo Badaró., op. cit., Cap. IV.

⁵ - MATTOS, Marcelo Badaró., op. cit., p. 236.

⁶ - Idem.

reafirmar os princípios de autonomia e liberdade e a necessidade de construir uma organização sindical mais democrática.⁷ Porém, mesmo tendo buscado traçar os contornos de uma estrutura sindical democrática, não determinou ações de curto, médio e longo prazo que a efetivasse, o que demonstra as contradições que permeiam a concepção sindical cutista. Sobre isto, Iram Jácome Rodrigues, afirma que:

“esse é um dos paradoxos do “novo sindicalismo”: ao mesmo tempo que possui um alto grau de incidência no processo político, não consegue ter, com essa influência, que é expressão da dinâmica que transforma um movimento social com certo grau de atuação em força política de grande amplitude, uma presença mais efetiva nos locais de trabalho.”⁸

Apesar disto, é importante destacar como a CUT vem enfrentando a questão da democratização do modelo sindical. Uma iniciativa neste sentido refere-se à forma como, nos anos 90, ela recupera a bandeira da contratação coletiva de trabalho juntamente com a necessidade de um sistema democrático das relações de trabalho.

Um aspecto importante neste contexto é a investida do Governo Collor por meio do chamado “emendão”, que consistia num projeto de organização sindical, o qual pautava-se na pulverização das negociações por empresa, com uma representação sindical também restrita a este âmbito. Reagindo a isto, a CUT reapresentou a proposta de Contratação Coletiva, que já existia em seu ideário desde os anos 80.

Além da investida do Governo Collor contra os sindicatos, a necessidade de flexibilização das relações de trabalho, imposta pelos processos de reestruturação produtiva e dos novos métodos de gestão empresarial, mostrou-se incompatível com a estrutura sindical oficial. Neste sentido, os patrões também passaram a discutir medidas que alterassem a estrutura sindical oficial, dentre elas a contratação coletiva, objetivando

⁷ - Ver Resoluções III CONCUR e ver item 5 do Cap. II.

com isto criar as condições favoráveis ao desenvolvimento dos processos em curso.

Os motivos que levavam empresários e trabalhadores a discutirem a contratação coletiva eram totalmente opostos. Para os empresários tratava-se de adequar a estrutura sindical às regras do mercado e da concorrência internacional. Para trabalhadores tratava-se de buscar a democratização deste modelo, sob a ótica do fortalecimento das ações sindicais.

Levantando aspectos sobre o tema, o Informacut nº 206, apresenta elementos básicos das propostas defendidas pela CUT e pelos patrões:

“Proposta cutista :

- *reconhecimento do conflito,*
- *redefinição do papel do Estado,*
- *garantias na lei e no contrato,*
- *rompimento através da transição programada,*
- *garantia do atual patamar mínimo de direitos.*

Proposta patronal:

- *harmonia e parceria entre capital e trabalho,*
- *afastamento total do estado,*
- *nenhuma garantia na lei,*
- *rompimento abrupto com a tutela estatal,,*
- *“flexibilização” de direitos”⁹*

Fundamentalmente a principal diferença a ser estabelecida entre uma proposta e outra era de que **a ruptura com o modelo oficial não poderia se dar de maneira abrupta, seria necessário uma fase de transição.** Para tanto, os principais elementos desta fase seriam:

“alterações combinadas na Constituição, na legislação ordinária e na negociação direta entre patrões e empregados, não dissolução dos sindicatos atuais, proteção de seu patrimônio, conservação dos acordos e convenções coletivas, mas passando a negociá-los em outro patamar; proteção da eficácia jurídica dos acordos e convenções atuais, manutenção das data-base, buscando unificá-las por categoria e em seguida em uma só data-base de referência nacional, organização em massa dos trabalhadores por local

⁸ - RODRIGUES, Iram J., op.cit., p. 129.

⁹ - INFORMACUT, nº206, p. 03 - 08 a 15 de janeiro de 1993.

*de trabalho como pressuposto para negociar, legitimar e controlar a aplicação do contrato coletivo, sistema permanente e articulado de negociação coletiva, pauta geral negociada pelas centrais sindicais, possibilidade de celebração do contrato coletivo ou convenção coletiva nacional, estipulando direitos e obrigações mínimas, criação de mecanismos de prevenção de conflitos, de controle de direitos e de conflitos individuais.”*¹⁰

Ao propor isto a CUT reconhece a heterogeneidade dos sindicatos a ela filiados, assinalando que se por um lado existe na Central, sindicatos de grande porte capazes de disputar com o patronato na mesa de negociação; há outros débeis em sua capacidade de organização e mobilização da base para enfrentar um processo negocial com os mesmos recursos do empresariado. Neste sentido, fazer a transição entre a legislação autoritária e a legislação democrática requer algum tipo de garantia de que os sindicatos que detém menos poder não ficarão a mercê de sua própria sorte, podendo neste contexto de ampliação da flexibilização sucumbir à primeira investida patronal.

Como continuidade desta discussão, a 7ª Plenária Nacional da CUT (1995), aprovou a resolução apontando os elementos necessários para a construção de um **sistema democrático das relações de trabalho**. Propunha-se a elaboração de emendas populares à Constituição com o objetivo de por fim à unicidade sindical, ao enquadramento sindical e à contribuição sindical compulsória (imposto sindical), acrescentar ao art.8º da Constituição Federal o direito à livre organização sindical, nos termos da Convenção 87 da OIT, garantir o reconhecimento jurídico das centrais sindicais; garantir o direito de representação dos trabalhadores no interior das empresas, por meio de eleições livres e diretas.¹¹

As alterações propostas versavam também, sobre a Justiça do Trabalho.

¹⁰ -Idem.

Reivindicava-se o fim do poder normativo da Justiça do Trabalho, garantindo a competência para que ela possa atuar como arbitragem pública voluntária nos conflitos coletivos de natureza econômica (conflitos de interesse), ou seja, mediante provocação de comum acordo pelas partes e dentro dos limites e matérias por estas fixados; extinção da figura dos juízes classistas em todos os níveis de representação, não cabendo às entidades filiadas à CUT participar do processo de indicação de vogais, juízes e ministros classistas da Justiça do Trabalho e, nem apoiar candidatura dos trabalhadores da base.¹²

Sobre a negociação coletiva propunha-se a apresentação de Emenda Constitucional no sentido de conferir aos atuais acordos e convenções coletivas de trabalho uma vigência por tempo indeterminado, somente podendo ser alteradas mediante futura negociação, da qual participe a entidade sindical que o assinou. Para os novos contratos coletivos de trabalho que fossem assinados, propunha-se também, a vigência por tempo indeterminado, estabelecendo-se que na hipótese de expiração do prazo de duração sem renovação, suas cláusulas somente poderiam ser alteradas mediante novo contrato coletivo firmado pelas partes e a reivindicação da garantia do direito de negociação coletiva para os servidores públicos.¹³

Por fim, o texto aprovado na 7ª Plenária propunha a criação de uma comissão tripartite, com representação das centrais sindicais, entidades patronais e governo para elaborar uma proposta de legislação de apoio (que abarcasse direitos individuais fundamentais, direitos coletivos e direito processual) em substituição a CLT. No mesmo sentido, caberia à CUT abrir um processo de discussão sobre como garantir o direito de greve dos trabalhadores nos serviços essenciais, devendo as mudanças na lei ocorrer

¹¹ - Resoluções 7ª Plenária Nacional da CUT, 1995, p. 17

¹² - Resoluções 7ª Plenária Nacional da CUT, 1995, p. 17.

somente a partir de um consenso e sendo as mesmas remetidas ao Congresso Nacional, sob forma de projeto de lei, para sua aprovação.¹⁴

Embora, a resolução traga um detalhado plano de ação sobre como implementar um sistema democrático das relações de trabalho, este plano não foi levado à efeito. A idéia de transformar estas propostas em emendas populares à Constituição Federal não se concretizou e sem dúvida, este continua a ser um dos temas que deverá ocupar o espaço de discussão da Central no próximo período. Para avançar neste aspecto é importante considerar a conjuntura que se desenha para a atuação sindical.

Diferente da postura adotada por Collor de Mello, as ações do atual governo não têm se voltado somente contra a unicidade sindical, o imposto sindical e o monopólio da representação. Em face ao crescente desemprego, a medida que lança mão para a contenção do poder sindical é a precarização das relações de trabalho e a flexibilização dos direitos trabalhistas.

Neste sentido, podemos lembrar de pelo menos duas ações do governo que expressam os objetivos acima: o projeto de lei que institui os contratos por tempo determinado e a anulação da Convenção nº 158 da OIT, que torna mais restrito a possibilidade de demissões imotivadas, a qual o Congresso Nacional já havia ratificado. Ainda sob a ameaça constante do desemprego, o governo tem buscado pulverizar cada vez mais as negociações coletivas, as quais, segundo sua proposta deveriam se realizar por empresa, enfraquecendo o poder sindical. Neste caso, os sindicatos perderiam a possibilidade de negociar de maneira unificada em nome dos trabalhadores de um

¹³ - Ibid.

¹⁴ - Ibid.

determinado ramo de atividade.¹⁵

Diante disto, um dos desafios que fica colocado para a CUT é justamente como encaminhar e efetivar propostas que democratizem o sistema de relações trabalhistas brasileiro, lançando mão de alternativas que vem sendo discutidas desde a sua fundação, tais como: o fim da unicidade sindical, do imposto sindical e pelo direito de organização nos locais de trabalho.

Ainda no que se refere aos elementos constitutivos de um projeto sindical alternativo, é preciso assinalar como a Central vem discutindo as propostas para uma nova estrutura sindical. Neste sentido, uma discussão bastante polêmica no interior da Central é a que se refere a implantação do **sindicalismo orgânico**.

¹⁵ Sobre os mecanismos utilizados pelo Governo Fernando Henrique no sentido de coibir a atuação sindical, Gustavo Codas, assessor da CUT Nacional, nomeia-os da seguinte forma:

“Enfraquecimento das negociações coletivas e proibição do direito de greve

- *Medida provisória (MP) da desindexação proíbe a reposição da inflação passada.*

- *MP da participação nos lucros/resultados permite que através de acordos por empresa, negociados com comissões de funcionários indicados pelas gerências, sejam concedidos abonos vinculados a seu desempenho. É a porta de entrada da estratégia de salários variável almejada pelas empresas.*

- *Multas da Justiça do Trabalho (JT) inibem greves ou inviabilizam financeiramente as entidades. Projeto de Lei (PL) do Executivo legaliza e amplia medidas da JT*

- *PL limita o direito de greve do funcionalismo a pretexto de regulamentar a Constituição. E decreto presidencial já limitou o direito de manifestação e greve do funcionalismo federal.*

Trabalho precário e retirada de direitos

- *PL (aprovado na Câmara de Deputados) cria a figura do contrato por tempo determinado e do “Banco de horas” que permite uma jornada de trabalho “normal” de até 60 horas semanais.*

- *Mudança no artigo 442 da CLT abriu caminho para a contratação através de cooperativas fantasmas de mão-de-obra sem que nenhum direito trabalhista precise ser assegurado aos trabalhadores*

- *Nos “dissídios coletivos”, a JT está retirando direitos sociais das convenções e acordos coletivos.*

- *Portaria do Ministério do Trabalho (MTb) muda critérios da fiscalização do trabalho para não autuar as empresas que não cumprem a lei em decorrência de aplicação de acordo negociado com o sindicato.*

- *Portaria do MTb amplia o prazo pelo que uma empresa pode recorrer à locação de mão-de-obra temporária (além de flexibilizar critérios para admitir seu uso).*

- *Emenda Constitucional retira a estabilidade ao funcionalismo público.*

- *Governo anulou a Convenção 158 da OIT - que deveria vigorar desde inícios de 1996 - que inibe a dispensa imotivada.*

Definhamento da estrutura sindical oficial

- *Judiciário questiona a cobrança compulsória e aos não associados da “taxa confederativa” e da “taxa assistencial”, principais fontes de financiamento das máquinas sindicais na atualidade.*

- *Há casos em que a JT não reconhece a estabilidade de dirigentes sindicais de diretorias de mais de 21 membros. A ampliação das mesmas muitas vezes foi feita para suprimir a ausência de direito de organização nos locais de trabalho.” CODAS, Gustavo. “A reforma trabalhista neoliberal”, Jornal EM*

Tal proposta, tem como fundamento principal criar mecanismos de organicidade entre a Central e as entidades filiadas, os quais permitam uma maior uniformidade entre as instâncias decisórias da Central e a ação dos sindicatos, federações e confederações filiadas. Criar-se-ia, então, uma organicidade que se alicerçaria do local de trabalho até a estrutura nacional buscando harmonizar as diversas ações destes organismos com o projeto da CUT.

Um outro aspecto que esta discussão aponta é o de que a reivindicação por liberdade e autonomia sindical se daria de maneira sincronizada com a implantação dos sindicatos orgânicos da CUT. Para tanto, na hipótese da quebra da unicidade sindical haveria uma disputa em torno de projetos sindicais diversos. Isto não somente entre os trabalhadores, que expressariam suas posições por meio das diversas centrais sindicais existentes, mas também com o patronato, cuja proposta é a organização de sindicatos por empresa.

Considerando este quadro, uma avaliação que permeia o universo da CUT é que apenas a filiação dos sindicatos à Central é insuficiente para enfrentar estas diversas articulações em torno do modelo sindical. Cabendo, então, traçar uma estratégia sindical que consiga se contrapor ao patronato e a outros projetos sindicais pautados em uma lógica de resultados e, concatene as ações dos diversos sindicatos cutistas. Sobre isto, a Central afirma que “somente o fortalecimento do projeto de classe representado na CUT poderá representar uma defesa frente ao assédio patronal e de outros projetos sindicais.”¹⁶

Enquanto princípio, o sindicalismo orgânico sem sombra de dúvida pode representar um avanço organizativo para a Central. Entretanto, a própria CUT reconhece

TEMPO, n° 292, março/1997, p. 20.

¹⁶ - Resoluções 8ª Plenária, “CUT avança para nova estrutura sindical”, 1996.

que esta é uma construção que requer passos que permitam alcançar a organicidade.

Conforme resolução sobre o tema,

“Passos concretos podem ser dados desde já. Em primeiro lugar, a fusão de sindicatos da mesma categoria, a fusão de sindicatos intercategorias/ramos de atividade; em segundo lugar, a regionalização dos sindicatos, a padronização das finanças dos sindicatos, com repasse automático das mensalidades da CUT, mantendo a arrecadação nos sindicatos. Em terceiro lugar, todas as entidades filiadas (sindicatos, federações e confederações devem entrar com ações judiciais para impedir a cobrança do imposto sindical já em 1997, encaminhando conjuntamente tais ações. É possível também a adoção de princípios básicos de democracia no processo eleitoral (comissão eleitoral escolhida democraticamente, para o processo eleitoral, etc.). E principalmente de controle coletivo, democrático e transparente das contas do sindicato pela base em todos os sindicatos cutistas.”¹⁷

Uma preocupação merece ser externada acerca da proposta: **a necessidade de que a organicidade seja construída com mecanismos que ampliem a democracia interna na CUT.** Mesmo sendo a organicidade um instrumento importante para alcançar a liberdade e autonomia sindical, ela também pode se constituir num instrumento de verticalização e burocratização da Central.

Sendo assim, ao pensar a sua organicidade a CUT deve pensar em ações políticas reais (e não apenas resoluções estatutárias) que se estruturam desde o local de trabalho até o nível nacional e reflitam um projeto sindical forjado sob uma ótica que se contrapõe a lógica do capital, preservando a pluralidade das diversas visões que permeiam o universo da CUT. Sem isto, pode-se fazer com que esta medida passe ao largo de mecanismos que garantam e ampliem a democracia interna e se torne uma norma draconiana que servirá apenas para enquadrar aqueles que cultivam opiniões diferentes.

A história da Central tem demonstrado o quanto o espaço que assegura a

¹⁷ - Resoluções 8ª Plenária “CUT avança para nova estrutura sindical”, 1996.

manifestação das diferenças às vezes é frágil para acolher posições divergentes. Talvez o melhor exemplo seja a disputa acirrada que se trava em torno da estrutura do sindicatos (máquina, carros, patrimônio, etc.) os chamados “aparelhos.” Disputas estas que esvaziam o debate político e embaçam o espaço de pluralidade sob o qual a CUT se erigiu.

Percebe-se, assim, que a CUT sujeito de uma trajetória irregular, com idas e vindas, avanços e retrocessos, continuidades e rupturas tem neste fim de século o desafio de cumprir uma de suas promessas: a democratização da estrutura sindical e para tanto não pode ignorar as diversas tendências e concepções que constituem seu universo.

Parece certo afirmar que ao lutar pela democratização da estrutura sindical a CUT tem diante de si dois desafios. Um que diz respeito a estrutura que será capaz de construir; e um outro, completamente ligado ao primeiro, é que esta construção passa pelo aprofundamento de sua democracia interna. Pensar estes dois desafios coloca ao sindicalismo cutista a necessidade de (re)criar práticas que de uma vez por todas sepultem os elementos autoritários presentes na prática política brasileira.

3 - A LUTA PELA DEMOCRACIA TRADUZIDA NAS PROPOSTAS DA CUT

Ainda quanto ao saldo a ser creditado à CUT no que se refere, a sua atuação com vistas à luta pela democracia destacaremos neste tópico a forma como a Central foi ao longo de sua trajetória elaborando, juntamente com os movimentos sociais, elementos constitutivos de um projeto transformador.

Desde a sua fundação, a CUT tem buscado uma articulação com os movimentos sociais, no sentido de construir um tipo de atuação capaz de abarcar interesses mais gerais das classes populares. Uma das experiências mais ricas em torno desta possibilidade foi a ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais), que consistia em uma “articulação ou corrente de sindicalistas e lideranças dos movimentos populares de diversas regiões do país,”¹⁸ cujos princípios básicos foram assim definidos:

*“Incentivar a articulação entre as lutas do movimento sindical e as do movimento popular e tornar o movimento sindical parte integrante do movimento popular. Propõe-se a avançar a partir das lutas concretas dos trabalhadores, afirmando ser necessário, para tal criar formas e canais comuns: ações conjuntas (mantendo as especificidades); fundos de greve; e cursos de formação (...). Propõe-se a lutar para construir uma sociedade dirigida pelos trabalhadores e voltada para as aspirações de justiça das classes populares, que devem ser capazes de, na busca de sua libertação, transformar o sistema político-econômico e social que nos domina e criar seu próprio projeto social alternativo”*¹⁹

Nos encontros sindicais que marcaram o início dos anos 80, a ANAMPOS já estava formada, sendo o núcleo elaborador da proposta de criação da CUT. Ainda que não seja nosso objetivo recuperar os passos que foram dados neste sentido e a contribuição da ANAMPOS para a formação da Central, o que parece relevante é o fato

de que a CUT nasce sob uma perspectiva que não exclui uma articulação com os movimentos populares, ou seja, na proposta de sua fundação além da crítica à estrutura sindical oficial, existia uma discussão no sentido de que a Central buscasse construir seu ideário para além dos contornos sindicais, o que implicou na incorporação de vários temas relacionados com a atuação do movimento popular.

Esta incorporação de temas para além do universo sindical pode ser notada já no I Congresso da Central (1984), em que são aprovadas resoluções cujas preocupações referem-se a temas

*“como o atendimento imediato de necessidades básicas dos trabalhadores, como alimentação, saúde, educação, habitação, transporte, cultura, lazer; nova política habitacional, pela qual a prestação da casa própria não ultrapasse 20% da renda familiar; defesa das populações indígenas e demarcação de suas terras.”*²⁰

Seguindo esta perspectiva de combinar a atuação sindical com as lutas dos movimentos populares, a CUT ao longo da sua trajetória tem definido em seus Congressos bandeiras de lutas que se contrapõem à lógica política característica das classes dominantes no Brasil.

Nas resoluções do II CONCUR (1986), a questão de maior relevância se refere à terra. A CUT defende a Reforma Agrária sob o controle dos trabalhadores denunciando o alto grau de concentração de terra no país e a violência no campo. Sendo assim, é preciso notar que o processo de industrialização brasileiro se dá a partir de um pacto que envolve as elites agrárias e os “novos” industriais. Este pacto retira destes industriais qualquer caráter revolucionário, tal como se verifica nos processos de revolução em que a burguesia emergente não rompe com as tradições da aristocracia

¹⁸ - COSTA, Sílvio., op.cit., p. 47.

¹⁹ - Idem, p. 46-47.

agrária.²¹

Neste contexto, trazer A público a questão da terra denunciando os crimes cometidos contra trabalhadores rurais, a concentração de terra e apontado nestes fatos a forma autoritária que permeia o exercício do poder, constitui-se num importante elemento que desafia a lógica da prática política dominante e aponta a necessidade de transformação destas relações sociais.

Uma outra questão importante é a aprovação da Campanha Nacional “Creche para todos”. O Congresso discute a situação da mulher trabalhadora no mercado de trabalho e mostra a necessidade de ampliar sua participação na luta de classe²². Para tanto, define uma série de medidas com o objetivo de proporcionar a criação de condições que ampliariam e efetivariam a participação política das mulheres.

Neste Congresso, também, foi aprovada uma Campanha em defesa das empresas estatais, pela democratização da ação do Estado nestas empresas e pela estatização dos serviços básicos. De alguma forma, isto assinala um posicionamento político que coloca a CUT na defesa dos interesses que se relacionam com a manutenção dos serviços prestados pelo Estado e pela democratização dos mesmos.

Percebemos assim, que ao longo de sua trajetória em defesa dos interesses dos trabalhadores para além das questões estritamente sindicais não é algo estranho à

²⁰ - COSTA, Silvio., op. cit., p. 91-92.

²¹ - Sobre isto ver FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa, Ensaios de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, principalmente cap. 05.

²² - Sobre isto, as resoluções fazem o seguinte diagnóstico :

“A participação da mulher trabalhadora no processo da luta de classe tem se dado com grande destaque nos momentos de assenso da luta (greves, campanhas). Por outro lado, sua participação numa militância de caráter mais permanente e organizativo sofre profundos desníveis em relação à participação masculina. Isto ocorre principalmente devido às dificuldades geradas pela dupla jornada de trabalho, a ideologia burguesa conservadora que reforça o papel feminino na sociedade, e a ausência de uma política adequada por parte do movimento sindical que estimule e facilite a participação das mulheres, considerando suas dificuldades.” Resoluções II CONCLUT, 1986, p. 25.

prática da Central. Assim, mesmo que o III CONCUR (1988) tenha aprovado mudanças que buscavam alterar o rumo de sua ação, implantando uma atuação de caráter estritamente sindical, a possibilidade de intervenção da Central nas questões atinentes às disputas políticas na sociedade continua existindo.

Um fato que comprova isto são as Resoluções do III, IV e V CONCUR que continuam mencionando estas questões e traçando ações políticas cujo objetivo refere-se à ampliação do campo da atuação sindical.

O III CONCUR reafirma a posição da Central contra as privatizações das estatais e pela democratização dos serviços básicos; afirma ser necessário a implementação de uma reforma urbana considerando os interesses do movimento popular. Juntamente com isto, a questão da saúde; previdência social e melhores condições de trabalho foram objetos de discussão do Congresso, sendo referendadas as propostas do 1º Encontro Nacional de Saúde e Previdência Social da CUT²³ e tendo sido aprovada a criação de comissões de saúde nos locais de trabalho.

A questão da discriminação social também foi apreciada pelos delegados ao Congresso, sendo a questão da mulher e do racismo os pontos chaves das resoluções. Na questão da mulher foram aprovadas resoluções que tratavam do fim da discriminação. Dentre elas pode-se destacar a prioridade a ser conferida à luta por creches e a necessidade da CUT discutir o problema social do aborto.

A importância de fortalecer a comissão da questão da mulher trabalhadora

²³ - São as seguintes as propostas referendadas:

"1) a criação do Sistema Único de Saúde, estatal, público, gratuito e de boa qualidade sob o controle da população através de suas entidades representativas;

2) o custeio do Sistema Único de Saúde através de orçamento da União, estados e municípios e efetivação de conselhos da saúde, de nível nacional a local, com participação democrática das representações do movimento sindical e popular, com caráter deliberativo e autonomia para gestão e controle do Sistema;

figurou como um dos temas discutidos, sendo recomendado que se realizassem estudos sobre a situação da trabalhadora nas diversas categorias, com objetivo de incluir nas pautas de negociação reivindicações específicas das mulheres, juntamente com a inclusão desta questão nos cursos de formação, socializando para o conjunto dos militantes a situação da mulher trabalhadora.²⁴

A questão da luta no campo foi tratada sob as seguintes perspectivas: a necessidade de reforma agrária; o fim da violência no campo; a defesa das terras indígenas e do meio ambiente; a necessidade de uma política voltada para as necessidades do pequeno e médio produtor e a criação de pautas unificadas para os assalariados rurais e a defesa de seus interesses, por meio da extensão dos benefícios de saúde e previdência aos trabalhadores do campo.²⁵

No IV CONCUT (1991), também são aprovadas resoluções cujo conteúdo remetia às principais disputas políticas da sociedade brasileira. Dentre as propostas aprovadas neste Congresso, destacam-se: a necessidade de democratização dos meios de comunicação; a discussão em torno da educação, levantando a problemática da educação brasileira e apontando que a escola a ser defendida pela CUT deveria ser gratuita em todos os níveis e para todos.²⁶

Podemos ressaltar o debate em torno da questão dos trabalhadores rurais, cujos principais pontos são a organização dos assalariados rurais, o desenvolvimento de uma política agrícola voltada para o pequeno produtor, a luta pela reforma agrária

3) *previdência social sob a gestão dos trabalhadores.* "Resoluções III CONCUT *apud* Dossiê CPV - 3º CONCUT - Teses e Resoluções, maio 1995, p. 184.

²⁴ - *Resoluções III CONCUT apud Dossiê CPV - 3º CONCUT - Teses e Resoluções, maio 1995, p. 185-187.*

²⁵ - *Idem.*

²⁶ - *Resoluções IV CONCUT, 1991, 15.*

buscando uma unidade de ação com o MST e a questão dos povos da floresta, sendo uma das ações mais importantes em relação a eles “a criação e implementação das reservas extrativistas na Amazônia, em áreas indicadas pelos trabalhadores, o combate à violência e o direito à autodeterminação das nações indígenas”.²⁷

A questão da mulher também esteve presente nos debates do IV CONCUR. Desta vez a discussão avança mais no sentido de ampliar a participação e a organização das mulheres na CUT. Para tanto as medidas aprovadas assinalam a necessidade de que as campanhas de sindicalização conttenham material de propaganda considerando a diversidade do gênero; a necessidade de incluir a questão da mulher em todas as atividades de formação; possibilitar a participação das mulheres no sindicato e na CUT, conferindo a estes espaços um sentido de vida cotidiana com “a organização de creches em eventos sindicais, atividades que levem em conta as possibilidades de horários também das mulheres, atividades sobre temas de interesse das mulheres” e a realização de pesquisa sobre perfil das mulheres nas categorias para subsidiar sua ação sindical.²⁸

E por fim, também no que se refere à questão das mulheres, apreciou-se uma das propostas mais polêmicas do Congresso: a participação das mulheres nas instâncias de direção e representação da Central por meio do estabelecimento de quotas de participação. A decisão do Congresso foi de que naquele momento seria aberto o processo de discussão em torno do tema, com o estabelecimento de um calendário de atividades com o objetivo de aprofundar o debate.²⁹ A deliberação desta questão só ocorreu no ano seguinte (1992), na 5ª Plenária Nacional em que foram aprovadas quotas de participação de 30%.

²⁷ - Resoluções IV CONCUR, 1991, p. 13-16.

²⁸ - Ibid., p. 16.

No V CONCURTO (1994), a maioria destes temas voltou a ser debatido pela Central. Com destaque para as questões que versavam sobre o meio ambiente, em que o enfoque era a necessidade de se criar um padrão de desenvolvimento que assegurasse a qualidade de vida; a questão da criança e do adolescente, em que se discutisse a problemática do trabalho infantil; a necessidade de construção de uma política anti-racista, devendo a CUT ampliar seu leque de discussão sobre o tema. Na questão da formação profissional, as resoluções afirmaram a recusa de uma “concepção de formação profissional como simples adestramento ou treinamento ou como mera garantia de promoção da competitividade dos sistemas produtivos” e a compreende como “parte de um projeto educativo global e emancipador”, devendo ser entendida “como o exercício de uma concepção radical de cidadania.”³⁰

Diante de uma postura que desde o seu I Congresso (1984), buscou intervir em lutas da sociedade, que conclusão podemos chegar acerca da atuação da CUT?

Em primeiro lugar, ao chamarmos a atenção para as resoluções dos congressos, procuramos demonstrar que a CUT tem ao longo de sua trajetória procurado intervir na disputa política que permeia essa sociedade. Neste sentido, tem buscado trazer para o debate público questões que sempre estiveram fora da arena política.

Um dos recursos utilizados pela prática política das “soluções pelo alto” foi excluir o conflito da arena pública. A idéia da cidadania regulada que desenvolvemos no Cap. I, assinala este aspecto. Sendo assim, somente aqueles trabalhadores regidos pelas normas estabelecidas na legislação corporativa teriam algum tipo de acesso à esfera pública, e um acesso limitado, uma vez que a ação sindical deveria ser tutelada pelo

²⁹ - *Ibid.*

³⁰ - Resoluções V CONCURTO, 1994, p. 52. Os outros temas mencionados, encontram-se nas p. 47-60.

Estado.

Aos que estivessem fora dos limites estabelecidos por esta noção de cidadania caberia à condição de estar à margem da esfera pública. A consequência mais imediata disto foi que os interesses dos trabalhadores do campo, das mulheres, dos negros, dos velhos, das classes populares de forma geral deveriam estar fora do debate público. Na mesma linha de raciocínio, a disputa pelos serviços públicos também não deveria ser objeto deste debate.

Sabe-se que a luta implementada pelos movimentos sociais na década de 70, visava justamente chamar atenção para os fatos que se encontravam nos subterrâneos da sociedade e estes evidenciavam a exploração que estrutura a sociedade capitalista. Ao agirem questionando a prática que ocultava o conflito, os movimentos populares puderam reivindicar uma ampliação do espaço público.

A CUT ao incorporar parte dessas lutas, também assume um papel importante dentro da disputa política. Embora, possa parecer apenas que se trata de um enfrentamento entre lógicas políticas diferentes: a que privilegia as “soluções pelo alto” e a construída a partir da ação das classes populares. Esta é uma disputa que reflete o projeto cada uma destas classes têm.

Sendo assim, ao lutar juntamente com o movimento popular, traz para o debate público as questões descritas acima, denunciando o autoritarismo presente nas relações sociais altamente excludentes e abrindo a possibilidade de construção, não só de uma prática política nova, mas fundamentalmente de questionar os pilares de funcionamento desta sociedade: a exploração e o lucro, proporcionando a emergência de elementos atinentes a um projeto de transformação social.

Um aspecto importante que merece ser assinalado, é que este processo segue

um caminho irregular. Percebemos que em 1986, com a realização do II CONCUT, existia um leque de propostas que muitos analistas consideraram como um verdadeiro programa de partido. Por outro lado, no Congresso posterior, o de 1988, a polêmica que voltava à cena refere-se a necessidade de conferir à Central um caráter mais sindical, sendo aprovadas medidas que diminuiam o peso das oposições sindicais e de alguma forma buscavam desfazer a imagem da Central que interfere nas disputas políticas.

No entanto, a construção de uma Central identificada com uma racionalidade sindical e burocratizada, na prática nunca se efetivou. Embora, a CUT, hoje, seja uma central que tenha um significativo peso dos trabalhadores sindicalizados, a possibilidade de interlocução com outros setores da sociedade nunca esteve totalmente fechada.

Isto pode ser explicado a partir da heterogeneidade que permeia a Central, o que continua a expressar seu potencial movimentalista, deixando sempre em aberto a possibilidade de intervir na luta política, construindo uma cidadania pensada não somente sob a perspectiva dos trabalhadores sindicalizados mas sob a ótica das classes populares.

Uma crítica pode surgir: o fato da CUT não ter conseguido realizar efetivamente todas estas propostas. Entretanto, o que parece ser bastante relevante é que ao conferir publicidade a estas questões, a CUT abriu uma fissura na lógica autoritária, buscando assim, construir uma prática política que assinala não só a ampliação da participação política como também a possibilidade de tornar menos hierarquizadas as relações sociais brasileiras.

Uma questão que ilustra esta afirmação é a forma como a CUT foi se inserindo no debate público com relação a situação da mulher. Quando em 1992, a 5ª Plenária Nacional definiu o mecanismo de quotas para possibilitar a participação das mulheres nas instâncias da direção, ela conseguia coroar uma discussão importante no

sentido de opor os elementos do machismo e da desigualdade de condições à necessidade de construir novas relações políticas, pautadas sob o signo da igualdade de possibilidades.

Embora se saiba que há muito por fazer, no que se refere à garantia desta igualdade³¹, o elemento positivo desta discussão é que a partir deste acúmulo o movimento sindical inicia um processo que incorpora o **reconhecimento da diferença**, aspecto importante a ser creditado à luta pela democracia. Neste sentido, a CUT enfrenta os pilares do machismo, presentes em todos os espaços da sociedade e inclusive em seu interior, e publiciza um problema que até então estivera historicamente relacionado com o espaço privado, circunscrito aos limites do lar.

As conseqüências mais imediatas desta questão assinalam uma série de ações, tanto legislativas quanto judiciais, as quais buscam alteração de uma lógica que coloca a mulher num papel submisso e subalterno. Dentre estas ações podemos citar a elaboração de pautas de negociação que apresentam cláusulas específicas relativas às reivindicações das mulheres, tais como: proibição da revista íntima; auxílio creche; possibilidade de se afastar no período da jornada de trabalho para amamentar; ampliação da licença maternidade; estabelecimento de formas de punição para as situações de assédio sexual no trabalho, como também a iniciativa de muitos parlamentares no sentido de elaborar legislação punitiva para as empresas que pratiquem discriminação contra a mulher.³²

³¹ - No que se refere às cotas há uma avaliação de que elas foram aplicadas na maioria das instâncias da CUT, entretanto percebe-se que criar condições efetivas de participação para a mulher requer a implementação de outras ações afirmativas. Neste sentido, o IV Encontro de Mulheres da CUT, realizado em junho de 1997, iniciou uma discussão em que reforça a importância de medidas que ampliem o escopo da participação, com a possibilidade de qualificar esta participação por meio da implantação de mecanismos como a ampliação do número de mulheres que respondem pelas secretarias da CUT (antes do VI CONCUR eram apenas 02); a efetivação, de fato, das creches nos encontros; uma política de formação, que seja capaz de construir quadros femininos para intervenção nas questões mais gerais da CUT (criar referências políticas que sejam mulheres), etc.

³² - Sobre isto grande parte dos parlamentares municipais e estaduais, especialmente os do PT, apresentou projetos de lei que previa a punição de empresas que discriminem mulheres, principalmente no ato de

Percebe-se, assim, que mesmo percorrendo uma trajetória irregular, a CUT tem conseguido ao longo de sua história não somente levantar bandeiras de luta que enfrentam a lógica política do autoritarismo, mas efetivamente criar práticas e forjar valores os quais se contrapõem à visão de mundo da classe dominante. No caso brasileiro esta visão se caracteriza pela exclusão das classes populares do espaço da política.

A contribuição da CUT no processo de luta pela democracia reside no fato de que ela forjou um padrão de atuação, o qual se referencia na idéia da democracia enquanto participação ativa, o que tem como consequência imediata, a idéia de que as classes populares não estão inertes e subordinadas à política tradicional. Elas buscam a todo tempo formas de recriar a prática política sob a perspectiva de descentralizar o poder e de fazer com que cada participante se reconheça como parte integrante de uma proposta que transforma as relações sociais.

A trajetória da CUT, assinala isto, na medida em que denuncia o caráter conservador da *Nova República* e busca dar forma organizativa ao sentimento de indignação presente entre os trabalhadores. Esta forma organizativa tem a sua melhor expressão nas greves realizadas durante este período, as quais expressavam uma luta política em que se contrapunha a lógica conservadora, para quem a política é uma atividade de poucos e a exclusão é sempre um recurso a ser utilizado, à lógica dos setores democrático-populares, cuja trajetória demonstra uma disputa política que vai além dos espaços institucionais constituídos e se espalha para as esferas da vida social e da produção.

admissão. Neste sentido, em Porto Alegre, Vitória e em vários outros Estados foram aprovadas leis versando sobre a matéria. No Congresso Nacional também foi apresentado proposta com este objetivo.

Também nos anos 90, ainda que a participação nos fóruns tripartites encontre maior dificuldade de confrontar estas duas lógicas, a CUT não abandona sua postura de crítica à política tradicional. Mesmo diante de uma ação mais voltada para problemas setoriais não abandona os temas que refletem o interesse das classes populares, e as resoluções são um demonstrativo disso. Outros fatos também servem de demonstração, tais como : a participação na Marcha dos Sem Terra em 17/04/97, a Conferência Nacional Em Defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania (realizada em abril de 1997) e convocada por várias entidades³³, as atividades paralelas à 3ª Conferência Ministerial da ALCA (Fórum das Américas) realizada em Belo Horizonte em maio deste mesmo ano e a própria intervenção em fóruns tripartites , cujo escopo de discussão ultrapassa a política setorial, como o Conselho Curador do FGTS, no qual a CUT defende uma política habitacional popular.

Na verdade, estabelecer esta crítica à política tradicional e continuar a disputa política entre o projeto da classe dominante e um projeto de transformação social parece ser um dos desafios da atuação da CUT no presente momento.

Nestes tempos, em que as utopias parecem estar completamente adormecidas, a CUT tem diante de si o desafio de efetivar uma prática que consiga de fato proporcionar a construção de elementos constitutivos da transformação social.

³³ - CUT, ABONG, CMP, CONTAG, MST, CNBB, OAB, ABL, UNE, UBES, CONAM, COBAP, UJS, UBM, MAB, LAC, FASE, IBASE, Instituto Cidadania, Pastorais Sociais, Ação Cidadania, Rede Unitrabalho, Instituto Ecoar, Fórum Nacional pela Reforma Agrária, Fórum de ONG's pelo meio Ambiente, Fórum Paulista Negro, Fórum de Entidades Negras, PT, PC do B, PPS, PSTU, PDT, PSB.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho procuramos demonstrar os passos dados pela CUT na luta pela democracia. Neste sentido e considerando que esta luta não se restringe apenas ao período da transição democrática, nossa perspectiva de análise buscou assinalar como a Central foi se inserindo neste processo. Ora sendo mais crítica, apresentando questionamentos à ordem vigente; ora sendo mais defensiva, buscando soluções negociadas.

Diante disto, cabe, esclarecer qual a eficácia da luta pela democracia. Sem sombra de dúvida este é um dos temas mais polêmicos no interior da esquerda. Seria a democracia por si só uma força renovadora capaz de por fim à ordem vigente ou não ?

Embora não seja nosso objetivo enfrentar esta polêmica, o fato de termos privilegiado olhar a ação da CUT pela lente que enfoca uma noção de democracia sob a perspectiva de pensá-la como estratégia de luta política, nos coloca algumas questões que merecem ser analisadas.

Em primeiro lugar, é preciso notar que lutar pela democracia não implica necessariamente na ruptura com a ordem vigente. Na verdade, por mais que exista um tencionamento entre capitalismo e democracia, isto não significa que, no limite, a democracia inviabilize a acumulação de capital, antes pelo contrário, apesar das contradições advindas desta relação, a história tem demonstrado ser possível a existência do capitalismo com democracia.³⁴

³⁴ - BOBBIO, Norberto. Liberalismo e Democracia. São Paulo : Brasiliense, 1º ed.1988

Sob este aspecto, qual a importância desta luta? Julgamos que apesar dos constrangimentos inerentes à ordem capitalista, lutar pela democracia tem a sua importância na medida que compreendemos qualquer transformação pensada sob a ótica das classes subalternas como um processo que se funda a partir de uma atividade crítica aos elementos éticos, políticos e econômicos de uma determinada formação social.

Tratando dos elementos deste processo, Gramsci assinala que ele se constitui na disputa pela hegemonia, o qual só pode ser construído na medida que considera a unidade entre teoria e prática:

*“A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto, é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade de teoria e prática não é um fato mecânico, mas um devenir histórico que tem a sua fase elementar e primitiva no senso de “distinção”, de “separação”, de independência apenas instintiva, e progride até à posse real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária. É por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa - além do progresso político-prático- um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo dentro de limites ainda restritos.”*³⁵ (os grifos são nossos).

Sob a perspectiva de que uma ruptura política implica na construção de um projeto político crítico ao projeto político dominante, é que lutar pela democracia se torna parte constitutiva deste processo. Não se trata de defender o argumento de que quanto mais democrática for a sociedade maiores possibilidades de rupturas, mas, sim de reconhecer quais as potencialidades que a democracia definida para além da esfera formal, ou seja, a democracia pensada como um conjunto de práticas, tem neste processo.

Neste sentido, tomaremos como referencial o fato de que à medida que sujeitos sociais investem numa prática política que ressalta o elemento da participação, não só intervindo nas instituições formais, mas discutindo os problemas que afetam seu dia a dia de maneira coletiva, eles abrem possibilidades de exercer uma atividade crítica à prática política vigente.

Sendo assim, o ato de discutir não pode ser tomado apenas como uma atividade desconexa da prática. Conforme assinalamos no Cap. I, os sujeitos, ao perceberem suas condições de vida, buscam elaborar mediações capazes de dar forma à ação consciente. Tal elaboração implica na construção de um discurso novo capaz de se contrapor ao discurso dominante. Este ato, pois, implica na desconstrução de elementos de uma visão de mundo corrente e possibilita a emergência de uma visão de mundo crítica.

Sobre isto, Edmundo F. Dias afirma:

“Quando falamos em discurso, estamos pensando no conjunto de práticas que ele viabiliza ou impossibilita e não apenas na sua forma teórica. Discurso que deverá enfrentar o conjunto de questões colocadas pela velha ordem e pelos seus discursos. Isso se traduz, no plano da individualidade, por uma ruptura com o processo de socialização anterior e pela construção de uma nova sociabilidade que tende a pôr em questão, desigual e contraditoriamente, o conjunto da personalidade.

Trata-se não apenas da produção de discurso crítico, do discurso desconstrutivo, mas também de sua interferência em cena. Pensá-la é examinar a interferência de um discurso transformador que coloca como sua a problemática da constituição de formas novas de sociabilidade. Significa afirmar que essa articulação tem duplo caráter: o discurso faz parte da cena, está presente nela, e essa presença é ativa, pretende a transformação da cena(...).

O discurso transformador é produzido e produtor. É constituído na articulação/luta com outros discursos. É, no início, fragmento, para mais tarde transformar-se em corpo diferenciado. Como fragmento, esse discurso vai destacar elementos de outros discursos, trabalhá-los com outro método

³⁵ - GRAMSCI, Antonio. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 9^o ed., p. 21.

com outras questões. Pode, pouco a pouco, ir combatendo fragmentos do discurso dominante. Esse trabalho de quebra e reconstrução de fragmentos privilegia problemas, questões, desarticula-as do seu todo anterior. Torna-os estranhos a este último."³⁶

É justamente sobre a possibilidade de estabelecer uma relação dialética entre discurso e prática, articulando uma crítica ao real, crítica capaz de proporcionar a emergência de formas que proponham a alteração desta realidade, é que a luta pela democracia se faz importante na medida em que se constitui enquanto uma faceta desta possibilidade.

Em sociedades altamente estratificadas e marcadas pelo autoritarismo, como as latino-americanas, lutar pela democracia tem proporcionado às classes populares um momento ímpar no que se refere à desconstrução de uma prática política autoritária. Isto, porque tem sido por meio da reivindicação de ampliação da democracia que estes setores tem travado a disputa política em torno da sociedade que querem.

Ao agirem sob esta perspectiva, os setores populares têm trazido para o espaço público uma série de conflitos que buscam ampliar a sua participação na tomada das decisões públicas, desconcentrando o poder constituído da mão de um pequeno grupo e trazendo para o terreno das disputas políticas algumas das questões que merecem ser tratadas como de interesse público.³⁷

A possibilidade de construir um espaço público que garanta a existência dos projetos políticos diferenciados e a disputa entre eles vem sendo totalmente apagada pelo ideário neoliberal. Sendo assim, se num outro momento a hegemonia capitalista foi

³⁶ - DIAS, Edmundo F., "Hegemonia : racionalidade que se fez história", O outro Gramsci, São Paulo : Xamã, 1996, p-1819.

³⁷ - Sobre isto a experiência do orçamento participativo em Porto Alegre permite identificar alguns destes elementos na medida em que o envolvimento popular se dá a partir de uma necessidade da construção do espaço público em que se disputa , qual o sentido dos interesses naquela arena decisória.

garantida com a incorporação dos trabalhadores à ordem vigente, no atual momento não se trata mais de incorporar, mas de excluir os trabalhadores reduzindo a esfera pública e minimizando o potencial do dissenso.

Trata-se, pois, da era das opiniões únicas, do consenso forjado em que as vozes descontentes devem ser silenciadas e a luta político-ideológica deve ser tomada como uma prática do passado impedidora do desenvolvimento humano. Ora, seria esta uma nova forma de socialização, o fim do debate público?

Neste contexto, a construção de um espaço em que se resgate a noção de interesse público constitui um elemento importante. Não que com isto se possa achar que o espaço público por si só elimina a exploração e a dominação.³⁸ A importância que a construção deste espaço assume neste momento é justamente trazer para esfera pública a disputa dos projetos políticos, disputa esta que pode possibilitar às classes populares a elaboração dos elementos capazes de nortear uma proposta de transformação.

Ao longo da trajetória política brasileira, as classes populares foram capazes de elaborar práticas que traduzem uma forma de atuação que amplia sua participação não só na esfera da política formal, mas também abrindo espaços de discussão, tal como ocorre nas experiências de orçamento participativo,³⁹ onde podem a partir do debate público, sobre as mais diversas questões, elaborar uma prática política que critica a lógica das “soluções pelo alto”.

No caso específico da CUT, em que pese, de maneira mais direta, as

³⁸ - LAVALLE, Adrián G., “Por uma utopia ao alcance da mão: contracritica antineoliberal do espaço público”, In : CARCANHOLO R. *et. alii* (orgs.) A quem pertence o amanhã. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1997.

³⁹ - Sobre isto ver BAIERLE, Sérgio. Um Novo Princípio Ético-Político: Prática social e sujeito nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre nos anos 80. Tese de Mestrado apresentada ao departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1992.

contradições deste processo⁴⁰, elaborar esta prática política nova consiste em articular os interesses imediatos dos trabalhadores com os dos setores populares, conferindo à sua atuação um caráter classista capaz de enfrentar a lógica do capital neste fim de século.

⁴⁰ - Isto por que um dos desafios que se colocam para a atuação sindical é como não se restringir apenas às lutas corporativistas, em que sobressai o caráter economicistas destas lutas e, que tende a se agravar num contexto de adversidade para esta atuação.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, Laís. O Resgate da Dignidade. Tese de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP, 1986.
- ALBERTO, Paulo César F. *et alli*. "Greves Mudam o País." Cadernos de Debates, nº 02, novembro/89, CUT/ Grande BH.
- ALMEIDA, Maria Herminia T. Crise Econômica e Organização de Interesses : Estratégias do sindicalismo brasileiro nos anos 80. Trabalho apresentado ao curso de livre docência, departamento de Ciência Política - USP, 1992.
- _____. "O Sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas, Debate e Crítica, nº 06, 1975.
- _____. "Sindicalismo brasileiro e Pacto Social". In: Novos Estudos Cebrap, nº13, out., 1985, p.14-28.
- ALVAREZ, Sônia. "Rewearing the Fabric of Collective Action: Social Movements and Challenges To 'Actually Existing Democracy' in Brazil", mimeo. 1994.
- ALVES, Wânia M. B. O Trabalho como Interesse e a Opção Neocorporativa : Um estudo do sindicalismo brasileiro nos últimos 20 anos. Tese de doutoramento apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, 1993.
- ANDERSON, Perry. "Balanço do Neoliberalismo" In: SÁDER, E. e GENTILLI, P. (orgs.) Pós- neoliberalismo : as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- _____. O Fim da História: de Hegel a Fukuyama, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- ANTUNES, Ricardo. A Rebeldia do Trabalho: o confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978-1980, São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.
- _____. O Novo Sindicalismo, São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1991, 1ª edição.
- _____. Adeus ao Trabalho ? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez ; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- ARBIX, Glauco A.T. Uma Aposta no Futuro : Os três primeiros anos da câmara setorial da indústria automobilística e a emergência do meso-corporativismo no Brasil. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo - USP, junho, 1995.
- ARAÚJO, Angela M. C. e TAPIA, Jorge R.B. "Representação de interesses e reestruturação produtiva. Para onde vai o Corporativismo ? In: Revista São Paulo em

- Perspectiva, vol. 08, n.2, abr-jun, 1994, p. 71-83.
- _____. "Corporativismo e Neocorporativismo : o exame de duas trajetórias". In: Boletim Informativo de Bibliográfico, Rio de Janeiro, n.32, 2º semestre de 1991, p. 1-30.
- ARAÚJO, José P. e CORGOZINHO, Ivanir. "Greves e Dominação Burguesa no Brasil." Cadernos de Debates, nº 02, novembro, 1989, CUT/ Grande BH.
- BAIERLE, Sérgio. Um Novo Princípio Ético-Político: Prática social e sujeito nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre nos anos 80. Tese de Mestrado apresentada ao departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1992.
- BAGLIONI, Guido. "As relações industriais na Europa nos anos 80 " In: OLIVEIRA, Carlos A. *et alli* (org.) O Mundo do Trabalho: crise e mudança no final do século, São Paulo: Cesit/Scritta, 1994
- BARGAS, Oswaldo. "A Campanha Salarial dos Metalúrgicos da CUT." Caderno Contribuição ao Debate, nº 01, 1986.
- BOBBIO, Norberto. O Futuro da Democracia -uma defesa das regras do jogo, São Paulo: Editora Paz e Terra, 1986.
- BOITO JR, Armando. "Reforma e Persistência da Estrutura Sindical." In: BOITO JR .A. (org.) O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. "De volta para o novo corporativismo : a trajetória política do sindicalismo brasileiro". In: São Paulo em Perspectiva, vol.08, n.03, jul-set., 1994, p.23-28.
- BORGES, Altamiro. "Como atuam e quais as propostas das principais correntes internas da CUT", Debate Sindical, n °09, novembro, 1991.
- BOSCHI, Renato & DINIZ, Eli "Corporativismo na Construção do Espaço Público", in Corporativismo e Desigualdade, Rio de Janeiro : Rio Fundo Editora: IUPERJ, 1991,
- BLASS, Leila M.da S. Greve dos Bancários : São Paulo, 1995 As Faces de um Movimento. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1990.
- CAWSON, A. " Introduction of Corporatism : the importance of the meso-level of interest intermediation". In: Organized Interests and the State : Studies in Meso -Corporatism, Beverly Hills : Sage Publications, 1985.
- CODAS, Gustavo e TEIXEIRA, Marilane. "CUT: O 4º CONCURTO e seu futuro," Jornal EM TEMPO, nº 255, novembro, 1991.
- CODAS, Gustavo. "A reforma trabalhista neoliberal", Jornal EM TEMPO, nº 292, março, 1997.

- COELHO, Jorge. "A Campanha Salarial Unificada de São Paulo." Caderno Contribuição ao Debate, nº 01, 1986.
- COMIN, Álvaro A. "A Experiência de Organização das Centrais Sindicais no Brasil". In: OLIVEIRA, C. A. *et alli* (orgs.) O Mundo do Trabalho, São Paulo: Editora Página Aberta, 1994.
- CARDOSO, Adalberto M. "O Pragmatismo Impossível : As Origens da Força Sindical". Novos Estudos CEBRAP, nº 32, março, 1992.
- COUTINHO, Carlos N. "A Democracia como Valor Universal", Encontros com a Civilização Brasileira, nº 09, 1979.
 _____, "Democracia e Socialismo no Brasil de Hoje." In: A Democracia como proposta, IBASE: Rio de Janeiro, 1991.
- COSTA, Silvio. Tendências e Centrais Sindicais : O movimento Sindical Brasileiro de 1978 a 1994. São Paulo: Editora Anita Garibaldi; Goiânia : Editora da Universidade Católica de Goiás, 1995.
- COSTA, Vanda M.R. "Corporativismo societal : interesse de classe versus interesse setorial". In: Os Anos 90 : Política e Sociedade no Brasil, (org.) Evelina Dagnino, São Paulo : Brasiliense, 1994
- DIAS, Edmundo F. "Cidadania e racionalidade de classe", Universidade e Sociedade, ano VI, nº11, junho, 1996.
 _____, "Hegemonia: racionalidade que se faz história." In: O Outro Gramsci, Xamã : São Paulo, 1996.
 _____ "A Liberdade (Im)Possível na Ordem do Capital: Reestruturação Produtiva e Passivização" Textos Didáticos, IFHC, UNICAMP, nº29, agosto de 1997
- DINIZ, Eli. "Articulação dos atores na implementação da política industrial: a experiência das câmaras setoriais - retrocesso ou avanço na transição para um novo modelo?" Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira, Unicamp, 1993
- DAGNINO, Evelina. "Os Movimentos Sociais e a Emergência de uma Nova Noção de Cidadania" In: DAGNINO, E.(org.) Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil, São Paulo: Brasiliense, 1994.
 _____ "Culture and Politics : Changing Approaches in the Left", mimeo. 1996.
- FRASER, Nancy. "Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy" In : Bruce Robbins: The Phantom Public Sphere, Univ. of Minnesota Press, 1993.
- FARIA, Maria da Graça D., Terceirização: (Des) fordizando a Fábrica - Um estudo do Complexo Petroquímico da Bahia, Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da

UNICAMP, 1995.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa. Ensaios de Interpretação Sociológica, Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1975.

GIANNOTTI, Vito e LOPES NETO, Sebastião. Para Onde Vai a CUT ?, São Paulo: Editora Página Aberta, 1993.

_____. CUT Ontem e Hoje: O que mudou das origens ao IV CONCUT, São Paulo: Vozes, 1991.

GRACIOLLI, Edilson J. A Ponta de um Iceberg: A greve na CSN em novembro/88, Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1994

GRAMSCI, Antônio. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro : Editora Civilização Brasileira, 9º edição.

GUIMARÃES, Ivan G. R. "A experiência das Câmaras Setoriais: democratizando a política econômica", In: OLIVEIRA, C. A. *et alli* (org.) O Mundo do Trabalho : Crise e Mudança no Final do Século. São Paulo: Cesit/Scitta, 1994.

GUIMARÃES, Juarez. "A Aposta do ABCD." Jornal BRASIL AGORA, ano I, n º 12, 13 a 26 de abril de 1992.

HUMPHREY, John. Fazendo o Milagre: controle Capitalista e Luta Operária na Indústria Automobilística Brasileira, Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

LEITE, Márcia & SILVA, Roque Aparecido. Os Trabalhadores na Constituinte (mimeo), São Paulo, abril, 1988.

LEHMBRUCH, Gerard. "Concertation and the structure of corporatist networks". In: J.H. Goldthorpe (ed), Order and Conflict in Contemporary Capitalism, London: Oxford University Press, 1985.

_____. "Democracia consociacional, conflito de classe y neocorporativismo". In: Neocorporativismo, vol. 01, coord. Schmitter, P. & Lehbruch, G., Ed. Alianza: México, 1992.

LAVALLE, Adrián G. "Por uma utopia ao alcance da mão: contracritica antineoliberal do espaço público", In CARCANHOLO R. *et alli* (orgs.) A quem pertence o amanhã. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1997.

MARONI, Amnérís A. A Estratégia da Recusa : Análise das greves de maio/78. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MATTOS, Marcelo B. Novos e Velhos Sindicalismo no Rio de Janeiro (1955-1988), Tese de Doutorado apresentada ao Departamento História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 1996.

- MATTOSO, Jorge E. "O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados" In: Oliveira, Carlos A. e outros (org.) O Mundo do Trabalho: Crise e Mudança no Final do Século, São Paulo : Cesit/Scitta, 1994.
- MELLO, Leonel I. A. "Golbery revisitado: da abertura controlada à democracia tutelada". In: MOISÉS, J. A. *et alli* (org.) Dilemas da Consolidação Democrática, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MOISÉS, José Álvaro. "A Estratégia do Novo Sindicalismo" Revista de Cultura e Política, nº 5/6, CEDEC, Paz e Terra, 1981.
- _____, "Dilemas da Consolidação Democrática no Brasil." In: MOISÉS, J. A. *et alli* (org.) Dilemas da Consolidação Democrática, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- NORONHA, Eduardo G. As Greves na Transição Brasileira. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1992.
- _____. "Greves e Estratégias Sindicais". In : OLIVEIRA, C. A. *et alli* (org.). O Mundo do Trabalho : Crise e Mudança no Final do Século. São Paulo: Cesit/Scitta, 1994.
- _____. "A Explosão das Greves na Década de 80". In: O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80. BOITO JR, A. (org.). Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991.
- O'DONNELL, Guilherme & SCHMITTER, Philippe. Transições do Regime Autoritário - Primeiras Conclusões, São Paulo: Vértice, 1988.
- OFFE, Claus. "Atribuição do status público aos grupos de interesse". In: Capitalismo Desorganizado, São Paulo: Brasiliense, 1989.
- OLIVEIRA, Francisco. "O Surgimento do Anti-Valor". Novos Estudos CEBRAP, nº 22, outubro, 1988.
- _____. " Quanto melhor, melhor: O Acordo das Montadoras". Novos Estudos CEBRAP, nº 36, julho, 1993, p.3-7.
- OLIVEIRA, Celina G. A Gênese da CUT: Oposição Sindical (e Novo Sindicalismo) na Construção da Central. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- OTTMANN, Götz. "Movimentos Sociais Urbanos e Democracia no Brasil: Uma Abordagem Cognitiva". In : Novos Estudos CEBRAP, nº41, março, 1995.
- PAOLI, Maria Célia & SÁDER, Eder "Sobre as "classes populares" no pensamento sociológico brasileiro". In: CARDOSO, R. (org.) A Aventura Antropológica, , Rio de Janeiro : Paz e terra, 1986.
- PAVAN, Rosiver. " Trabalhadores : Sem Atalhos," Teoria e Debate, nº 18, 2º trimestre de 1992, p. 62-65.

POLANYI, Karl. A Grande Transformação - As Origens de Nossa Época. Rio de Janeiro : Campus, 1990.

PRZEWORSKI, Adam Democracia e Mercado, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

RODRIGUES, Iram J. Trabalhadores, Sindicalismo e Democracia : A trajetória da CUT. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de São Paulo - USP, 1993.

RODRIGUES, Leôncio M. "As Tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais". In. BOITO JR, A. (org.) O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____, "O Sindicalismo nos Anos 80. Um Balanço". São Paulo em Perspectiva, vol.04, nº 01, jan.-março, 1994.

_____. CUT: Os Militantes e a Ideologia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. "O Sindicalismo Corporativo no Brasil" In: Partidos e Sindicatos , São Paulo: Atica, 1990.

ROSSETO, Miguel. "Combate sem Trégua", Teoria e Debate, nº 18, 2º trimestre de 1992, p. 66-69.

SÁDER, Eder. Quando Novos Personagens Entraram em Cena, Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Wanderley G. dos. Cidadania e Justiça, cap. 04, Rio de Janeiro : Ed. Campus, 1979.

SCHMITTER, Philippe. "Still the Century of Corporatism?" In: PIKE, Frederick, B. e STRICH, (ed.) The New Corporatism, Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1974.

SOKOL, Marcus. "Um Ano de Câmara Setorial. Que balanço." Caderno O Trabalho, nº10, janeiro, 1993.

SUZIGAN, Wilson. "Política Industrial no Brasil." In: SUZIGAN (editor) Indústria: Política, Instituições e Desenvolvimento, IPEA, Monografia nº 28, Rio de Janeiro.

_____, "Estratégia Industrial e Desenvolvimento Econômico: Uma Agenda Política e de Política Econômica", (mimeo), 1996.

TELLES, Vera da Silva e PAOLI, Maria Célia. "Direitos Sociais : Conflitos e Negociação no Brasil Contemporâneo", mimeo, 1996.

TELLES, Vera da Silva. "Sociedade Civil, Direitos e Espaço Público". Pólis, nº 04, 1994.

_____. "Espaço Público e Espaço Privado na Constituição do Social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt." Tempo Social, vol 02, nº 01, 1990.

VALENTE, Agostinho. "O que representa o ascenso do movimento grevista nos últimos dois anos." Cadernos de Debates, nº 02, novembro/89, CUT/Grande BH .

VIANNA, Luiz W. "Atualizando uma Bibliografia : "Novo Sindicalismo", Cidadania e Fábrica". BIB - O que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil. São Paulo : Cortez : ANPOCS, 1986-1990.

WEFFORT, Francisco. Por que Democracia?, São Paulo : Brasiliense, 1984.
_____, "A cidadania dos Trabalhadores". In. LAMOUNIER, Bolívar *et alli* (org.) Direito, Cidadania e Participação. São Paulo : T. A. Queiroz, Editor, 1981.

WILLIAMS, Raymond. Marxismo e Literatura, Rio de Janeiro : Zahar Editores.

ZAULL, Eduardo Meira. As Condições Sociais e Decadência da Câmara Setorial da Indústria Automotiva no Brasil, Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.

FONTES :

Almanaque da CUT, agosto, 1986.

Boletim DIEESE, maio, 1987.

Boletim Nacional da CUT, maio-junho, 1987.

Boletim Nacional da CUT, março, 1987.

Boletim Nacional da CUT, nº 01, maio, 1985.

Boletim Nacional da CUT, setembro, 1985.

Boletim Nacional da CUT, setembro, 1987.

Democracia Socialista - Cadernos Sindicais, 10 anos da CUT : Balanço/93.

Debate Sindical, A Crise e os Trabalhadores, ano IV, nº 12, DESEP/CUT.

Debate Sindical, A Nova Constituição e os Direitos dos Trabalhadores, ano II, nº 09, outubro/88, DESEP/CUT.

Debate Sindical, Constituinte: como ficam os trabalhadores? ano I, nº 03, fevereiro, 1987, DESEP/CUT.

DESEP, Câmaras Setoriais: para além do complexo automotivo, Texto para discussão, nº 6, outubro, 1993.

Debate Sindical, abril 1986, DESEP/CUT/SP.

Dossiê Centro Pastoral Vergueiro - CPV: 3º Concut: Teses e Resoluções, maio/95.

Dossiê CPV, Da CUT à CUT, vol. 03, 1991.

Dossiê CPV- Pacto Social : de Tancredo a Sarney, maio/95.

Informacut, nº 206, 08 a 15 de janeiro de 1993.

Informativo Confederação Nacional dos Químicos - CNQ, ano I, nº 05, dezembro/93, janeiro/94.

Quinzena, nº 55, 20 de agosto de 1988- CPV/SP.

Resoluções da 7ª Plenária Nacional da CUT, 1995.

Resoluções da 8ª Plenária Nacional da CUT, 1996.

Resoluções I CONCUR, 1984

Resoluções IV CONCUR, 1991.

Resoluções II CONCUR, 1986.

Resoluções V CONCUR, 1994

Retratos da CUT : delegados do 3º Concur - representação nas categorias

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO E DIADEMA,

Reestruturação do Complexo Automotivo Brasileiro: As propostas dos Trabalhadores,
março, 1992.

_____, Um Acordo Histórico: As propostas dos trabalhadores da indústria
automotiva e a proposta de acordo firmada em fevereiro de 1993, março/93.